

Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Do Terceiro Mundo ao Sul Global: O impacto do BRICS na Reforma do Sistema Financeiro Internacional

Arthur Vidal Mendes

Brasília - DF

2026

ARTHUR VIDAL MENDES

Do Terceiro Mundo ao Sul Global: O impacto do BRICS na Reforma do Sistema Financeiro Internacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciência Política, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Profª. Érika Laurinda Amusquivar

Brasília - DF

2026

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível pelo apoio de várias pessoas que fizeram parte integral da minha jornada ao longo dos anos. Antes de tudo, agradeço aos meus pais, Alessandro e Iara, por terem me educado com os valores fundamentais que me definem como ser humano e cidadão. Sem eles, não teria a compreensão de mundo necessária para defender meus princípios. Agradeço ao meu amor, Gisele, por todos os momentos em que ela esteve ao meu lado, nos momentos fáceis de alegria e leveza e nos momentos difíceis de noites em claro e renúncias. Agradeço às mulheres fortes da minha família, Biza, Didi, Lulu, Inara e Luciane, cujo apoio é fundamental para que eu possa correr atrás dos meus sonhos, e aos meus irmãos Iuri e Pedro, que sempre estiveram comigo. Agradeço também ao meu avô Adolpho, aos meus tios Léo e Lilian, que carrego no meu coração, e aos meus primos. Por fim, agradeço aos "Inimigos do Fim", Anna Luiza, Camila Sampaio, Luiz Eduardo e Lucas Ian, sem os quais minha trajetória universitária teria sido infinitamente mais difícil. Vocês foram essenciais para a construção de quem sou hoje.

Resumo: Este trabalho analisa as contribuições e limitações do BRICS na reforma do sistema financeiro internacional, traçando um panorama histórico que parte da gênese da hegemonia do dólar em Bretton Woods até a conjuntura geoeconômica pós-pandemia e conflito na Ucrânia, passando pela fundação do grupo, suas cúpulas e iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingencial de Reservas (CRA). A pesquisa também examina a transição das identidades políticas do "Terceiro Mundo" para o conceito contemporâneo de "Sul Global" e suas limitações, investigando como a estruturação do sistema dólar-flexível consolidou uma hierarquia financeira marcada pela subordinação estrutural dos países em desenvolvimento. Nesse cenário, o BRICS é analisado como uma resposta política das potências emergentes à sua marginalização nos centros de decisão global, atuando como uma plataforma de coordenação voltada à busca por autonomia estratégica e soberania técnica. O estudo demonstra como o uso do sistema financeiro como instrumento de coerção geopolítica transformou a diversificação monetária em um imperativo de segurança nacional, e conclui que enquanto as contribuições do grupo residem na construção de salvaguardas institucionais contra a hierarquia financeira, sua eficácia é tensionada por limitações estruturais severas, como as profundas assimetrias internas, as divergências estratégicas entre os membros e a persistente inércia das infraestruturas financeiras legadas do Norte Global.

Palavras-chave: BRICS; Sul Global; Hegemonia do Dólar; Sistema Financeiro Internacional; Autonomia Estratégica.

Abstract: This work analyzes the contributions and limitations of the BRICS in the reform of the international financial system, tracing a historical overview that ranges from the genesis of dollar hegemony at Bretton Woods to the geoeconomic landscape of the post-pandemic era and the conflict in Ukraine, covering the group's founding, its summits, and initiatives such as the NDB (New Development Bank) and the CRA (Contingent Reserve Arrangement). The research also examines the transition of political identities from the "Third World" to the contemporary concept of the "Global South" and its limitations, investigating how the structure of the dollar-flexible system consolidated a financial hierarchy marked by the structural subordination of developing countries. In this scenario, BRICS is analyzed as a political response from emerging powers to their marginalization within global decision-making centers, acting as a coordination platform aimed at the pursuit of strategic autonomy and technical sovereignty. The study demonstrates how the use of the financial system as an instrument of geopolitical coercion transformed monetary diversification into a national security imperative. It concludes that while the group's contributions lie in the construction of institutional safeguards against the financial hierarchy, its effectiveness is strained by severe structural limitations, such as profound internal asymmetries, strategic divergences among its members, and the persistent inertia of legacy financial infrastructures from the Global North.

Keywords: BRICS; Global South; Dollar Hegemony; International Financial System; Strategic Autonomy.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....6

2 - A Gênese da Hegemonia do Dólar e a Subordinação Estrutural..... 9

2.1 - Bretton Woods e a construção da Hierarquia Financeira no Pós-Guerra.....10

2.2 - O Legado de Bandung e os Movimentos de Não-Alinhamento..... 14

2.3 - O Colapso de Bretton Woods e a Consolidação do Sistema Dólar.....19

2.4 - Crise da Dívida, Neoliberalismo e a Hegemonia dos EUA..... 25

3 - BRICS, Sul Global e Contestação Contra Hegemônica..... 32

3.1 - Sul Global e a Globalização.....33

3.2 - BRICS, Crise de 2008 e a Defesa da Reforma Institucional..... 41

3.3 - Construção Institucional Alternativa e Acirramento das Rivalidades Sistêmicas..... 53

3.4 - Fragmentação Geoeconômica e a Crise do Multilateralismo..... 72

4 - Impacto do BRICS na Reforma do Sistema Financeiro Internacional.....95

4.1 - Instituições Alternativas.....96

4.2 - Diversificação Monetária.....101

4.3 - Contradições Internas.....107

4.4 - Limitações do Sul Global.....111

4.5 - Expansão e Expectativas.....114

5 - CONCLUSÃO..... 119

6 - BIBLIOGRAFIA.....121

1 - INTRODUÇÃO:

A arquitetura financeira internacional contemporânea não é um arranjo técnico neutro, mas o resultado de uma construção histórica de poder que consagra a hegemonia do dólar e a subordinação estrutural da periferia. O problema central da pesquisa reside no descompasso entre a crescente escala de acumulação das potências emergentes e sua persistente exclusão dos mecanismos de governança dessa arquitetura. Enquanto o conceito de "Terceiro Mundo" refletia uma busca por não-alinhamento em um cenário de polarização ideológica da Guerra Fria, o "Sul Global" surge para mapear uma nova geografia da dependência no mundo unipolar, definida pela vulnerabilidade à política monetária estadunidense e pelo risco de exclusão das infraestruturas financeiras tradicionais.

A hipótese que orienta a investigação é que o BRICS constitui a expressão política de um projeto de autonomia estratégica voltada à reconfiguração dessa governança financeira global, visando institucionalizar alternativas que desafiem a centralidade do dólar e transformando a dependência monetária em um campo de disputa por soberania e resiliência geopolítica. Para tal, é necessário analisar o esgotamento do modelo hegemônico frente à ascensão de novos pólos de poder que exigem uma governança proporcional à sua crescente relevância sistêmica, questionando em que medida as iniciativas do agrupamento logram êxito em alterar a hierarquia financeira e quais os limites impostos pelas assimetrias internas e pelas divergências de interesse nacional entre seus membros.

Para fundamentar essa análise, a pesquisa estabelece inicialmente um referencial teórico baseado na perspectiva do sistema-mundo e na relação centro-periferia, tratando-a como uma rede de correlação de forças em constante adaptação. O desenvolvimento do texto está organizado em três capítulos principais, além das considerações finais. O segundo capítulo examina a evolução da arquitetura financeira internacional a partir da lente centro-periferia, recuando à gênese da hegemonia do dólar na Conferência de Bretton Woods em 1944. A análise perpassa as transições sistêmicas da década de 1970, marcadas pelo fim da convertibilidade ouro-dólar, e detalha como a consolidação do padrão dólar-flexível estruturou uma hierarquia monetária global que perdurou até o encerramento da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, estabelecendi a base histórica necessária para compreender a subordinação financeira das economias em desenvolvimento e os mecanismos de manutenção do poder das moedas centrais.

O terceiro capítulo analisa a reorganização produtiva global pós-Guerra Fria e a subsequente emergência do BRICS como um ator político coordenado. A investigação aborda a crise financeira de 2008 como o catalisador fundamental para a institucionalização do grupo e detalha sua trajetória ao longo da década de 2010 por meio de suas Cúpulas de Líderes, incluindo a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA). O texto explora ainda os períodos de instabilidade e as crises de coesão interna do agrupamento, culminando no impacto da pandemia de Covid-19 e do conflito na Ucrânia. Estes eventos são discutidos como vetores que transformaram a diversificação monetária em um imperativo de segurança e aceleraram as iniciativas de expansão do grupo para o formato BRICS+.

Finalmente, o quarto capítulo apresenta um balanço analítico das contribuições e das limitações estruturais do agrupamento na reforma do sistema financeiro. São avaliados os novos mecanismos de soberania técnica e os sistemas de pagamentos transfronteiriços frente à persistente inércia das infraestruturas financeiras legadas do Norte Global. A análise destaca como as profundas assimetrias econômicas internas e as divergências estratégicas entre os membros condicionam a eficácia do grupo. O trabalho encerra-se com as considerações finais, que sintetizam os resultados da investigação e delineiam as expectativas para o futuro de uma ordem multipolar, cujas regras de transição permanecem em plena disputa frente à conjuntura geopolítica de 2025 e 2026.

A base teórica fundamental desta pesquisa ancora-se na perspectiva da relação centro-periferia e das diversas correntes que contribuíram para essa visão, desde o estruturalismo latino-americano de Raúl Prebisch e Celso Furtado, às contribuições da Teoria da Dependência de Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini e o Desenvolvimento do Subdesenvolvimento de Gunder Frank, integradas à análise do Moderno Sistema Mundial de Immanuel Wallerstein (1974) e aos Ciclos Sistêmicos de Giovanni Arrighi (1994). Tais ferramentas são essenciais para compreender a hierarquia do poder global e os fluxos de acumulação de capital (MARTINS, 2011, p. 39-103).

A investigação acompanha a evolução dos conceitos organizativos dessa periferia, partindo da noção política e ideológica de "Terceiro Mundo", forjada no contexto da Guerra Fria e do não-alinhamento, até a emergência do conceito de "Sul Global", que reflete uma nova geografia da dependência econômica estruturada pelo sistema dólar-flexível. No entanto, esse arcabouço não é adotado de forma dogmática; reconhecendo que as formulações clássicas exigem uma reiteração crítica para dar conta de uma realidade internacional que não

se restringe mais a molduras estáticas de décadas passadas (ARRIGHI, 2007, p. 5; SAJED, 2020, p. 2-4).

Um ponto central dessa releitura reside na percepção de que a relação centro-periferia não constitui uma estrutura estática, mas uma rede de correlação de forças sujeita a processos de ascensão e declínio sistêmico, conforme as teses de mobilidade presentes em Arrighi e Braudel (MARTINS, 2011, p. 48-59). Essa fluidez permite problematizar a própria dicotomia Norte-Sul ao lidar com atores que desafiam estratificações baseadas em organizações históricas e dinâmicas econômicas pré-determinadas, tensionando essas categorias analíticas. É o caso da China, que já opera em fronteiras tecnológicas e escalas de acumulação que a aproximam dos países centrais (XING; SHENGJUN, 2020, p. 79-88), e da Rússia, que mantém uma projeção de poder militar e geopolítico herdada da União Soviética que contrasta com sua vulnerabilidade econômica externa (SHIN, 2020, p. 8-13).

Nesse contexto, o papel das potências médias ganha relevância como atores que utilizam zonas de ambiguidade para negociar termos de inserção mais favoráveis dentro da hierarquia mundial. Assim, a posição de um Estado no sistema-mundo é tratada como um processo contínuo de adaptação e disputa, onde o "Sul Global" funciona mais como uma identidade política de contestação e busca por autonomia estratégica do que como um destino geoeconômico fixo (VADELL, 2020, p. 315-318) .

A compreensão da hegemonia estadunidense nesta pesquisa fundamenta-se nas concepções de Wallerstein e Arrighi, que a definem não apenas como superioridade militar, mas como a capacidade de um Estado liderar o sistema ao projetar seus interesses nacionais como o interesse geral da ordem mundial. Segundo a perspectiva dos ciclos sistêmicos, essa liderança atravessa fases de estabilidade baseada no consenso e períodos de eventual esgotamento, momento em que a autoridade hegemônica passa a ser percebida como um exercício de dominação unilateral e instrumentalização das infraestruturas globais. Assim, a transição para a multipolaridade é vista como o resultado do desgaste de um ciclo de poder que não mais consegue garantir a representatividade das nações emergentes, abrindo espaço para novas coalizões que buscam renegociar as regras de governança internacional (MARTINS, 2011, p. 48-59, 82-85).

Embora o termo “reforma do sistema financeiro internacional” seja utilizado, as movimentações descritas ao longo do texto não se restringem apenas à esfera financeira, compreendendo que os pilares da hegemonia do dólar vão além desses aspectos, abarcando também a governança do comércio global, a hierarquia monetária, o controle das cadeias de

suprimentos de energia e *commodities* e a manutenção de uma divisão internacional do trabalho que assegura a transferência sistêmica de valor para o centro hegemônico (MILAN, 2012, p. 135-140; TODOROVA; MORALIYSKA; RAYCHEVA, 2024, p. 130-131).

Nesse cenário, o surgimento e a expansão do BRICS são analisados como um dos principais vetores de contestação a esse esgotamento hegemônico. O agrupamento questiona a falibilidade e o caráter anacrônico das instituições tradicionais, atuando tanto na defesa de reformas internas quanto na construção de mecanismos institucionais próprios que visam reduzir a vulnerabilidade externa de seus membros. A pesquisa problematiza o papel do grupo nesse processo de transição, investigando se ele representa uma ruptura com a ordem unipolar ou se configura uma estratégia de diversificação para garantir soberania dentro de um sistema fragmentado. Dessa forma, o BRICS é tratado como o catalisador das tensões entre a permanência das estruturas tradicionais e a emergência de uma arquitetura global que reflita o peso das economias do Sul Global no século 21 (JASH, 2017, p. 6).

2 - A Gênese da Hegemonia do Dólar e a Subordinação Estrutural

O presente capítulo dedica-se a estabelecer os fundamentos históricos e estruturais da economia internacional contemporânea, enfatizando sua natureza assimétrica e hierárquica. A análise tem como ponto de partida os Acordos de Bretton Woods, que conferiram ao dólar estadunidense o estatuto de moeda de referência global, e examina as sucessivas reestruturações desse arranjo, desde o colapso do padrão dólar-ouro até a consolidação do sistema dólar-flexível. Nesse processo, será examinada a articulação política dos países periféricos em contestação à nova ordem econômica, e as iniciativas que surgiram do chamado “Terceiro Mundo”.

O foco central recai sobre como a hegemonia dos EUA foi sendo estabelecida por meio do enquadramento do mundo capitalista na sua zona de influência e do domínio sobre a arquitetura financeira global e seus ativos de reserva, e os impactos dessa estratégia de reorganização econômica nos países periféricos. Em última instância, o capítulo demonstra que a consolidação desse sistema e a vitória na Guerra Fria legaram aos sucessores políticos do Terceiro Mundo uma profunda vulnerabilidade estrutural, com dependência excessiva do dólar e exposição às políticas econômicas estadunidenses. Essa herança de subordinação estrutural será a base da agenda de reforma e contestação defendida pelo BRICS, exposta nos capítulos seguintes.

2.1 - Bretton Woods e a construção da Hierarquia Financeira no Pós-Guerra

O sistema financeiro monetário internacional contemporâneo é produto de um arcabouço que foi sendo consolidado ao longo da segunda metade do século 20, tendo como marco inicial a Conferência de Bretton Woods em 1944, que levou ao surgimento dos principais pilares institucionais da economia mundial, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), futuramente Banco Mundial. Junto a essas instituições, a ordem econômica do pós-guerra foi completada com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, que posteriormente deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), estabelecendo o tripé institucional da governança econômica internacional e o dólar estadunidense como a principal moeda de referência global (COZENDEY, 2013, p. 13-15).

Desde o princípio das discussões que levaram aos Acordos de Bretton Woods, haviam visões divergentes sobre como se daria a gestão da economia internacional, representadas pelas duas principais figuras da conferência: Harry White [1], Secretário Assistente do Tesouro dos Estados Unidos, e John Maynard Keynes [2], assessor do Tesouro Britânico e Diretor do Banco da Inglaterra. Embora White e Keynes concordassem em muitos diagnósticos, como a necessidade de evitar a fragmentação econômica e o protecionismo que marcaram o período entre-guerras, e de ter um sistema de paridades cambiais fixas, mas ajustáveis, seus planos refletiam as realidades geopolíticas e econômicas muito diferentes de seus respectivos países ao final da Segunda Guerra Mundial (COZENDEY, 2013, p. 19-32).

Keynes representava o Reino Unido, um país que emergia da guerra como devedor e com uma moeda desacreditada, com déficits em suas balanças comerciais e de pagamentos, apresentando uma proposta amplamente favorável aos países devedores e deficitários. White, por outro lado, representava os EUA, que emergiram como o país credor dominante, responsável por cerca de 35% do PIB mundial, com moeda amplamente aceita e superávits comerciais, e sua proposta favorecia claramente os credores e os EUA em particular (COZENDEY, 2013, p. 31-32).

---

[1] O Departamento do Tesouro de Harry White era o quartel-general do "*New Deal*" da administração Roosevelt, e foi a partir de seus diagnósticos e formas de atuação que seriam construídos os regimes internacionais econômicos do pós-guerra.

[2] Keynes foi um economista fundamental para o pensamento econômico do século 20, tendo fornecido uma das principais explicações para a Crise de 1929 em seu livro "*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda"*, onde defendeu a intervenção do Estado na economia para a manutenção do pleno emprego, a expansão do bem-estar social e distribuição de renda (FERRARI, 2013, p. 39-43).

A proposta vencedora foi fortemente influenciada pelo plano de White, restringindo a visão mais "internacionalista" de Keynes, que sugeria a criação de uma moeda fiduciária [3] internacional gerida por um “banco central dos bancos centrais”. Ao invés disso, o sistema consagrou o papel central do dólar estadunidense, que se estabeleceu como a principal moeda de referência global, com paridade fixa ao ouro a US$35 por onça, preservando a liberdade de gestão da política monetária dos EUA no arranjo inicial conhecido como padrão dólar-ouro (COZENDEY, 2013, p. 31-35).

O FMI foi concebido para ser uma instituição de consulta e colaboração sobre problemas monetários internacionais, com o objetivo de estabelecer um sistema de pagamentos multilateral e promover a estabilidade cambial (TRUMAN, 2009, p. 2). No regime de Bretton Woods cabe ao FMI ser o garante das regras do sistema, velando para que se possa alcançar e manter os princípios básicos sobre os quais repousa a ordem: paridades cambiais fixas, o controle da liquidez internacional por meio do dólar-ouro e o equilíbrio das balanças de pagamentos globais, fornecendo recursos via empréstimos de curto prazo com condicionalidades (COZENDEY, 2013, p. 149-150).

O BIRD foi o primeiro Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) da história, e sua criação refletia inicialmente a intenção de financiar a reconstrução europeia no pós-guerra, embora nas décadas seguintes o foco tenha se deslocado para o auxílio aos países em desenvolvimento por meio do financiamento de infraestrutura e empréstimos financeiros de longo prazo (GOMES, 2018, p. 87), em um processo de adaptação das Instituições de Bretton Woods ao colapso do mundo colonial nas décadas de 1950 e 1960.

O GATT, juntamente com o FMI, formaram a infraestrutura normativa econômica do mundo não socialista no Pós-Guerra. Sua criação derivou da mesma preocupação em gerar condições estáveis para o avanço do comércio internacional e evitar o cenário do entre-guerras. Constituído como um acordo provisório, ele antecipava alguns trechos da carta constitutiva do que seria a Organização Internacional do Comércio (OIC), cuja criação foi frustrada pela não ratificação da Carta de Havana [4] pelo Congresso norte-americano. Embora fosse provisório em sua base legal, o GATT operou na prática como uma organização

[3] A moeda fiduciária (*fiat currency*) é uma moeda emitida pelo governo e não apoiada por uma mercadoria física como o ouro, derivando o seu valor da oferta, da procura e da estabilidade do governo emissor.

[4] A Carta de Havana foi o acordo final da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, realizada em Havana, Cuba, entre 1947 e 1948. O documento propunha a criação da Organização Internacional do Comércio (OIC) e estabeleceu princípios para o comércio global, buscando a cooperação internacional e regras contra práticas comerciais anticompetitivas. Apesar de ter sido assinada por 56 países, a OIC nunca chegou a entrar em vigor (UNCTAD, 1948).

internacional que presidiu a enorme expansão do comércio mundial na segunda metade do século 20 (COZENDEY, 2013, p. 14-15), até sua consolidação na OMC em 1995.

Apesar de ter participado das negociações e contribuído financeiramente para a criação das instituições de Bretton Woods, a União Soviética (URSS) se recusou a ratificar os acordos em 1946 e não se associou ao FMI e ao Banco Mundial, afirmando que a versão final dos textos configurava instrumentos de consolidação da nova hegemonia estadunidense que exigiam o desmantelamento de componentes cruciais do sistema socialista. Essa decisão, tomada no contexto da deterioração das relações com as outras potências Aliadas, resultou na divisão da economia internacional em dois sistemas antagônicos com fluxos de comércio limitados e periódicos (FERNANDES, 2000, p. 274).

O fim da Segunda Guerra também trouxe consigo a legitimação dos processos de descolonização da Ásia e da África e dos direitos internacionais de autodeterminação, formalizados pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 (MARTINS, 2011, p. 76). Esses processos se aceleraram nas décadas seguintes, incorporando à comunidade das nações uma vasta coleção de países com economias frágeis, dependentes de poucos produtos básicos e com infraestruturas precárias (COZENDEY, 2013, p. 73). Ao se integrarem progressivamente à ordem de Bretton Woods, esses países se depararam com um sistema cuja estrutura já consagrava a vantagem estrutural do dólar e o favorecimento aos países centrais.

Essas vantagens foram formalizadas na governança das próprias instituições de Bretton Woods: o FMI e o Banco Mundial foram estruturados como sociedades por ações, onde o poder de voto e a disponibilidade de recursos são proporcionais ao capital investido por cada país, em contraste com o princípio de "um país, um voto" da ONU (PIRES, 2015, p. 290). A distribuição inicial das quotas entre os 44 membros originais foi calculada de modo a garantir aos EUA um total de votos que possibilitou ao país um papel de liderança e poder de veto dentro do sistema. Além disso, há até hoje a tradição não escrita do Diretor do FMI ser sempre um cidadão europeu e o Presidente do Banco Mundial ser sempre um estadunidense (COZENDEY, 2013, p. 40-48).

Essa aliança institucional e econômica entre EUA e Europa Ocidental reproduzia as dinâmicas de poder das regiões centrais do capitalismo histórico e levou esse novo sistema a reforçar as contradições da economia mundial (MARTINS, 2011, p. 153), ao invés de combatê-las. A assimetria institucional e a concentração de poder decisório nessas instituições criaram uma hierarquia financeira que impôs restrições e condições

desfavoráveis, sobretudo aos países periféricos e recém-descolonizados (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 3), mas esse hierarquização não se limitou às relações centro-periferia.

O favorecimento aos países da Europa Ocidental, essenciais para a coalizão hegemônica, se deu por meio da recuperação econômica no pós-guerra, mas isso ocorreu de forma subordinada ao projeto dos EUA, principalmente por meio do Plano Marshall aprovado em 1948 (MILAN, 2012, p. 139). Este programa de assistência não apenas reconstruiu a infraestrutura europeia, como também solidificou o sistema dólar ao exigir que os bens importados pelos países beneficiários fossem pagos em moeda estadunidense, reforçando sua demanda global (SARAIVA, 2007, p. 203). Apesar disso, apenas no final da década de 1950 que o dólar ultrapassaria a libra esterlina como principal moeda de reserva (COZENDEY, 2013, p. 36) [5].

Dessa forma, a primeira década do sistema de Bretton Woods foi marcada pela consolidação da hierarquia financeira e institucional em torno dos EUA e da Europa Ocidental [6]. Contudo, essa ordem monetária e comercial se revelou estruturalmente desfavorável aos países recém-independentes e periféricos, que clamavam por autonomia política, mas se viam presos à dependência econômica. A percepção da assimetria de poder e a urgência por maior soberania econômica catalisaram o movimento de articulação coletiva dos países recém-independentes pelo não-alinhamento e pelas alternativas de desenvolvimento, conforme explorado na seção seguinte.

2.2 - O Legado de Bandung e os Movimentos de Não-Alinhamento

Diante da constatação de que a nova ordem mundial não oferecia uma voz equitativa e de que o cenário geopolítico estava rigidamente polarizado pela Guerra Fria, os países que emergiram dos processos de descolonização buscaram uma afirmação coletiva de soberania entre pares que compartilhavam o objetivo de alcançar a independência política e a libertação

[5] No cenário imediato do pós-guerra a libra era quatro vezes mais utilizada do que o dólar nas reservas dos países, chegando a alcançar 87% das reservas globais em 1947 diante da escassez de dólares na época (COZENDEY, 2013, p. 36)

[6] "O sucesso das iniciativas políticas e econômicas norte-americanas inauguraram um período de grande prosperidade nos países do bloco capitalista entre 1945 e 1975. O consenso entre capital e trabalho, característico do Estado de Bem-Estar Social dos keynesianos, e a nova arquitetura monetária e financeira internacional contribuíram com a rápida expansão econômica dos EUA e dos países europeus" (COMBAT, 2019, p. 261).

econômica (DANTAS, 2014, p. 36). Essa busca por um posicionamento contra-hegemônico que refletisse os anseios desses países culminou na Conferência de Bandung em 1955.

Organizada pelo primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru e pelo presidente indonésio Sukarno, a conferência convocou os líderes de 29 nações recém-independentes e não alinhados da África e da Ásia para se reunirem em Bandung, Indonésia, para concordarem com um conjunto de princípios fundamentais nas relações internacionais, defendendo a autodeterminação e o governo autônomo para os povos da região asiático-africana e estabelecendo as bases políticas e econômicas do que se tornou o projeto do Terceiro Mundo (FAKHRI; KELLY, 2017, p. 1).

Criado pelo demógrafo e historiador econômico Alfred Sauvy em 1952, a Teoria dos Três Mundos é um conceito histórico-analítico que ofereceu uma estrutura para categorizar e entender as complexas dinâmicas geopolíticas e socioeconômicas pós-Segunda Guerra Mundial. Sauvy utilizou o termo "Terceiro Mundo" inicialmente para descrever as nações que não se alinhavam nem com o bloco capitalista liderado pelos EUA, o “Primeiro Mundo“, nem com o bloco socialista liderado pelos soviéticos, o “Segundo Mundo”. Era uma definição baseada na exclusão, utilizada como um termo amplo para descrever todos aqueles que não se encaixavam na estrutura bipolar (TOMLINSON, 2003, p. 308-310).

Essas nações eram caracterizadas por sua busca por uma via própria de desenvolvimento, enfrentando desafios como subdesenvolvimento econômico, instabilidade política e a necessidade de construir novas identidades nacionais, moldada por ideias comuns e uma consciência de uma história compartilhada de dominação política e econômica em relação ao Ocidente (TOMLINSON, 2003, p. 308-310). O conceito também implicava uma solidariedade entre essas nações na busca por uma maior equidade e justiça no cenário internacional.

A conferência de Bandung influenciou os debates políticos e acadêmicos das décadas seguintes, representando o esforço de nações independentes para novas visões de modernidade, distintas das representadas pelos dois blocos de poder (LIU, 2022, p. 12). O programa construído na conferência consistia em reconhecer que a luta pelo direito histórico à independência não havia se concretizado, e que os líderes africanos e asiáticos deveriam levar a cabo um longo processo que começasse pela descolonização política da Ásia e da África e culminasse na libertação econômica, cultural e social de seus povos (DANTAS, 2014, p. 36).

No plano econômico, Bandung foi precursora da contestação formal e prática às instituições de Bretton Woods, que simbolizam a ordem financeira hierárquica e a dependência em relação aos países hegemônicos. Os líderes das nações reunidas tinham como objetivo comum a modernização do Estado e a industrialização da economia. Tendo vivenciado o mundo pós-Grande Depressão e Segunda Guerra, não mais acreditavam no mercado mundial capitalista ou na empresa privada espontânea como meios para atingir o desenvolvimento. Para esse fim, a intervenção estatal era considerada absolutamente decisiva, mas estavam divididos quanto a alcançar o desenvolvimento na interdependência com a economia mundial ou abandonar o capitalismo como princípio para a reconstrução econômica e optar pela via socialista (DANTAS, 2014, p. 36).

Embora o grupo defendesse o não-alinhamento, isso não significa que os "não-alinhados" fossem igualmente opostos aos dois lados da Guerra Fria. Muitos dos inspiradores e defensores dessa abordagem eram ex-revolucionários anticoloniais. Esses líderes, juntamente com outros dos países recém descolonizados, eram ou se diziam ser socialistas, e geralmente tinham alguma simpatia pela URSS ou, pelo menos, mostravam-se dispostos a aceitar sua ajuda econômica e militar (DANTAS, 2014, p. 36). Por outro lado, delegados de países como Ceilão (atual Sri Lanka), Iraque e Filipinas insistiram que essa libertação defendida só poderia ser realmente concretizada após a “ameaça do comunismo” ter sido repelida, revelando o quanto a retórica da Guerra Fria já minava qualquer sentido de identidade coletiva sólida dentro do grupo (TOMLINSON, 2003, p. 308-310).

Mesmo sem uma sequência imediata, a conferência representou uma movimentação política que forçou um processo de adaptação das Instituições de Bretton Woods ao colapso do mundo colonial e à consequente ampliação do número de nações no cenário mundial (SAJED, 2020, p. 2), que resultou tanto na reorientação do BIRD para o foco no desenvolvimento dos países de baixa renda, quanto na criação da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) em 1960, uma instituição vinculada ao Banco com o objetivo de oferecer empréstimos em termos mais favoráveis a esses países. Embora o BIRD e a AID [7] tenham reorientado suas funções para lidar com os problemas de desenvolvimento e a crescente demanda por recursos, o controle do processo decisório dessas instituições pelos países desenvolvidos assegurou que os programas de desenvolvimento se alinhassem com a visão das potências hegemônicas (COZENDEY, 2013, p. 74-78).

[7] O BIRD e a AID formam, em conjunto, o que é comumente conhecido como Banco Mundial, e são duas das cinco instituições que compõem o Grupo Banco Mundial (WORLD BANK, 2019).

Em 1961, na esteira do legado de Bandung de contestação formal às instituições do sistema de Bretton Woods, foi realizada a Conferência de Belgrado, na Iugoslávia, organizada por iniciativa dos presidentes Josip Broz Tito (Iugoslávia), Nehru (Índia) e Gamal Abdel Nasser (Egito). A cúpula deu origem ao Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), um fórum internacional com o propósito inicial de atenuar o impacto da Guerra Fria nas nações não-alinhadas. Ao longo da década, o foco principal do MNA passaria pelo anticolonialismo e, a partir do início dos anos 1970, as questões centrais do movimento passaram a ser os problemas de desenvolvimento econômico e a tentativa de reformar o sistema econômico internacional (TOMLINSON, 2003, p. 310-311).

Essas articulações dos países não-alinhados também incluiu a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, um legado direto de Bandung (COZENDEY, 2013, p. 72-74). A UNCTAD forneceu um espaço onde os países periféricos podiam lutar por uma reforma das regras do comércio internacional, transferência de recursos e tecnologias, eliminação de barreiras alfandegárias e valorização de seus produtos de exportação, e desempenhou um papel central na articulação das demandas por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) nas décadas seguintes (ALMEIDA, 2007, p. 279).

A percepção das desigualdades estruturais nas instituições globais fez com que a primeira reunião da UNCTAD desse origem ao G77, uma coalizão de nações em desenvolvimento que visa promover os interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta no âmbito da ONU. Com um número muito maior de países do que os outros espaços que levaram à sua criação, o grupo incluía os Estados latino-americanos que não participaram de Bandung e não eram membros do MNA, e incorporou a herança intelectual do pensamento econômico latino-americano sobre as barreiras estruturais ao crescimento econômico causadas pela dinâmica dos sistemas abertos do comércio internacional (TOMLINSON, 2003, p. 311-313).

A participação tardia da América Latina nesse processo reflete sua posição subordinada à esfera de influência dos EUA durante a Guerra Fria, não tendo sido foco inicial dos movimentos de não-alinhamento. Enquanto o Terceiro Mundo se formou originalmente com nações da África e da Ásia, foi a Revolução Cubana em 1959 que marcou o ponto de entrada dos países latino-americanos nas tendências dos demais países periféricos (DANTAS, 2014, p. 37). O agrupamento de países que formou o G77 baseou-se fortemente na herança intelectual do pensamento econômico latino-americano sobre as barreiras estruturais ao

crescimento [8] (TOMLINSON, 2003, p. 312) e as desigualdades sistêmicas do comércio global (BUZDUGAN; PAYNE, 2020, p. 334).

Dos países que viriam a se tornar os membros iniciais do BRICS no século 21, apenas a China e a Índia participaram de Bandung. Enquanto a Índia de Nehru foi uma das principais instigadoras da Conferência em 1955 e um dos membros fundadores do MNA em Belgrado em 1961, buscando desde o início uma posição de influência na arquitetura conta-hegemônica (TOMLINSON, 2003, p. 309-310), a China participou não como uma liderança do não-alinhamento, mas como uma forma de projetar uma imagem de conciliação e "coexistência pacífica" para aliviar os temores dos vizinhos asiáticos sobre a exportação da Revolução Chinesa. Bandung representou o primeiro grande engajamento da China com o Terceiro Mundo, onde o país apresentou formulações que ainda hoje permanecem essenciais para a política externa chinesa e moldam sua relação do com o mundo em desenvolvimento, como os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (VELEZ-SERRANO, 2018, p. 7-8).

Os Cinco Princípios foram consolidados por Zhou Enlai em 1954, quando o Acordo de Panchsheel foi assinado com a Índia, numa tentativa de ajustar as relações entre os dois países após a independência indiana e a proclamação da República Popular da China (RPC). Os princípios embarcam 1 - Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; 2 - Não agressão mútua; 3 - Não interferência mútua nos assuntos internos um do outro; 4 - Igualdade e cooperação para benefício mútuo; e 5 - Coexistência pacífica (VELEZ-SERRANO, 2018, p. 9). Apesar da deterioração das relações sino-indianas nos anos seguintes, que culminou no conflito entre os dois países em 1962, esses fundamentos influenciaram diretamente Bandung, sendo incorporados aos Dez Princípios da Conferência e tornando-se a base normativa do espírito do não-alinhamento e do terceiro-mundismo (FAKHRI & KELLY, 2017, p. 1).

Apesar de não ter se tornado membro do MNA, durante a década de 1960 Pequim também intensificou seus esforços diplomáticos para assegurar o reconhecimento como a representante legítima da China nas ONU, e buscou angariar o apoio dos Estados-membros do movimento. Os apelos da República Popular refletiram-se na Declaração de Belgrado e foram endossados na Primeira e na Segunda Conferência de Cúpula do MNA em 1961 e 1964, nas quais os Estados do movimento defenderam unanimemente que a ONU

[8] Os principais pensamentos econômicos latino-americanos que influenciaram o MNA e o contexto mais amplo do Terceiro Mundo na década de 1960 foram a Teoria Desenvolvimentista, defensora de um processo de industrialização por substituição de importações (PSI), e as subsequentes Teorias da Dependência (MARTINS, 2011, p. 217-218, 229).

reconhecesse o país em detrimento de Taiwan, sendo um forte fator, ao lado da busca de normalização das relações com os EUA, que resultou na ascensão da RPC como representante oficial na ONU anos depois em 1971 (FAN; LIU, 2021, p. 150-151).

Como os demais países latino-americanos pré-1959, o Brasil não participou como membro pleno em Bandung, apesar de ter enviado observadores, e tampouco aderiu ao MNA. Embora começasse a identificar interesses comuns com as nações em desenvolvimento, o país ainda estava fortemente inserido na esfera de influência ocidental e no sistema interamericano, com uma virada em direção à tendências “terceiro-mundistas" em foros internacionais apenas na década de 1970, com a política do "Pragmatismo Responsável" buscou diversificar parcerias para reduzir a dependência dos EUA durante o governo Geisel (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 290-291).

A África do Sul, por sua vez, representa uma relação distinta com Bandung e o MNA. Enquanto o Estado sul-africano foi excluído dessas iniciativas devido ao regime do *Apartheid*, o país marcou sua presença por meio de seus movimentos de libertação, com representantes do Congresso Nacional Africano (CNA) da África do Sul conferenciando com líderes afro-asiáticos fora dos procedimentos formais, inserindo a luta contra a segregação racial na agenda do Terceiro Mundo. A questão sul-africana representava um dos principais elementos de coesão política do terceiro-mundismo e do não alinhamento, servindo como uma causa comum que unificava as diversas nações da África, Ásia e América Latina contra o colonialismo e o racismo institucionalizado (KÖRBER-STIFTUNG, 2025, p. 21-23).

Ao longo da Guerra Fria, o MNA desenvolveu estratégias ativas para a eliminação do *Apartheid*, propondo boicotes totais à África do Sul e apoiando economicamente os "Países da Linha de Frente" (SARAIVA, 2007, p. 249), países vizinhos que sofriam desestabilização constante e eram profundamente dependentes da economia sul-africana. Essa cooperação daria origem a uma série de iniciativas de desenvolvimento regional e o aprofundamento das relações multilaterais entre diversos países da região, se tornando uma importante base de referência para as tendências terceiro-mundistas (CABANA, 2014, p. 31). A virada da África do Sul em direção ao não-alinhamento se daria apenas com o fim do *Apartheid* nos anos 1990, quando a política externa do país passou a enfatizar a interdependência, o pan-africanismo e a solidariedade entre as nações periféricas sob a liderança de Nelson Mandela (ZONDI, 2014, p. 91-92).

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, a ordem capitalista pós-guerra era confrontada por uma dupla pressão: De um lado, a pressão política da periferia, que, articulada no MNA e

no G77, reivindicava o direito à soberania, ao desenvolvimento econômico e a reforma das regras comerciais e financeiras, dando origem a iniciativas de desenvolvimento global e regional como a UNTCAD e a AID e influenciando as tendências de orientação geopolítica de diversos países periféricos, inclusive daqueles que viriam a ser membros do BRICS no século 21. Do outro lado, as tensões econômicas crescentes no próprio centro hegemônico. A recuperação econômica de países da Europa Ocidental e do Japão, impulsionada pelos fluxos de capital do pós-guerra, transformou esses aliados em concorrentes formidáveis dos EUA no comércio internacional (BELLUZZO, 1998, p. 14).

A reconfiguração do poder econômico global e o dilema estrutural do padrão dólar-ouro tornavam o compromisso de Bretton Woods crescentemente insustentável devido ao aumento constante da demanda global por liquidez. O colapso desse regime, que seria precipitado no início da década seguinte, abriria uma nova fase de incertezas e aprofundaria a vulnerabilidade dos países periféricos perante às movimentações da economia internacional.

2.3 - O Colapso de Bretton Woods e a Consolidação do Sistema Dólar

A recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, o desenvolvimento financiado da periferia e o consequente aumento da demanda global por liquidez (dólares necessários para o comércio mundial) expôs uma contradição inerente ao padrão dólar-ouro, conhecida como o Dilema de Triffin. O dilema residia no fato de que, para suprir essa demanda, os EUA precisavam incorrer em déficits na sua balança de pagamentos, exportando dólares. No entanto, quanto maior o volume de dólares em circulação, mais se erodia a confiança na capacidade dos EUA de manter a conversibilidade da moeda em ouro à taxa fixa de US$ 35 por onça. Em outras palavras, para fornecer liquidez ao mundo, os EUA minavam a própria credibilidade do dólar (COZENDEY, 2013, p. 66).

A partir do final da década de 1960, o dilema se tornou insustentável. Os crescentes déficits na balança de pagamentos dos EUA, intensificados pela Guerra do Vietnã e somados à recuperação das economias de seus parceiros/competidores e a expansão do mercado de dólares fora do controle estadunidense, levaram os países credores a acumular vastas reservas da moeda. Liderados por países como a França, houve uma pressão crescente para converter esses dólares em ouro (COZENDEY, 2013, p. 66-69).

A fuga de ouro dos cofres norte-americanos tornou o compromisso de conversibilidade insustentável, e o padrão ouro-dólar atingiu seu ponto de ruptura em agosto

de 1971, quando o então presidente Richard Nixon anunciou unilateralmente a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro. O Choque Nixon pôs fim formalmente ao sistema de Bretton Woods e ao regime de paridades cambiais fixas [9], abrindo caminho para a flutuação dos câmbios e encerrando a primeira fase da arquitetura financeira pós-guerra (COZENDEY, 2013, p. 72). O sistema que emergiu, conhecido como padrão dólar-flexível, manteve o dólar como a principal moeda internacional de reserva e de transação, agora livre do lastro em ouro (MEDEIROS; SERRANO, 2000, p. 124).

O novo padrão eliminou a restrição externa dos EUA, permitindo-lhes financiar seus déficits com a emissão da própria moeda, sem se preocupar com a perda de suas reservas de ouro (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 6). Além disso, a ausência de conversibilidade deu ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a outras moedas através da mudança da taxa de juros da *Federal Reserve* (FED), que define a taxa média global (MEDEIROS; SERRANO, 2000, p. 124).

As instituições de Bretton Woods tentaram resolver as questões de liquidez global que levaram ao Choque Nixon por meio de mecanismos como os Direitos Especiais de Saque (SDR), ativos de reserva internacional concebidos pelo FMI em 1969 para suplementar as reservas oficiais dos países membros, com valor baseado em uma cesta de moedas de utilização ampla nos mercados internacionais [10] (COZENDEY, 2013, p. 70). Os EUA valeram-se de seu poder de veto dentro do FMI para impedir propostas de substituição do dólar pelos SDR como moeda de reserva internacional, pois isso resultaria em uma restrição no seu balanço de pagamentos (METRI, 2020, p. 724). Essa discussão foi retomada em diferentes momentos de crise no futuro, notavelmente durante a Crise Financeira de 2008, quando a China e a Rússia defenderam a criação de uma "moeda de reserva super-soberana" baseada nos DES (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 518).

Após a suspensão unilateral da conversibilidade em 1971, o FMI tentou inicialmente manter a lógica da ordem econômica do pós-Guerra e resgatar as paridades fixas. Mesmo assim, o esgotamento do câmbio fixo frente à realidade dos movimentos cambiais levou à

[9] Embora seu marco principal seja agosto de 1971, com o fim da conversibilidade do dólar em ouro, o Choque Nixon não foi um evento único, e sim um processo que se estendeu ao longo dos primeiros anos da década, tendo como outro marco importante o fim do regime de paridades cambiais fixas em 1973 (ALMEIDA, 2007, p. 274).

[10] Os SDR são um ativo de reserva internacional. Não são uma moeda em si, mas um ativo que seus detentores podem trocar por moeda quando necessário, com seu valor baseado em uma cesta de cinco moedas: o dólar americano, o euro, o renminbi chinês (desde 2016), o iene japonês e a libra esterlina britânica. Concebido em 1969 para suplementar as reservas oficiais dos países membros, com o fim do câmbio fixo em 1973, o FMI redefiniu os SDR como equivalentes ao valor da cesta de moedas mundiais, um ativo que seus detentores podem trocar por moeda quando necessário. Os SDR servem como unidade de conta do FMI e de outras organizações internacionais (FMI, 2023) .

formalização do novo regime pelo Fundo em 1978. A década de 1970 foi marcada por várias mudanças estruturais e forte desorganização econômica na transição entre o sistema de paridades fixas e o dólar flexível, com a economia internacional funcionando praticamente desregulada entre o Choque Nixon e a formalização do câmbio flutuante (COZENDEY, 2013, p. 81-83).

O abandono da paridade com o ouro levou o dólar a se desvalorizar fortemente ao longo da década, contribuindo para a instabilidade econômica e os choques do preço do petróleo em 1973 e 1979. Essa desvalorização massiva levou os países produtores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impulsionados por eventos geopolíticos como a Guerra do Yom Kippur, a protegerem-se contra a queda da moeda por meio de um aumento de quatro vezes no preço do petróleo bruto. Os choques aprofundaram a crise de lucratividade e fortaleceram as tendências inflacionárias nos países capitalistas centrais, incluindo os EUA (SCHULMEISTER, 2025, p. 312-315).

Apesar da turbulência resultante de sua depreciação, o dólar ganhou fôlego no novo regime de câmbio flutuante por meio do acordo com a OPEP, que, liderados pela Arábia Saudita, concordaram em precificar o petróleo exclusivamente na moeda estadunidense. Dessa forma, o sistema Petrodólar vinculou a *commodity* mais importante do mundo ao dólar [11], criando uma demanda artificial e contínua que assegurou sua permanência como a principal moeda de reserva e transação global (METRI, 2020, p. 724).

Parte do imenso volume de fundos em dólares gerado pelos países da OPEP foi reciclado para os bancos comerciais privados ocidentais [12] (METRI, 2020, p. 724), ampliando o mercado de crédito internacional e impulsionando o endividamento dos países periféricos (BELLUZZO, 1998, p. 15) a taxas de juros flutuantes. No entanto, o destino central e mais seguro para esses excedentes de liquidez, bem como para várias outras balanças comerciais, eram os títulos da dívida pública estadunidense (METRI, 2020, p. 728). Da mesma forma que os EUA vetaram as propostas de substituição do dólar pelos SDR, o país também bloqueou propostas de reciclagem dos petrodólares via FMI. Essa estratégia assegurou que os excedentes fossem reciclados através de *Wall Street* ou nos Euromercados, principalmente

[11] Os preços das *commodities* mais importantes também são precificados em dólar (SCHULMEISTER, 2025, p. 313-314), mas a importância estratégica do petróleo dado o grau de dependência energética da maior parte dos países faz dela a *commodity* mais importante do sistema (METRI, 2020, p. 732-733)

[12] Os ativos denominados em dólares mantidos fora dos EUA, especialmente na Europa, são definidos como eurodólares (COZENDEY, 2013, p. 68). O euromercado surgiu como um mercado interbancário paralelo e autônomo aos demais sistemas financeiros nacionais, operando em dólares e outras moedas. Após 1973, o euromercado ganhou força com a injeção maciça de petrodólares (BASTOS; TESSARI; SANTOS, 2019, p. 4-5)

nos títulos do Tesouro norte-americano, em vez de serem geridos por um organismo multilateral (METRI, 2020, p. 724).

Enquanto no modelo de Bretton Woods a dívida pública estadunidense estava constrangida pela promessa de conversão em ouro (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 5-6), o novo regime de câmbio flutuante elevou os títulos do Tesouro dos EUA ao status de fundamento estrutural. A dívida do país, lastreada na confiança geopolítica, tornou-se o principal ativo de reserva global e âncora de liquidez, absorvendo os excedentes do petrodólar e de outras balanças comerciais (METRI, 2020, p. 724-728). Embora a emissão de dívida pública por outros países fosse um mecanismo já existente e fundamental para a economia capitalista moderna (FERRARI, 2013, p. 62), seu papel sistêmico no plano internacional foi fundamentalmente alterado pelo abandono da paridade fixa e da conversibilidade em ouro.

Na medida em que a dívida estadunidense se tornou um pilar do sistema monetário global, a dívida pública de outras nações, agora exposta à flutuação, viu seu risco e volatilidade aumentarem. Para a maioria dos países, a dívida externa, majoritariamente contraída em dólar, representava vulnerabilidade e dependência à política monetária dos EUA, e não um instrumento de poder de emissão (DEUS; CONTI; TERRA, 2019, p. 24).

Assim, nesse novo arranjo, os títulos do Tesouro norte-americano se tornaram o porto seguro do sistema financeiro internacional, potencializando o "privilégio exorbitante" [13] dos EUA e permitindo ao país emitir dívida pública com uma demanda aparentemente ilimitada, financiando seus déficits orçamentários e de transações correntes (METRI, 2020, p. 728), sem enfrentar ataques especulativos e podendo adquirir bens e serviços apenas emitindo sua própria moeda, enquanto outros países precisam acumular reservas na moeda estadunidense (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 5).

Essa acumulação crescente de ativos em dólar por parte de outras nações foi interpretada por alguns autores como uma importante ferramenta da extração do excedente global para dentro do sistema financeiro americano. Com o dólar-flexível ancorado no petróleo e o sistema de reciclagem desses dólares no Tesouro, a dívida pública dos EUA constituiu-se em uma ferramenta de fortalecimento do poder norte-americano, sendo crucial para financiar sua presença militar global ao fazer as outras nações pagarem as despesas de suas guerras (FERRARI, 2014, p. 7, 174).

---

[13] O termo *privilège exorbitant* é atribuído ao presidente francês Charles de Gaulle para descrever os benefícios econômicos que os EUA obtinham por emitir o dólar como a moeda de referência mundial (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 5).

Paralelamente à ascensão monetária do petrodólar e dos títulos do Tesouro, a infraestrutura de pagamentos internacionais também se centralizou. Em 1973, foi criada a *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT), uma rede de comunicação segura para facilitar transações financeiras interbancárias em todo o mundo (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 43). Embora concebida como uma ferramenta neutra, a centralidade do SWIFT nos fluxos financeiros globais conferiu às nações ocidentais, especialmente aos EUA, uma influência considerável sobre transações internacionais, transformando-a, futuramente, em um poderoso instrumento de coerção geopolítica (SHIN, 2021, p. 10).

Essa centralização da comunicação interbancária é complementada pelo *Clearing House Interbank Payments System* (CHIPS). Sediado em Nova York, o CHIPS opera como o principal sistema privado para a compensação e liquidação de grandes volumes de transações em dólar globalmente. Enquanto o SWIFT é responsável pelo envio da mensagem da transação, o CHIPS é o gargalo operacional que processa a transferência final dos fundos em dólar entre as contas correspondentes (MAYER, 2024, p. 13). O fato do CHIPS ser uma infraestrutura doméstica, operando sob a legislação dos EUA, garantiu ao país não apenas o controle sobre o tráfego de dados, mas, principalmente, sobre o fluxo real de capitais global, tornando-o um mecanismo indispensável de fiscalização e sanção (EICHENGREEN, 2022, p. 3) [14].

A escala de adesão global dos bancos à rede e a dominância do dólar nas transações internacionais foram transformando o SWIFT em um monopólio factual da comunicação financeira internacional, tornando-o uma ferramenta indispensável para qualquer transação transfronteiriça significativa (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 32). O uso ou a ameaça de exclusão do SWIFT emergiu como o ápice do poder da infraestrutura ocidental, demonstrando que a hegemonia do dólar não era apenas monetária, mas também tecnológica e legal. Essa vulnerabilidade institucional viria a ser um catalisador central para a busca por sistemas de pagamento independentes por parte dos países emergentes, como será analisado nos próximos capítulos.

[14] O Sistema de Câmaras de Compensação (*Clearing Houses*) é uma infraestrutura fundamental projetada para gerenciar e mitigar o risco sistêmico de contraparte nas transações financeiras (a probabilidade de que a outra parte em uma transação financeira não cumpra com suas obrigações contratuais) (KHAN, 2024, p. 29-33), e prover compensação (*clearing*) e liquidação (*settlement*) de pagamentos, títulos, derivativos e outras transações financeiras (HAYES, 2025). Atualmente, o CHIPS é responsável pela liquidação de cerca de 95% das transações internacionais realizadas em dólar (CHIPS, 2024).

Apesar da nova capacidade de financiamento e centralização institucional dos EUA, a desorganização econômica global da década de 1970 atingiu o Terceiro Mundo de forma severa. A transição para a flutuação cambial tornou os mercados de moeda e de crédito internacional mais voláteis (MILAN, 2012, p. 134), e enquanto os países centrais (especialmente os EUA) podiam usar a flutuação para seus próprios interesses, os países periféricos enfrentaram fortes restrições. O câmbio flutuante, combinado com a desregulação financeira e a mobilidade de capitais, tornou as economias com moedas periféricas mais vulneráveis aos choques externos (como as crises de petróleo) e à política monetária do FED (DEUS; CONTI; TERRA, 2019, p. 23-24).

Diante do aprofundamento da vulnerabilidade externa e da crescente consolidação da hierarquia do novo sistema dólar, os países periféricos intensificaram sua agenda de contestação econômica iniciada em Bandung. O G77 utilizou a plataforma da UNCTAD e da Assembleia Geral da ONU para formalizar, em 1974, a demanda pela Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Esse projeto exigia uma reforma fundamental das instituições de Bretton Woods e do GATT, tratando de pontos como comércio internacional, soberania, industrialização e transferências tecnológicas (TOMLINSON, 2003, p. 312).

No entanto, o projeto da NOEI foi paralisado devido à resistência ativa das potências ocidentais, que não aceitaram abrir mão do controle sobre a arquitetura econômica global (SAJED, 2020, p. 3). As maiores economias desenvolvidas da época, então responsáveis por metade do PIB mundial, criaram o Grupos dos Sete (G7) [15] como uma resposta dos principais países industrializados à instabilidade econômica e monetária que se seguiu ao colapso do sistema de Bretton Woods em 1971 em busca de mecanismos de articulação econômica entre essas economias e fornecer orientações para a ação do FMI e do BIRD, se tornando o foro prioritário para a coordenação e gestão da economia global pelos países desenvolvidos até 2008 (COZENDEY, 2013, p. 52, 141-144).

Em síntese, a década de 1970 não apenas marcou o fim do padrão-ouro, mas iniciou a consolidação da hegemonia do dólar. A moeda estadunidense estabeleceu seu domínio sobre a *commodity* mais crucial (Petrodólar), sobre o lastro financeiro global (Dívida do Tesouro) e

[15] O G7 é um fórum informal que reúne as principais economias industrializadas do "Norte Global". Sua formação original ocorreu na Cúpula de Rambouillet (1975) como "G6", composto por EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França, Reino Unido e Itália. O grupo tornou-se G7 com a admissão do Canadá em 1976, buscando maior equilíbrio geopolítico com a inclusão de um aliado norte-americano. A Comunidade Econômica Europeia (CEE), atualmente a União Europeia (UE) participa das reuniões desde 1977 como membro "não enumerado". A Rússia foi formalmente admitida em 1998, transformando o bloco em "G8", mas foi suspensa indefinidamente em 2014 em retaliação à anexação da Crimeia, retornando o agrupamento à sua configuração original de sete membros.

sobre a infraestrutura de pagamentos (SWIFT e CHIPS). A nova ordem, no entanto, carregava uma profunda contradição estrutural: o arranjo que permitia aos EUA financiar seus déficits com a emissão da própria moeda, ao mesmo tempo, elevava a exposição da maioria das nações periféricas, que se tornaram crescentemente endividadas e vulneráveis à taxa de juros norte-americana.

O fracasso da contestação política por meio da NOEI selou a aceitação, ainda que relutante, dessa hierarquia. As pré-condições para um colapso financeiro estavam, no entanto, instaladas: uma massa de capital recém-reciclado inundou o mercado de crédito a taxas flutuantes, e as economias periféricas, frágeis em um regime de câmbio volátil, tornaram-se altamente dependentes desse financiamento em dólar. Esse arranjo de profunda assimetria e liquidez excessiva preparou o cenário para a Crise da Dívida Externa que eclodiria na década seguinte.

2.4 - Crise da Dívida, Neoliberalismo e a Hegemonia dos EUA

O cenário de flutuação instável e alta liquidez, gerado pela reciclagem dos dólares das balanças comerciais para os mercados de crédito dos EUA e de outros países do Primeiro Mundo, atingiu seu ponto de ruptura no início da década de 1980. O estopim para o colapso financeiro foi a drástica mudança na política monetária norte-americana pelo presidente do FED, Paul Volcker, entre 1979 e 1982. Para conter as pressões inflacionárias internas, o FED elevou as taxas de juros a patamares recordes (MEDEIROS; SERRANO, 2000, p. 124). Essa decisão teve um efeito imediato e devastador sobre os países periféricos, cuja dívida externa havia sido majoritariamente contraída com juros flutuantes e era denominada em dólar (DEUS; CONTI; TERRA, 2019, p. 23-24).

Frente à desvalorização do dólar em relação a moedas fortes como o marco alemão e o franco francês ao longo da década de 1970 (COMBAT, 2019, p. 255-256), mesmo com o aparato institucional em torno da moeda norte-americana, havia fortes indícios de que os EUA estavam vivendo uma fase de declínio econômico e perda de liderança mundial. Nesse cenário, os países convocaram uma reunião do FMI em 1979, explicitando a crise e demandando um novo padrão monetário baseado na "re-monetização do ouro", que resultaria no agravamento das restrições à hegemonia estadunidense (FERRARI, 2013, p. 180).

Foi nesse contexto que Volcker se retirou da reunião e declarou que os EUA eram contra as novas propostas dos países-membros, anunciando que o dólar se manteria como

padrão internacional e que sua hegemonia seria reestruturada (METRI, 2020, p. 724-725). A nova política monetária praticada pelo FED praticamente duplicou as taxas de juros de curto-prazo entre 1979 e 1981, frustrando as propostas do FMI e de países-membros para manter o dólar desvalorizado para viabilizar a implementação de um novo regime monetário internacional (ALBUQUERQUE, 2000, p. 221).

A elevação transformou empréstimos anteriormente baratos, muitas vezes com taxas de juros reais negativas nos anos 1970, em pagamentos de juros insustentáveis (ALMEIDA, 2007, p. 273-274). O aumento do custo do serviço da dívida, somado à queda dos preços das *commodities* e do crédito disponível aos países periféricos, tornou o pagamento dos débitos inviável para muitos países do Terceiro Mundo [16]. A Crise da Dívida eclodiu formalmente em agosto de 1982, quando o México declarou a impossibilidade de honrar seus compromissos, sendo rapidamente seguido por quase toda a região e outras nações periféricas [17] (COZENDEY, 2013, p. 87).

O impacto da crise foi devastador, com o aumento das taxas de inflação e a forte desvalorização das moedas em relação ao dólar, resultando na estagnação econômica, hiperinflação e no aumento massivo dos índices de desemprego e pobreza (CANO, 2000, p. 297-298). Para dar curso à estratégia de consolidação do dólar-flexível como referência global, o FED lançou tanto a economia americana quanto a economia mundial em recessão por três anos (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 6), utilizando a elevação da taxa de juros para dar sobrevida ao domínio norte-americano a partir da valorização da sua moeda (MILAN, 2012, p. 140), exportando sua inflação interna para outros países ao elevar o custo médio do crédito global.

Essa movimentação não pode ser desvinculada do cenário geopolítico mais amplo de retomada da liderança do bloco capitalista por meio do enquadramento dos países aliados e a escalada da Guerra Fria (MEDEIROS; SERRANO, 2000, p. 138) pela imposição de uma nova corrida armamentista contra a URSS financiada pela enorme expansão da dívida pública estadunidense, sendo esse um dos principais fatores que contribuíram para o colapso soviético em 1991 (MARTINS, 2011, p. 80-81). Para cumprir seus objetivos estratégicos, os EUA entraram agressivamente na competição pelo capital circulante nos mercados monetários mundiais, o que esvaziou rapidamente a oferta de recursos aos países do Terceiro

[16] Os pagamentos latino-americanos de juros da dívida, por exemplo, subiram de menos de 1/3 de suas exportações em 1977 para quase 2/3 em 1982 (DANTAS, 2014, p. 42).

[17] Na América Latina, a década de 1980 é frequentemente referido como a "década perdida" (ARAYA; CASTAÑEDA, 2020, p. 746), com a taxa média anual de crescimento do PIB regional de apenas 0,6% entre 1980 e 1985 e 1,9% entre 1985 e 1990 (CANO, 2000, p. 297).

e Segundo Mundos [18] (DANTAS, 2014, p. 41-42), sinalizando o fim do ciclo da reciclagem de capitais aos países periféricos e a reversão desses fluxos para sua economia doméstica (FERRARI, 2013, p. 49).

A "diplomacia do dólar forte" [19] se intensificou no processo da “restauração liberal-conservadora”, marcada pela ascensão de Ronald Reagan nos EUA em 1981. Essa restauração foi consequência do esgotamento do chamado “compromisso keynesiano" [20] na década de 1970 (DEPIERI, 2025, p. 18-19), e simbolizou o aprofundamento de diferentes processos de transformação que vinham tomando forma com o colapso do sistema de Bretton Woods. Nos anos seguintes ao Choque Nixon, os EUA implementaram o regime flutuante (1973), iniciaram a remoção dos seus controles sobre os movimentos de capitais (1974), seguida da desregulação de seu sistema financeiro nacional (1975) e a nova política do FED (1979). Até o fim da década, várias economias centrais, como o Reino Unido sob Thatcher e outros países da Europa Ocidental, também iniciaram seus próprios programas de liberalização econômica (METRI, 2020, p. 725).

Essas medidas já vinham sendo experimentadas nos países periféricos após o golpe militar no Chile em 1973, com a experiência chilena atuando como vanguarda na adoção das políticas neoliberais que se tornaram hegemônicas no mundo nas décadas seguintes (ANDERSON, 1995, p. 9). A elaboração do “Projeto Chileno” contou com a atuação crucial dos economistas influenciados pela Escola de Chicago, que advogavam pela privatização, desregulamentação e a liberalização financeira e comercial, defendendo que os mercados deveriam operar com mínima interferência do Estado (CSGEF, 2024, p. 20-22).

A estratégia da Terapia de Choque que foi implementada no Chile pelos *Chicago Boys* implicou em mudanças abruptas e drásticas na sociedade chilena em consequência das políticas de austeridade e os cortes nos gastos sociais. Embora as reformas econômicas tenham contribuído para a estabilização da economia e a retomada do crescimento após as crises de hiperinflação e escassez, também resultaram no aumento do desemprego, da desigualdade e da instabilidade social, com as camadas mais pobres sendo mais afetadas por

[18] Também houveram países do bloco socialista que implementaram projetos de crescimento industrial com base no endividamento externo (BELLUZZO, 1998, p. 15) e foram impactados pela crise na década de 1980.

[19] “Segundo Tavares, a "diplomacia do dólar forte" visava tanto a defesa da moeda dos EUA na hierarquia monetária internacional quanto o enquadramento dos países do centro a partir da coordenação forçada ou não de uma implementação de uma agenda global de liberalização e de desregulamentação financeira” (METRI, 2020, p. 724).

[20] O chamado “compromisso keynesiano" foi o pacto político e econômico que vigorou nos países capitalistas centrais entre 1945 e meados da década de 1970. Este compromisso marcou a "Era de Ouro" do capitalismo e se baseava nos princípios do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social, como a busca do pleno emprego e distribuição de renda (FERRARI, 2013, p. 39-46), mas sua manutenção necessitava de taxas crescentes de lucros inviabilizadas pela crise do sistema do Pós-Guerra.

esses aspectos negativos, como a privatização do sistema de previdência e a flexibilização da legislação trabalhista (CSGEF, 2024, p. 26-27).

O Modelo Chileno se tornou o protótipo dos princípios que seriam formalizados no Consenso de Washington em 1989, com a Crise da Dívida no início da década e as crises hiperinflacionárias subsequentes atuando como uma principais das alavancas para a imposição das reformas neoliberais nos países periféricos (SEOANE; FEROLLA, 2025, p. 13). A agenda do Consenso representou a convergência ideológica e institucional da alta burocracia das agências econômicas dos EUA (FED, Departamento do Tesouro) e das instituições financeiras internacionais hegemônicas para articular uma nova dinâmica para a economia global a partir da imposição de ajustes estruturais na periferia capitalista (MARTINS, 2011, p. 318) [21].

Para viabilizar essa dinâmica, entre 1985 e 1989 foram implementadas duas etapas distintas da estratégia dos EUA e das Instituições de Bretton Woods para gerir a crise da dívida que eclodiu em 1982, os Planos Baker (1985) e Brady (1989). Ambos marcaram uma transição da gestão de curto prazo da crise, focada apenas em liquidez e austeridade, para tentativas de reformas estruturais e redução e securitização da dívida (COZENDEY, 2013, p. 90-97)..

O Plano Baker foi uma resposta direta ao fracasso da tática inicial de tratar a crise apenas como um problema temporário de iliquidez. Lançado pelo Secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, durante as reuniões anuais do FMI e do BIRD em Seul, o plano reconheceu que a recessão continuada nos países devedores tornava impossível o pagamento da dívida e que o problema exigia soluções de médio e longo prazos, propondo a concessão de novos empréstimos por parte dos bancos comerciais e das instituições multilaterais, condicionados à implementação de reformas estruturais profundas nos países devedores. No entanto, embora na prática tenha servido para que os bancos credores ganhassem tempo para constituir reservas e evitar quebras, enquanto os países devedores estagnaram seus

[21] O termo "Consenso de Washington", cunhado por John Williamson em 1989, consistia originalmente em uma lista de dez reformas para a América Latina focadas em disciplina macroeconômica e abertura comercial. Em reflexão posterior, Williamson (2002) admite que a expressão tornou-se uma "marca danificada", frequentemente associada por críticos a políticas neoliberais que o autor afirma não ter incluído em sua proposição original, como a liberalização prematura da conta de capitais e o conceito de Estado mínimo. O autor esclarece que sua proposição sobre o gasto público, por exemplo, não visava ao corte indiscriminado de investimentos sociais, mas sim a uma "reordenação das prioridades de gastos". Segundo Williamson, o objetivo era redirecionar subsídios indiscriminados, que muitas vezes beneficiam as elites, para serviços básicos de saúde e educação com foco na redução da pobreza. O autor atribui os resultados sociais e de crescimento decepcionantes da década de 1990 não às reformas em si, mas à sua implementação incompleta, à negligência de reformas institucionais de "segunda geração" e, fundamentalmente, à ausência de mecanismos de prevenção de crises financeiras no rol de recomendações originais de 1989 (WILLIAMSON, 2002).

pagamentos, o Plano Baker foi considerado insuficiente para combater a crise (COZENDEY, 2013, p. 90-97).

O Plano Brady representou uma mudança de paradigma ao reconhecer, pela primeira vez, que o problema dos países devedores era de insolvência (falta de recursos) e que a redução da dívida via perdão parcial era necessária. O plano promoveu a conversão dos empréstimos bancários inadimplentes em títulos negociáveis, conhecidos como Bônus Brady (*Brady Bonds*). Essa engenharia financeira transformou dívidas contratuais bancárias em títulos negociáveis, criando um mercado secundário líquido para a dívida de países emergentes. Em troca do desconto, os credores recebiam garantias: o pagamento do principal (geralmente em 30 anos) era lastreado por títulos do Tesouro dos EUA de cupom zero [22] , enquanto os juros eram garantidos por títulos de alta qualidade adquiridos com fundos do FMI e do Banco Mundial (DATZ, 2025, p. 187-188).

Assim como o Plano Baker, a adesão ao Brady em 1989 exigia que os países devedores implementassem "reformas econômicas saudáveis", consolidando a aplicação do receituário do Consenso de Washington, como abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações (COZENDEY, 2013, p. 90-97). O Plano Brady foi fundamental para a financeirização em escala global se que intensificou na década de 1990, pois permitiu a limpeza dos balanços dos bancos comerciais dos países centrais e a substituição de créditos podres por títulos líquidos garantidos pelo Tesouro dos EUA, integrando os países periféricos à lógica dos mercados de capitais voláteis (BASTOS; TESSARI; SANTOS, 2019, p. 12-14). Ambos os planos funcionaram como alavancas para impor reformas estruturais na América Latina e em outras regiões periféricas, condicionando o alívio financeiro à redução do papel do Estado na economia e à abertura aos fluxos de capitais internacionais (CANTAMUTTO; LÓPEZ, p. 32-34).

A autoridade das Instituições de Bretton Woods aumentou cada vez mais durante o período, e se tornaram mais institucionalizadas na medida em que o endividamento do Terceiro Mundo e o colapso das economias do bloco soviético geraram um número cada vez maior de países dependentes dos empréstimos dos países ricos (HOBSBAWM, 1995, p.

[22] Os títulos de cupom zero (*zero-coupon bonds*) são papéis que não pagam juros periódicos. Em vez disso, são vendidos com um desconto substancial em relação ao seu valor de face e pagam o valor integral apenas no vencimento. O lucro do investidor é a diferença entre o preço de compra e o valor recebido no final. No Plano Brady, países como Brasil ou México usavam parte de suas reservas (ou empréstimos do FMI/BIRD) para comprar títulos de cupom zero do Tesouro dos EUA com vencimento em 30 anos. Com esses títulos americanos "guardados" em uma conta de custódia (geralmente no FED de NY), o país emergente emitia o seu próprio título (o *Brady Bond*). Se um desses países desse um calote, o detentor do título ainda teria a garantia de que, daqui a 30 anos, receberia o valor principal, pois este estava lastreado no Tesouro dos EUA (HAYES, 2022).

253-256). As condicionalidades impostas aos países devedores pelos planos de reestruturação econômica, como o desmantelamento das medidas de proteção social como o combate ao desemprego e a valorização salarial, contribuíram para o agravamento dos índices de desemprego e pobreza resultantes da Crise da Dívida (CANO, 2000, p. 297-298).

Embora a valorização excessiva do dólar na primeira metade da década como resultado do Choque Volcker em 1979 tenha atraído capitais para financiar a expansão da dívida dos EUA e a diplomacia do dólar-forte ao mesmo tempo em que gerava a crise de endividamento na periferia, essas políticas também prejudicaram devastadoramente a competitividade da indústria norte-americana, gerando déficits comerciais gigantescos, enquanto outros países capitalistas centrais acumulavam superávits. Esse movimento converteu os EUA de maior credor mundial, posição que ocupava até o início dos anos 1980, em maior devedor mundial. No entanto, diferentemente de outros países, esse endividamento em moeda própria fortaleceu seu poder financeiro, permitindo-lhe exercer uma "hegemonia de absorção" em vez de exportação de capitais, ao custo de sua capacidade produtiva, que iniciou seu deslocamento para países com câmbio desvalorizado (ARRIGHI, 2007, p. 109-112, 146-148).

Ao destruir parte de sua indústria com a alta do dólar (cerca de 60% entre 1980 e 1985)[23], tornando a produção manufatureira estadunidense extremamente cara e as importações baratas, os EUA tornaram-se dependentes de mercadorias estrangeiras, mas pagavam por elas emitindo os dólares que o mundo era obrigado a aceitar e reinvestir nos próprios títulos da dívida norte-americana. Isso criou um ciclo onde o déficit comercial dos EUA fornece a liquidez necessária para o crescimento mundial, enquanto o mundo financia o consumo e o poder militar americano. Apesar desse processo ter garantido a consolidação do dólar como principal ativo financeiro a nível global, a pressão de setores industriais internos levaram o governo Reagan a moderar a "diplomacia do dólar forte" na segunda metade da década, levando aos Acordos de Plaza (1985) e Louvre (1987) que, juntamente do Consenso de Washington, constituem a tríade fundamental da reordenação da economia política internacional na década de 1980 (FERRARI, 2013, p. 180-189).

Da mesma forma que as medidas do Consenso reestruturaram a inserção das nações periféricas na economia global para integrá-las de vez à ordem financeira liderada pelos EUA, os Acordos tinham como propósito o gerenciamento das relações macroeconômicas entre as potências centrais, disciplinando rivais como Japão, Alemanha, França e Reino

[23] ALBUQUERQUE, 2000, p. 121

Unido e eliminando sua ameaça à hegemonia econômica americana. Sob pressão dos EUA, no Acordo de Plaza esses países concordaram em intervir nos seus mercados cambiais para depreciar o dólar e apreciar as moedas dos países superavitários, principalmente o iene japonês e o marco alemão. Ficou estabelecido que os EUA reduziriam suas taxas de juros, mas que os países parceiros deveriam manter seus juros mais elevados ou estimular suas demandas internas para absorver a desvalorização do dólar (FERRARI, 2013, p. 180-189).

Embora inicialmente o acordo tenha sido extremamente bem-sucedido em seu objetivo imediato, com o dólar iniciando uma trajetória de queda que durou dez anos e restaurou a rentabilidade da manufatura dos EUA, o movimento de desvalorização acabou fugindo ao controle, indo muito além do planejado. Em resposta, no Acordo do Louvre esses mesmos países concordaram em estabelecer limites na flutuação dessas moedas em relação ao dólar, transicionando de um sistema de taxas flutuantes relativamente puras para uma "flutuação administrada" pelo G7, onde a coordenação política é usada para evitar o colapso do dólar, mas sempre preservando os interesses estratégicos da economia norte-americana em detrimento de seus competidores (AGLIETTA, 2016, p. 142-145).

Ao mesmo tempo em que esses acordos desvalorizaram o dólar, a valorização de moedas como o iene e o marco alemão impactou severamente o desenvolvimento manufatureiro desses países, desarticulando seu modelo de crescimento exportador e forçando uma reestruturação econômica profunda na direção da financeirização e da reorientação para setores de bens menos competitivos para compensar as perdas na rentabilidade industrial (FERRARI, 2013, p. 180-189) [24]. No entanto, apesar desses esforços, os EUA não conseguiram evitar a fuga da sua base industrial. Mesmo com o reenquadramento das economias do G7 para atender os interesses da hegemonia norte-americana, as movimentações para valorizar essas moedas fortes fizeram com que as cadeias produtivas globais intensificassem seu processo de deslocamento da capacidade produtiva para os países periféricos, dando origem a uma nova etapa do sistema dólar (ARRIGHI, 2007, p. 109-115).

Esse capítulo buscou demonstrar que a ordem financeira internacional é o produto de uma construção histórica hierárquica, e não um arranjo neutro. A hegemonia do dólar, estabelecida inicialmente em Bretton Woods, foi mantida e reestruturada ao longo de

[24] Diferente do Japão e de outros países do G7, a Alemanha resistiu em baixar os juros para sustentar o dólar (como exigido no Acordo do Louvre de 1987), temendo a inflação interna. Essa recusa em sacrificar a estabilidade doméstica em nome do ajuste internacional levou ao colapso da coordenação do G7 e foi o gatilho imediato para o Crash da bolsa de 1987 (AGLIETTA, 2016, p. 142-145).

décadas, superando crises internas (Dilema de Triffin, ascensão Japão/Alemanha) e contestações externas (MNA e NOEI). O fracasso da agenda de reforma proposta pelo Terceiro Mundo na década de 1970, somado à Crise da Dívida e à subsequente imposição do Consenso de Washington, selaram a subordinação estrutural dos países periféricos. O novo padrão de domínio, ancorado no dólar-flexível e seus mecanismos de manutenção, tornou-se o pilar da unipolaridade pós-Guerra Fria. O resultado desse processo é a herança de uma vulnerabilidade sistêmica legada ao que viria a se tornar o Sul Global, que se manifesta na dependência cambial e na exposição excessiva à política monetária dos EUA.

No escopo geopolítico, esses processos de reorganização do sistema capitalista por meio do padrão dólar-flexível, da reciclagem de capitais no Tesouro dos EUA, expansão massiva da Dívida Pública e da imposição do modelo neoliberal via controle das instituições financeiras e enquadramento das economias centrais e periféricas, foram instrumentos para a retomada da hegemonia estadunidense em risco nas três frentes (FERRARI, 2013, p. 21), com o enfraquecimento das tendências multilaterais e terceiro-mundistas, subordinação de seus aliados/rivais capitalistas e a vitória na Guerra Fria (MEDEIROS; SERRANO, 2000, p. 138-139). No entanto, como já mencionado, ao mesmo tempo em que essa dinâmico contribuiu para solidificar a posição central dos EUA como o centro das finanças globais, também acelerou os processos de deslocamento da capacidade produtiva para os países periféricos que cultivou a semente da ascensão das potências emergentes na qual se articula o BRICS, cuja emergência e iniciativas serão expostas na próxima unidade.

3 - BRICS, Sul Global e Contestação Contra Hegemônica

A consolidação da hegemonia unipolar dos EUA pós-Guerra Fria não apenas universalizou o modelo de desenvolvimento nos moldes do Consenso de Washington, mas também aprofundou uma ordem financeira pautada pela dependência estrutural da periferia na institucionalidade hegemônica. Este capítulo analisa a trajetória do BRICS como um dos principais vetores de contestação a essa arquitetura, investigando como o agrupamento evoluiu de um acrônimo de investimentos para uma coalizão política empenhada em reformar e, eventualmente, contornar os mecanismos de governança do sistema dólar-flexível. Por meio de um resgate histórico que parte das crises da década de 1990 à fragmentação geoeconômica atual, busca-se compreender o papel do agrupamento na transição para uma ordem multipolar.

Ao longo das seções, será explorado como o conceito de "Sul Global" emergiu para refletir uma nova geografia da desigualdade, onde a interdependência econômica foi progressivamente transformada em um instrumento de coerção política, e como as novas dinâmicas geoeconômicas da globalização possibilitaram a ascensão de países emergentes que deram início a um processo de construção institucional alternativa. Nesse cenário, o BRICS é apresentado como um agrupamento inicialmente reformista que, diante da inércia das instituições de Bretton Woods frente à Crise de 2008, passou a buscar iniciativas pragmáticas de redução de vulnerabilidades, como a promoção do uso de moedas locais e o desenvolvimento de infraestruturas soberanas, detalhando como essas estratégias, tanto a nível nacional quanto multilateral, surgiram como salvaguardas críticas às flutuações do dólar e à ameaça de exclusão dos circuitos financeiros tradicionais.

Por fim, examina-se o crescente tensionamento geopolítico pós-2014, catalisado pela crise na Crimeia, e o posterior acirramento das rivalidades sistêmicas com a guerra comercial contra a China a partir de 2018. Esses eventos, somados ao conflito na Ucrânia em 2022, transformaram a busca por sistemas financeiros alternativos em um imperativo de segurança nacional. Ao passar pelas várias Cúpulas, resoluções e iniciativas do grupo e mapear suas importantes contribuições e profundas limitações estruturais, o capítulo busca expor o panorama histórico de um agrupamento que tenta equilibrar o pragmatismo econômico com a necessidade urgente de proteção contra a armamentização das finanças globais em uma ordem multipolar cada vez mais incerta, e os processos históricos que levaram à “geopolítica de ruptura” dos tempos atuais.

3.1 - Sul Global e a Globalização

Embora o fim da Guerra Fria e a solidificação do sistema dólar tenham consolidado a hegemonia política dos EUA, os mecanismos econômicos de sustentação desse poder também aceleraram os processos de reestruturação do sistema capitalista mundial por meio da financeirização da economia internacional que levariam à perda da capacidade produtiva dos países centrais (MARTINS, 2011, p. 118-119). A dissolução da URSS e o desmantelamento do Segundo Mundo em 1991 removeram a principal restrição geopolítica e ideológica à expansão global do capitalismo liberal, e o fim da oposição sistêmica confirmou o momento unipolar dos EUA e pavimentou o caminho para a universalização do “Consenso de Washington”, ampliando o campo de ação do capital financeiro internacional.

A crescente importância dos instrumentos financeiros resultou em um descasamento entre a economia real e a economia financeira, aumentando a especulação internacionalmente e a dominância da esfera financeira sobre a produção (MILAN, 2012, p. 134). Essa transição modificou os incentivos e a dinâmica da acumulação capitalista, com o valor dos ativos financeiros crescendo muito mais rapidamente do que o valor dos ativos reais, invertendo a lógica do padrão de acumulação anterior, no qual o lucro se concentrava na atividade produtiva (SCHULMEISTER, 2025, p. 318).

O novo regime, focado na desregulação e na livre mobilidade de capitais, facilitou a reorganização produtiva em escala global. A busca por redução de custos e lucros mais altos levou as grandes empresas multinacionais a descentralizar os ativos de produção, deslocando a parte de menor conteúdo tecnológico e maior coeficiente de mão de obra para os países periféricos, representando cada vez mais um capital internacional desvinculado de uma base produtiva estritamente nacional (MARTINS, 2011, p. 118-119).

O avanço do fenômeno da globalização estabeleceu as cadeias globais de valor como a nova forma de organização produtiva, com o deslocamento das etapas de menor valor agregado para a periferia e a intensificação da especialização tecnológica e da financeirização econômica das economias centrais, em um cenário em que o avanço das tecnologias de informação e telecomunicações tornava cada vez mais viável a consolidação de um mercado e de uma produção mundialmente integrados. No entanto, essa dispersão global das funções produtivas afetou negativamente as indústrias tradicionais das economias mais ricas, com a maior parte delas experienciando índices de declínio industrial, medido pela participação da manufatura no emprego (THURBON; WEISS, 2020, p. 64).

Esse processo ocorreu em diferentes etapas, com a industrialização dos países asiáticos atraindo parcelas crescentes dessa capacidade industrial desde a década de 1960, com os EUA promovendo ativamente o desenvolvimento dos Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e do Japão no contexto da estratégia de contenção do socialismo na primeira etapa da Guerra Fria, via subsídios e acesso privilegiado ao mercado estadunidense, semeando os desafios à liderança tecnológica e comercial norte-americana nas décadas seguintes (MARTINS, 2011, p. 81-82).

Na medida em que essas economias foram se desenvolvendo, especialmente o Japão, o dinamismo regional levaria a uma nova camada de deslocamento de capacidade produtiva

desses países para o resto da região do Leste/Sudeste Asiático (China/ASEAN) [25], na mesma lógica de reestruturação industrial e terceirização das funções de menor valor agregado para outras economias que foi empenhada pelo capital dos países centrais para lidar com os custos crescentes da produção (ARRIGHI, 2007, p. 36-37).

Dessa forma, a industrialização da China e dos países do Sudeste Asiático foi tomando corpo nas décadas de 1980 e 1990, em função das suas vantagens competitivas no estabelecimento das cadeias globais de valor, como os baixos custos de mão de obra e o câmbio desvalorizado (MEDEIROS, 2000, p. 390-394) [26]. Em contraste, enquanto a região intensificou a escala do seu desenvolvimento industrial, a América Latina e o continente Africano passava por um processo de contração do PIB, desindustrialização e reprimarização da economia como consequência dos ajustes impostos pelo "Consenso de Washington" (SEOANE; FEROLLA, 2025, p. 13-14).

Embora a Crise da Dívida nos anos 1980 tenha atingido a maior parte do Terceiro Mundo de forma intensa, as economias do Leste/Sudeste Asiático experimentaram inicialmente um impacto significativamente menor ou até mesmo se beneficiaram de forma relativa, em forte contraste com a terapia de choque que atingiu o restante dos países periféricos (BELLUZZO, 2000, p. 106-107). Durante o período de reestruturação da dívida (1983-1989), os países credores não cortaram o acesso a crédito a essas economias, ao contrário do que ocorreu nas demais regiões, chegando a haver um aumento massivo do fluxo de investimentos estrangeiros (CANO, 2000, p. 296-298).

A política de abertura chinesa em 1978, por exemplo, foi acompanhada por um rápido acesso ao financiamento internacional em condições excepcionalmente favoráveis, com o ingresso no BIRD e no FMI em 1980 e a obtenção de bilhões de dólares em empréstimos concedido por governos alinhados aos EUA ou de bancos desses países, que buscavam uma aproximação com a China ao longo das décadas de 1970 e 1980, visando ampliar as

[25] O Japão tornou-se o maior investidor internacional após 1985, usando o capital para financiar o desenvolvimento regional asiático e compensar a perda de competitividade das exportações pós-Plaza e Louvre, enquanto sua economia doméstica estagnava (MEDEIROS; SERRANO, p. 142-144)

[26] O modelo de "Gansos Voadores" (*Flying Geese*), formulado originalmente pelo economista japonês Kaname Akamatsu na década de 1930 e difundido globalmente a partir dos anos 1960, descreve um padrão de desenvolvimento regional hierarquizado e sequencial. A metáfora visual de uma revoada em "V" sugere que o Japão, como "líder da revoada", encabeça o processo de inovação tecnológica, sendo seguido pelos Novos Países Industriais (NICs) e, posteriormente, pelo Sudeste Asiático. O ciclo de desenvolvimento baseia-se na transição da importação para a produção local e, finalmente, para a exportação de bens manufaturados. À medida que o líder avança para indústrias de maior valor agregado, ele transfere setores intensivos em mão de obra para os países seguidores, criando uma dinâmica de integração produtiva e tecnológica na Ásia sob a hegemonia técnica japonesa (JUEGO, 2020, p. 490-491).

divergências dentro do bloco socialista e aumentar o desgaste soviético (MEDEIROS, 2000, p. 382, 390-392).

Apesar do baixo impacto das crises de endividamento na região, o receituário de liberalização financeira também foi imposto a esses países na medida em que o novo padrão de acumulação capitalista se consolidava ao redor do globo nos anos 1990 (MEDEIROS; SERRANO, 2000, p. 144-145). O fato do FMI ter formalizado o câmbio flutuante em 1978 não impediu que os países asiáticos (e outros países periféricos) optassem por manter suas moedas fixadas em margens específicas em relação a moedas mais fortes, como o dólar (ALBUQUERQUE, 2000, p. 85). Essa escolha se deu por uma lógica de atração de capital, na qual o regime de câmbio fixo eliminava o risco cambial para os investidores estrangeiros, incentivando a entrada massiva de empréstimos e capital de curto prazo para financiar o rápido crescimento na região (COZENDEY, 2013, p. 112).

Contudo, essa estratégia de fixação cambial, combinada com a liberalização de capitais imposta pela crescente financeirização global, revelou uma grave fragilidade estrutural. Quando os mercados perceberam a inviabilidade dos governos manterem a fixação no dólar, o ataque especulativo e a fuga massiva de capitais forçaram o abandono do câmbio fixo, o que resultou na desvalorização drástica das moedas locais e na insolvência de empresas e bancos (ALBUQUERQUE, 2000, p. 74-83). A Crise Financeira Asiática de 1997 [27] levou esses países a buscarem o socorro do FMI, que impõe condicionalidades como a abertura de setores à propriedade estrangeira, reestruturação empresarial e bancária, e reformas no mercado de trabalho, o que foi visto como parte de uma agenda de desmantelamento do "Modelo Asiático de Desenvolvimento" [28] (KHAN, 2024, p. 61), demonstrando que a estabilidade global prometida pela nova ordem pós-Guerra Fria não necessariamente se concretizava para as nações periféricas.

---

[27] O regime de câmbio flutuante no Japão, consolidado após o colapso de Bretton Woods e aprofundado pelo Acordo de Plaza (1985), permitiu uma valorização acentuada do iene que, embora tenha favorecido o poder de compra externo, desencadeou a bolha especulativa cujo estouro ocorreu no início de 1990. A crise japonesa subsequente, caracterizada por uma prolongada deflação de ativos e pelo acúmulo de créditos insolventes no setor bancário, atuou como um fator desestabilizador para as economias da região em 1997 por dois mecanismos principais: primeiro, a fragilidade dos bancos japoneses — grandes credores do Sudeste Asiático — forçou a retração de linhas de crédito externas para sanear balanços domésticos; segundo, a flutuação do iene e sua subsequente desvalorização frente ao dólar a partir de 1995 retiraram a competitividade das exportações das economias vizinhas, cujas moedas possuíam paridade fixa com o dólar, precipitando as crises de balanço de pagamentos na região (TORRES FILHO, 2000, p. 241-245).

[28] O Modelo Asiático de Desenvolvimento refere-se a uma abordagem de industrialização tardia que combina um Estado Desenvolvimentista forte com uma inserção internacional orientada para a exportação. O modelo se notabilizou por manter um forte controle sobre os fluxos de capital e o setor financeiro, utilizando intervenção estatal para aumentar a competitividade tecnoeconômica (MARTINS, 2011, p. 156).

A China foi uma notável exceção, tendo sido capaz de manter a estabilidade da sua moeda durante o período de turbulência na região ao manter o controle sobre a taxa de câmbio e o fluxo de capitais (ALBUQUERQUE, 2000, p. 241), e aprender lições valiosas com a visualização do impacto da crise nos países vizinhos, o que levou a uma reformulação das práticas de elaboração de política econômica chinesa, promovendo uma redefinição do papel de suas empresas estatais e uma reestruturação do setor bancário (OLIVEIRA, 2000, p. 5-7). A abordagem chinesa às reformas econômicas do fim do século 20 ocorreu de forma seletiva e gradual, em contraste com a liberalização abrupta implementada em outras nações periféricas (ARRIGHI, 2007, p. 15). Esse gradualismo experimental, rejeitando a "terapia de choque", sintetizou as prescrições neoliberais dentro do ritmo das reformas internas de Deng Xiaoping, em um processo de tentativa e erro e contínua disputa intelectual e política sobre a adoção desses mecanismos (WEBER, 2023, p. 30).

A resiliência durante a crise permitiu que o país explorasse de forma única a nova fase de reorganização produtiva global. Enquanto outras economias da região estavam em colapso e sob intervenção do FMI, a China, com sua estabilidade e vasto mercado de mão de obra barata e relativamente qualificada, consolidou-se como o principal destino para a capacidade industrial deslocada pelas multinacionais (ARRIGHI, 2007, p. 351; ANG, 2016, p. 215). Esse processo, que teve início em 1978 e se intensificou na década de 1990 e com o ingresso na OMC em 2001, transformou a nação no centro dinâmico da produção global, integrando-se massivamente às cadeias globais de valor e acumulando as gigantescas reservas cambiais que lhe dariam poder de barganha no cenário pós-Crise de 2008.

Para além da região do Leste/Sudeste Asiático, a década de 1990 também representou profundas transformações no restante do "Terceiro Mundo" e nos países que sucederam o bloco socialista. Como já observado, as consequências da Crise da Dívida e a reestruturação econômica imposta aos países latino americanos resultaram em um aprofundamento da vulnerabilidade estrutural e na perda de autonomia na formulação de políticas econômicas (ARAYA; CASTAÑEDA, 2020, p. 746). Países da região, como Brasil, México e Argentina adotaram medidas de ancoragem e valorização cambial como instrumento de combate à inflação e estabilização da economia na saída da crise (COZENDEY, 2013, p. 112), em contraste com as políticas de desvalorizações para estimular exportações empregada até a década de 1980 (CANO, 2000, p. 300).

No caso do Brasil, o Plano Real [29] inicialmente utilizou um modelo de câmbio flutuante que levou a uma grande valorização da nova moeda, mas devido aos déficits nas transações correntes gerados pela valorização, que levariam ao esgotamento das reservas internacionais do país, o regime foi modificado em menos de um ano depois para um modelo de bandas cambiais [30]. Ao ancorar o câmbio valorizado, o governo buscava crescentes fluxos de capital externo, e para isso recorreu à manutenção de uma elevada taxa de juros acima da média internacional como atrativo [31] (MEURER; SAMOHYL, 2005, p. 41-42).

O país, tendo passado por duas moratórias da dívida (1987 e 1991) (TAVARES, 2000, p. 479), embarcou em outro processo de endividamento massivo ao longo da década de 1990. Diferentemente da onda de endividamento externo dos anos 1970 resultante da reciclagem dos petrodólares/eurodólares, esse novo ciclo se baseava no endividamento majoritariamente interno, baseado em emissão de títulos de dívida pública e juros elevados [32] (BASTOS; TESSARI; SANTOS, 2019, p. 1). Essa vulnerabilidade acumulada ao longo da década foi posta à prova pelos sucessivos choques externos no México em 1994, Ásia em 1997 e na Rússia em 1998, e o regime de bandas cambiais tornou-se insustentável em 1999, forçando o Banco Central a restabelecer a flutuação cambial (TAVARES, 2000, p. 478-480). Os outros países em crise da região passaram por processos semelhantes com as suas próprias particularidades (ALMEIDA, 2007, p. 295).

Apesar disso, a recuperação econômica brasileira no final do século 20 e início do século 21 foi considerada bem sucedida, com o aumento nos investimentos diretos e nas taxas de crescimento sustentado no período. O governo brasileiro demonstrou confiança ao anunciar o pagamento antecipado dos desembolsos efetuados no âmbito do pacote de sustentação financeira acordado com o FMI devido à crise (ALMEIDA, 2007, p. 298-299), fator que contribuiu para o aumento dos fluxos de capitais externos. No entanto, grande parte desse investimento direto estrangeiro que ingressou no Brasil durante os anos 1990 e início

---

[29] Implementado em 1994, o Plano Real foi um programa de estabilização econômica desenhado para combater a hiperinflação inercial que assolava o Brasil. O plano foi bem-sucedido ao restaurar a confiança na moeda nacional sem recorrer ao congelamento de preços ou ao confisco de ativos, e a nova moeda persiste até hoje, sendo a moeda mais longeva da história recente do país.

[30] As bandas cambiais representam um regime de taxa de câmbio intermediário entre o câmbio fixo e o câmbio totalmente flutuante, no qual a variação da moeda é administrada pelas autoridades monetárias dentro de um intervalo predefinido (ALBUQUERQUE, 2000, p. 66).

[31] A taxa média de juros brasileira entre 1992 e 1994, por exemplo, chegou a ser oito vezes superior à taxa internacional (BASTOS; TESSARI; SANTOS, 2019, p. 16).

[32] A dívida de um país é fundamentalmente dividida em dívida externa, emitida e devida a credores externos em moeda estrangeira (geralmente o dólar), e dívida interna, emitida na moeda nacional via títulos de dívida pública para captar dólares. Os investidores estrangeiros, em busca de juros altos, vendem seus dólares no mercado de câmbio para obter a moeda local e comprar os títulos.

dos anos 2000 esteve vinculado a operações com dívida externa, privatizações e transferência privada de propriedades, pouco significando em termos de aumento de capacidade produtiva do país (CANO, 2000, p. 309).

A instabilidade financeira da década de 1990 também se manifestou drasticamente nas nações que sucederam o bloco socialista. A dissolução da URSS em 1991 e o desmantelamento do Segundo Mundo impuseram à Rússia, ao Leste Europeu e às demais ex-repúblicas soviéticas uma série de programas de "terapia de choque" (METRI, 2020, p. 726). Esse processo de liberalização abrupta resultou no colapso da capacidade produtiva e dos índices de bem estar [33], e em uma dependência imediata do capital financeiro internacional (WEBER, 2023, p. 24).

A vulnerabilidade desse novo bloco de nações foi exposta em 1998, quando o colapso do mercado de títulos russo (Crise do Rublo) demonstrou o contágio sistêmico, atingindo um dos principais sucessores geopolíticos da antiga oposição sistêmica e aprofundando a longa recessão econômica pós-colapso soviético (ALMEIDA, 2007, p. 297). A recuperação da economia russa só se daria na década seguinte com a ascensão de Vladimir Putin e impulsionada por um cenário externo favorável de alta nas *commodities* como o petróleo e o reengajamento com a institucionalidade hegemônica (CANUTO; SARAIVA, 2025, p. 22-30)

O panorama de vulnerabilidade e reestruturação era transversal por todos os países periféricos. A Índia também teve que realizar crescentes reformas econômicas nas décadas de 1980 e 1990, mas seguiu um caminho de liberalização mais gradual e seletivo, que se aprofundou após uma crise da balança de pagamentos em 1989 e os empréstimos com ajustes estruturais do FMI. A orientação doméstica da economia indiana durante o período pós-independência (1947-1990), embora tenha gerado um baixo ritmo de crescimento por décadas, contribuiu com as bases do desenvolvimento de uma economia diversificada com abundância capital humano que fez com que a Índia se destacasse na virada do século 21, embora em grau consideravelmente menor que a China (SINHA, 2020, p. 528-535).

As profundas transformações socioeconômicas que o país passou na década, alinhados ao colapso da URSS, um dos principais aliados da Índia ao longo da segunda metade do século, contribuíram para o realinhamento da política externa indiana, que passou de um dos mais vocais defensores do não-alinhamento e do terceiro-mundismo para buscar maior aproximação com os EUA, Israel e o Leste Asiático. Os formuladores de políticas indianas passaram a considerar que o alinhamento com o sistema econômico internacional

[33] "Como resultado da terapia de choque, a Rússia teve um aumento de mortalidade acima de qualquer experiência anterior em um país industrializado em tempos de paz" (WEBER, 2023, p. 24).

globalizado era superior à continuação do regime de substituição de importações, e a estratégia de Não-Alinhamento foi substituída pela "Autonomia Estratégica" (SINHA, 2020, p. 529-536).

A sucessão de crises das últimas décadas do século 20, combinada com as profundas transformações estruturais mencionadas até então, solidificaram um novo padrão sistêmico de vulnerabilidade econômica nas nações emergentes, que motivou a transição teórica do Terceiro Mundo para o Sul Global. Enquanto o Terceiro Mundo era primariamente um projeto político focado no desenvolvimento e na busca por autonomia e soberania política e econômica em um mundo bipolar, onde o não-alinhamento não significava neutralidade passiva, mas uma tentativa ativa de soberania política e econômica frente às superpotências, o conceito de Sul Global emerge como uma categoria que reflete a posição de dependência e subordinação reestruturada pelo novo sistema dólar-flexível após o fracasso do projeto político do terceiro-mundismo (SAJED, 2020 p. 2-4).

As bases do não-alinhamento estabelecidas em Bandung eram majoritariamente político-ideológicas, pautadas no anticolonialismo e anti-imperialismo, e de acordo com Arrighi, foram facilmente destruídas pela ofensiva econômica dos anos 1980, fragmentando o Terceiro Mundo entre países que se desenvolveram, como o Leste Asiático/Países do Golfo, e aqueles que estagnaram ou retrocederam, como a América Latina e a África. Isso fez com que iniciativas como o MNA, o G77 e a UNCTAD perdessem sua relevância como grupos coesos diante da diversificação de interesses econômicos e da fragmentação política dessas nações. Essa ofensiva do sistema dólar-flexível forçou cada país a negociar individualmente sua sobrevivência com a institucionalidade hegemônica, de forma que cada um buscou se acomodar da melhor forma possível dentro da nova ordem. A reorganização capitalista a nível global pós-Guerra Fria levou a uma reversão completa das tendências políticas dos países em desenvolvimento observadas nas décadas anteriores, como reivindicações por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) (ALMEIDA, 2007, p. 278-280).

O Sul Global reflete essa fragmentação da periferia e a imposição de uma nova lógica de inserção internacional, marcada não pela solidariedade automática entre países periféricos com base em formulações como o anticolonialismo e o anti-imperialismo do Terceiro Mundo, mas pela competição por capitais e pela inserção desigual no processo de globalização (SAJED, 2020 p. 2-4). Essa definição se dá mais como "fato geopolítico" do que como um agrupamento coeso, onde os Estados perseguem interesses individuais de forma pragmática, muitas vezes alternando entre iniciativas de multipolaridade e alinhamento com a

institucionalidade hegemônica (SHIDORE, 2025, p. 126-128). No entanto, autores argumentam que iniciativas de cooperação e aprofundamento de relações econômicas Sul-Sul, apesar de pautadas por esse pragmatismo de melhor inserção na economia global, têm capacidade para criar bases de contestação hegemônica mais sólidas do que a solidariedade muitas vezes retórica do terceiro-mundismo, com o desenvolvimento de redes de interdependência multilaterais e iniciativas que apresentem alternativas concretas ao sistema dólar (DANTAS, 2014, p. 51-52).

Apesar das dificuldades em articular essa visão política unificada para o Sul Global, fatores como resiliência indiana e o acelerado crescimento chinês, somados às recuperações do Brasil e da Rússia no início dos anos 2000 e a ascensão de outras nações semiperiféricas, demonstraram que essas economias emergentes, apesar de vulneráveis, possuíam agora escala e capacidade estratégica, com uma crescente participação no PIB global que resultou no aumento da importância desses países para a dinâmica do comércio e da produção mundial. Contudo, a exclusão persistente dessas nações da gestão da governança econômica global, somada à percepção de que a arquitetura financeira era falível e não representativa, foram fatores que atuaram para o surgimento do BRICS e de outras iniciativas com base em interesses pragmáticos comuns que buscam alternativas e reformas das estruturas da economia internacional no século 21.

3.2 - BRICS, Crise de 2008 e a Defesa da Reforma Institucional

O início dos anos 2000 foi um período de transformação e consolidação para essas nações, especialmente para a China, marcado por sua plena integração no sistema econômico global, seu crescimento econômico acelerado e a intensificação de sua assertividade geopolítica. A entrada do país na OMC em 2001, após cerca de 15 anos de negociações e uma série de concessões, é considerada o principal símbolo de uma nova fase do engajamento chinês no sistema internacional (QUADROS, 2020, p. 11), e foi em parte motivada pela intenção de aumentar os laços com o Ocidente e evitar uma possível aliança comercial e militar entre a Rússia e a China, logo após o fim do mundo bipolar com a queda da URSS em 1991 (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 22).

Essa nova fase de engajamento foi caracterizada pela expansão da adesão e pelo aprofundamento da participação do país em instituições internacionais, com uma China muito mais proativa e confortável em utilizar essas instituições em seu benefício (SHAMBAUGH,

2013, p. 108), após um longo período de adequação ao ambiente internacional. Entre 1949 e 1978, o país permaneceu em grande parte fora das principais organizações internacionais. No entanto, entre 1978 e 1999, após o processo de Reforma e Abertura, a China aumentou significativamente sua participação nesses organismos, assinando ou aprovando mais de 190 tratados multilaterais, e demonstrando uma mudança em direção à integração com a ordem global (FENG; ZHANG, 2019, p. 29). Na década de 1990, o país se tornou o maior receptor de empréstimos e projetos do Banco Mundial, superando a Índia, e aprendeu a navegar em uma ampla variedade de outras agências multilaterais para obter ajuda, empréstimos e investimento, ultrapassando todas as outras nações do mundo (SHAMBAUGH, 2013, p. 107).

Outra importante faceta dessa nova proatividade chinesa foi o início da articulação de instituições alternativas fora do controle Ocidental, como a criação da Organização para a Cooperação de Shanghai (SCO) junto à Rússia e outras ex-repúblicas soviéticas em 2001 [34], que evoluiu do grupo "*Shanghai Five*", formado em 1996 com o objetivo de gerenciar disputas territoriais entre a China e esses países. Com a expansão, a SCO mudou seu foco principal para o combate ao extremismo, separatismo e terrorismo (YAZDANSHENAS, 2025, p. 2). A Carta da SCO, formalizada em 2002, enfatizou a cooperação entre os países membros em áreas como política, comércio, economia, defesa, meio ambiente, ciência e tecnologia, educação, energia, transporte e finanças (CABANA, 2014, p. 36). Essa articulação ia diretamente de encontro com os objetivos dos países ocidentais de evitar uma possível aliança comercial e militar entre a Rússia e a China.

O crescimento da cooperação sino-russa veio em continuidade ao estabelecimento da Parceria Estratégica entre os dois países na década de 1990 (CHENG; ZHANG, 1999, p. 101), e foi visto como uma ameaça direta à hegemonia político-econômica estadunidense, exemplificada na rejeição do pedido dos EUA para obter o status de observador na SCO em 2005 (SHIN, 2020, p. 48-49). Apesar da aproximação de ambos os países com o Norte Global em busca de aceitação nas instituições hegemônicas, esse engajamento também vinha acompanhado de inconformidades com a estrutura hierárquica e desfavorável, e crescentes

[34] A SCO foi estabelecida em junho de 2001. Seus membros originais eram China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão (CABANA, 2014, p. 36). Sua expansão reflete o crescente peso geopolítico do bloco: em 2017, admitiu Índia e Paquistão como membros plenos; em 2023, formalizou a entrada do Irã; e, mais recentemente, em julho de 2024, incorporou a Bielorrússia, totalizando dez estados-membros. Além dos membros plenos, a SCO projeta sua influência através de uma rede de "Parceiros de Diálogo" e observadores que inclui potências regionais como Turquia, Arábia Saudita e Egito, abrangendo quase metade da população mundial (VISION IAS, 2025).

reivindicações por uma arquitetura verdadeiramente inclusiva, tanto a nível político quanto a nível econômico.

A forma da inclusão da Rússia no G7 em 1997, por exemplo, já evidenciava o real caráter dessa nova relação. Embora tenha passado a integrar as cúpulas do principal foro de coordenação e gestão da economia global pelos países desenvolvidos, que se tornou então o G8, o país não integrou o processo de reuniões dos ministros de finanças, que continuou a ser o G7. Embora a Cúpula de Líderes tenha assumido o papel de principal foro político para a cooperação econômica internacional, especialmente após 2008, as reuniões ministeriais (Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais) retiveram o papel de núcleo técnico e operacional (COZENDEY, 2013, p. 143-146).

O Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), estabelecido em 1999, por exemplo, reportava-se aos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G7 (TRUMAN, 2009, p. 6), e foram os Ministros de Finanças do G7 e o FSF que desenvolveram a base do programa de ação de Washington no G20, que reformaria a arquitetura regulatória financeira global em 2008 (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 522). Esses fatores indicam que essas reuniões ministeriais eram o verdadeiro cerne do poder decisório financeiro do G8, sendo mais restrito e exclusivo do que a Cúpula de Líderes.

Mesmo tendo ingressado nas instituições de Bretton Woods ao longo dos anos 1990 e adotado o receituário liberal, a Rússia continuou sendo vista com profunda desconfiança pelas demais potências, e sujeitada a um tratamento desigual. Longe de ser por razões de inclusão e alinhamento econômico, a principal motivação para esse processo de inclusão foi de ordem estratégica, visando dividir o ônus da gestão global após o fim do mundo bipolar. O países desenvolvidos, particularmente os EUA, buscaram cooptar a Rússia para a nova ordem hegemônica, neutralizando potenciais riscos de segurança e garantindo o monopólio do arsenal nuclear do antigo bloco soviético ao dar força à preeminência russa, na suposição de que convinha preservar o país como potência singular que pudesse controlar o caos regional pós-colapso soviético (CERVO, 2007, p. 321-322).

No caso da Índia, suas relações com os países desenvolvidos, especialmente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, foram definidas por uma transformação estratégica, uma ascensão econômica notável e um engajamento cauteloso com as instituições ocidentais, muitas vezes motivado pela rivalidade crescente com a China (BATISTA JR., 2020, p. 242). Como mencionado anteriormente, esse período marcou o abandono gradual da política de Não-Alinhamento e o início de uma busca ativa por parcerias estratégicas, sobretudo com os

EUA, enquanto a Índia se consolidava como uma potência emergente. O país se integrou lenta, mas seguramente, às cadeias de suprimentos globais, mercados, finanças e instituições nas décadas de 1990 e 2000, apresentando taxas de crescimento de 8% ao ano ou mais por volta de 2003 (SINHA, 2020, p. 528-536).

Enquanto os EUA tratam a Rússia e a China como competidores estratégicos, a Índia foi considerada um aliado importante na região do Indo-Pacífico e um parceiro estratégico fundamental (LIU; PAPA, 2022, p. 27). Em 2005, por exemplo, a administração Bush realizou uma reavaliação da relação EUA-Índia, buscando uma parceria estratégica com o país na linha da estratégia de contenção da China (SINHA, 2020, p. 542). Apesar disso, a insatisfação histórica da Índia com a hierarquia financeira internacional levou o país a articular com as demais economias emergentes na reivindicação de reformas nessa arquitetura institucional, na linha de sua "Autonomia Estratégica".

Assim como China, Rússia e Índia, o Brasil, mesmo afastado das principais tensões geopolíticas da Eurásia, estava profundamente envolvido na contestação geoeconômica da ordem mundial. Tendo que se apoiar em linhas de crédito do FMI até 2002 (COZENDEY, 2013, p. 134), o país herdou um pesado endividamento da crise do petróleo e do fracasso do projeto "Brasil Potência" do regime militar (SATO, 2020, p. 82-83). Após a redemocratização em 1988, o país se distanciou da política de autonomia por distanciamento das instituições internacionais e foco no mercado interno, e adotou uma política de inclusão que buscava a participação ativa no ambiente internacional e adesão aos regimes e normas vigentes, como como forma de influenciar a formulação dos princípios e regras do sistema de forma favorável ao seu desenvolvimento econômico, em vez de resistir a elas (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 31-32).

Essa abordagem de "autonomia por inclusão" atingiria seu ápice no início dos anos 2000, com a intensificação da participação brasileira nos organismos multilaterais hegemônicos (especialmente a OMC) e uma "convergência crítica" em relação aos valores e compromissos que orientavam a vida internacional (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 36). No entanto, a percepção da inércia institucional e do caráter hierarquizado do sistema econômico internacional motivaria uma mudança de ênfase e tonalidade na política externa para a estratégia da "autonomia pela diversificação", enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, por meio de alianças regionais e acordos com parceiros não tradicionais como China, Rússia, Índia, e a região África-Pacífico (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 282-283).

Dessa forma, as principais economias emergentes no início do século 21 iam demonstrando cada vez mais inconformidade com as limitações do sistema unipolar. O descompasso entre a crescente escala econômica desses países e sua sub-representação nos fóruns de governança global geravam um diagnóstico comum sobre o caráter desigual dessas estruturas. Apesar de suas tentativas de inclusão e reformas, a resistência dos países desenvolvidos e a inércia burocrática das instituições tornaram o caminho da reforma interna lento e ineficaz. Diante da relutância do Norte Global em efetivar as mudanças prometidas, esses países se viram obrigados nos anos seguintes a buscar articulações próprias para reivindicar essas mudanças e construir mecanismos alternativos.

A percepção de que essas nações representavam uma nova força capaz de desafiar o status quo já havia sido antecipada em 2001, quando o termo "BRIC" foi inicialmente cunhado em 2001 por Jim O'Neill, economista-chefe do Goldman Sachs, em um relatório intitulado *Building Better Global Economic BRICs*. O'Neill concebeu o acrônimo para identificar as quatro maiores economias emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China) que apontavam um rápido crescimento econômico e apresentavam grande potencial de investimentos. O relatório previa que esses países se tornaram uma importante força na economia global e que as instituições e fóruns de governança global deveriam passar por ajustes para incorporar uma maior representatividade dessas nações. O termo, que ganhou popularidade entre a mídia e a academia, acabou sendo abraçado pelas lideranças dos países nos anos seguintes (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 578-579).

Por iniciativa do presidente russo Vladimir Putin, a articulação entre os países do BRIC se iniciou de maneira informal em 2006, por meio de encontros a nível ministerial no âmbito da Assembléia Geral da ONU e de outros fóruns multilaterais, que foram se intensificando com o passar dos anos até que, em junho de 2009, os chefes de Estado e de Governo desses países realizaram a 1ª Cúpula do BRIC em Ecaterimburgo, Rússia (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 579). O principal ponto da declaração conjunta emitida no evento foi a Crise Financeira Global que eclodiu em 2008 e causou um abalo sísmico na economia mundial comparável apenas à Grande Depressão de 1929 (MILAN, 2012, p. 136).

Diferentemente das crises anteriores, que geralmente se iniciavam na periferia, a crise de 2008 eclodiu no coração do sistema financeiro global, os países centrais, e teve proporções e desdobramentos mais amplos (RAMOS, 2014, p. 54). Enquanto a década de 1990 já havia demonstrado à maioria dos países emergentes os riscos do mundo globalizado, a

multiplicação dos fluxos de capital, decorrentes da desregulamentação econômica e do avanço das tecnologias de informação e telecomunicações para além da economia real, garantiu aos países mais avançados um período prolongado de relativo crescimento e estabilidade, com a economia estadunidense em expansão e permitindo uma política monetária de juros baixos após a turbulência da década anterior (COZENDEY, 2013, p. 119-120). [35]

Enquanto a crise teve um impacto devastador sobre a maioria dos principais países avançados, abalando bancos, níveis de atividade e emprego, políticas monetárias e fiscais, e as ideologias econômicas predominantes, os países em desenvolvimento sofreram um impacto menor e iniciaram seus processos de recuperação mais cedo, contribuindo para o aumento da participação dessas economias no PIB mundial (BATISTA JR., 2019, p. 31-32). A manutenção de um nível permanentemente elevado de reservas internacionais foi um mecanismo crucial de autoproteção contra choques externos para muitas economias emergentes. A estabilidade dos sistemas econômicos dos BRICs foi testada e eles superaram a crise devido, em parte, às suas robustas reservas cambiais e à eficiência de seus programas anticrise (SHAVSHUKOV, 2018, p. 120-121).

A escala da crise exigiu medidas de coordenação que transcendiam o alcance do G8, impulsionando o Grupo dos 20 (G20), até então um fórum informal e dormente de nível ministerial, criado em 1999 após a crise asiática [36], a um papel central na coordenação da resposta internacional e na reforma da arquitetura financeira mundial (BATISTA JR., 2019, p. 30-32; COZENDEY, 2013, p. 116). Esse novo papel foi formalmente reconhecido na cúpula de Pittsburgh [37], em setembro de 2009, quando os líderes o designaram como o "principal fórum para a nossa cooperação econômica internacional" (BUZDUGAN; PAYNE, 2020, p. 339). De acordo com Batista Jr., o governo brasileiro, sob a presidência de Lula, teve um papel fundamental nessa elevação do G20 de foro burocrático em um foro político de chefes de Estado e de Governo, com o país atuando como “motor” da coordenação entre os países em desenvolvimento que compõem a maior parte do grupo (BATISTA JR., 2019, p. 32-33).

[35] Apesar do desempenho da Europa ocidental e do Japão ter sido mais modesto em relação ao crescimento robusto dos EUA (COMBAT, 2019, p. 261), com a economia japonesa estagnada e a Europa com baixas taxas de crescimento, o compartilhamento e integração tecnológica entre os países centrais assegurou que as etapas de maior valor agregado da produção mundial e o monopólio da inovação permanecessem concentrados no Norte Global, mitigando a perda relativa de participação dessas potências no PIB mundial.

[36] “O G20 foi formado em 1999, por iniciativa do G7, como um agrupamento informal de nível ministerial que reunia além do G7, a comissão europeia, a Austrália e os principais países emergentes: África do Sul, Argentina, Arábia Saudita, Brasil, China, Coréia do Sul, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia” (COZENDEY, 2013, p. 116).

[37] Apesar desse papel ter sido reconhecido formalmente em Pittsburgh, o G20 já havia realizado outras duas cúpulas para discutir a crise de 2008 (Londres e Washington D.C).

Dessa forma, na declaração conjunta de Ecaterimburgo, os líderes do BRIC enfatizaram o papel central desempenhado pelas Cúpulas do G20 no tratamento da crise financeira. Eles observaram que o fórum promoveu a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo sobre as questões econômicas e financeiras internacionais, e utilizaram esse espaço para promover conjuntamente uma agenda de reforma da ordem internacional, que se tornou mais urgente após a crise (BRICS, 2009), solidificando o BRIC como uma coalizão diplomática que buscava fazer com que as decisões dos foros econômicos hegemônicos refletissem o peso crescente dos países emergentes. Além do G20, o grupo também passou a atuar conjuntamente em muitas pautas no âmbito da Diretoria Executiva do FMI, como a defesa da mudança na estrutura de votos e quotas do Fundo (BATISTA JR., 2019, p. 34-36).

Antes da crise, o FMI vinha decaindo em relevância por anos, tendo perdido credibilidade com os países em desenvolvimento após as medidas de reestruturação pós-Crise Asiática de 1997. A maior parte dos países devedores já haviam pago seus débitos, e o valor total devido estava em uma mínima histórica, caindo de US$ 105 bilhões em 2003 para menos de US$ 10 bilhões em 2007. As condicionalidades impostas em seus planos de reestruturação e empréstimos do Fundo dissuadiam os governos dessas nações a ceder ainda mais o controle de suas políticas monetárias e fiscais, desenvolvendo ao longo da década de 1990 uma série de mecanismos para diminuir a dependência nas Instituições de Bretton Woods, como o sobre acúmulo de reservas, o incentivo aos fluxos de capital internacional privado e crescentes medidas de cooperação Sul-Sul (KHAN, 2024, p. 41-42).

Essa cooperação entre os países em desenvolvimento, enfraquecida pelas crises das décadas de 1980 e 1990, retomou fôlego no início dos anos 2000 frente à insuficiência das instituições hegemônicas para manejar a instabilidade dos fluxos de capitais em suas economias num mundo de mercados financeiros integrados (COZENDEY, 2013, p. 117). O G77 e a China desempenharam um papel crucial na retomada do ritmo crescente de articulação ao realizarem a Primeira Cúpula do Sul em Havana em 2000, que reuniu Chefes de Estado e Governo de diversos países para reafirmar os compromissos de cooperação e solidariedade firmados na Carta de Argel em 1967 (DANTAS, 2014, p. 31-34) [38].

Os anos seguintes foram marcados por um crescimento exponencial de fóruns e eventos relacionados à cooperação Sul-Sul, como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) estabelecido em 2000, o Fórum de Diálogo IBSA (Índia, Brasil e África do Sul)

[38]A Carta de Argel (1967) representa um marco fundamental na institucionalização da agenda política e econômica dos países em desenvolvimento, constituindo o documento fundador da estratégia de negociação coletiva do Grupo dos 77 (G77) frente aos países desenvolvidos (BUZDUGAN; PAYNE, 2020, p. 333-334).

em 2003 e o movimento de extensão do sistema G7/8 que culminou no formato G8 + BICSAM (Brasil, Índia, China, África do Sul e México) em 2005 (CABANA, 2014, p. 19-21, 36-38), entre vários outros, como a própria SCO mencionada anteriormente. As primeiras articulações na direção do BRIC se intensificaram na esteira desse processo, atuando para a ampliação desses espaços de inclusão (2020, p. 233-234).

A eclosão da crise em 2008 reposicionou a centralidade do FMI como "primeiro socorrista" do sistema financeiro internacional (KHAN, 2024, p. 43), com o Fundo agindo rapidamente e concedendo assistência a países em todo o mundo [39], incluindo a Islândia, que se tornou o primeiro país desenvolvido a recorrer à instituição desde a década de 1970 (COZENDEY, 2013, p. 123). Utilizando o G20 como plataforma de coordenação da resposta internacional à crise, as lideranças das principais economias do mundo se comprometeram a triplicar o volume de recursos disponíveis ao FMI para US$ 750 bilhões, após se tornar evidente que o volume disponível até então seria insuficiente para auxiliar a economia global (BATISTA JR., 2019, p. 137).

Para prover recursos imediatos, foi anunciada uma nova emissão de Direitos Especiais de Saque (SDR) pela primeira vez desde as crises das décadas de 1970 e 1980 [40], no valor de US$ 250 bilhões, e empréstimos adicionais de pelo menos US$ 100 bilhões por parte do Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento, abaixo da liquidez necessária para combater a crise. No entanto, a disponibilização de recursos via FMI, incluindo os SDR, é diretamente proporcional às quotas do Fundo. Apesar da pressão dos países emergentes pela revisão do sistema de quotas ter resultado na aprovação de um processo de redistribuição parcial considerado insatisfatório em 2008, a necessidade de financiamento imediato não podia aguardar a demora da ratificação do processo, levando a instituição a recorrer a empréstimos bilaterais de uma série países para prover essa liquidez necessária antecipadamente (COZENDEY, 2013, p. 132-133) [41].

Além da atuação das Instituições de Bretton Woods, como centro do sistema financeiro internacional, os EUA tiveram que assumir seu papel de provedor de liquidez

---

[39] "O FMI chegaria a socorrer mais de 50 países, não somente emergentes e em desenvolvimento, como se esperava inicialmente, mas alguns desenvolvidos, entre eles quatro membros da área do euro, Grécia, Portugal, Irlanda e Chipre" (BATISTA JR., 2019, p. 137).

[40] Desde seu estabelecimento, foram propostas cinco alocações de SDR na história (1970-72, 1979-81, duas em 2009 e, por fim, em 2021 após a eclosão da pandemia de Covid-19, que foi vetada pelos EUA) (FMI, 2023).

[41] "O Japão ofereceu um empréstimo na casa dos US$ 100 bilhões ao FMI. Diversos outros países desenvolvidos, entre eles Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá, também ofereceram contribuições.. O segundo maior empréstimo veio da China, no valor de US$ 50 bilhões. Brasil, Índia e Rússia entraram com US$ 10 bilhões cada. No total, o FMI assinou acordos com 22 países, totalizando mais de US$ 250 bilhões" (BATISTA JR., 2019, p. 139, 141).

global. Para conter a escassez de dólares resultante do pânico dos mercados financeiros, o FED expandiu agressivamente suas linhas de *swap* cambial com 14 bancos centrais (incluindo Brasil e México), injetando mais de US$ 600 bilhões no sistema. Esse volume de liquidez foi quase o dobro da capacidade de empréstimo imediato insuficiente do FMI na época, evidenciando que o poder real de estabilização reside em Washington, e não nas instituições multilaterais tradicionais (BATISTA JR. 2019, p. 129-130; TRUMAN, 2009, p. 4-5).

O recurso a empréstimos em tempos de crise, em vez de um aumento de quotas, tem sido um padrão repetido pelos países desenvolvidos para reforçar o FMI sem que precisem abrir mão, de imediato, de seu poder de voto. De acordo com o economista Paulo Nogueira Batista Jr., Diretor Executivo do FMI em Washington indicado pelo Brasil entre 2007 e 2015, se tratava de um padrão que vinha se repetindo, no qual em tempos de tranquilidade o processo era adiado com o argumento de que não havia necessidade, e em tempos de crise de que a necessidade de financiamento era imediata. Dessa vez, houve um entendimento político no âmbito do G20 de que os empréstimos temporários seriam posteriormente convertidos, pelo menos em parte, em quotas ampliadas, abrindo assim espaço para a revisão da distribuição do poder de voto, que seria negociada até 2011 (BATISTA JR., 2019, p. 138).

Esses acordos bilaterais foram posteriormente incorporados ao NAB (*New Arrangements to Borrow*), um mecanismo de financiamento suplementar vinculado ao FMI e distinto do sistema de quotas, que foi estabelecido inicialmente em 1997 após a Crise Asiática, seguindo a linha do antigo GAB (*General Arrangements to Borrow*), utilizado durante a crise de liquidez global que levou ao Choque Nixon (COZENDEY, 2013, p. 133). Em resposta à Crise de 2008, o NAB foi reformulado e drasticamente ampliado para alcançar o volume de recursos necessário para enfrentar a crise, alcançando um valor próximo de US$ 600 bilhões. Os EUA entraram com US$ 111 bilhões; o Japão, com US$ 106 bilhões; os países da União Europeia (UE) com US$ 192 bilhões; e os BRICs, com US$ 92 bilhões (BATISTA JR., 2019, p. 146).

Os países do BRIC coordenaram sua participação nessa reformulação de forma que, com aproximadamente 15% da contribuição total do novo arranjo, dispusessem do poder de veto sobre o acionamento do NAB (COZENDEY, 2013, p. 133). Apenas os EUA e o Japão, individualmente, e os BRICs e a UE conjuntamente, ficaram com esse poder, refletindo o crescente peso do novo agrupamento dentro das instituições hegemônicas (BATISTA JR., 2019, p. 146). Esses países viram no período de crise uma oportunidade de corresponder às

expectativas sobre suas economias e manter a pressão pela continuidade do processo de reforma dessas instituições (COZENDEY, 2013, p. 133), que passaria por profundos contratempos na década de 2010.

No entanto, as contradições internas do agrupamento já apareceriam nesse momento inicial, quando a Rússia e a China propuseram criar um novo sistema de reserva global em 2009. Ambos os países afirmavam que a proposta visava garantir a estabilidade financeira global e facilitar o crescimento econômico mundial, pois as deficiências do sistema vigente eram causadas pelo uso de moedas nacionais baseadas em crédito. Esse novo sistema de reserva seria baseado em uma versão expandida dos SDR, incluindo na cesta de moedas o renminbi chinês, o rublo russo e outras moedas de países emergentes, além de ativos como o ouro (LIU; PAPA, 2022, p. 25, 52-54).

Embora a retórica utilizada tenha sido mais vaga nas críticas ao sistema vigente, os EUA reconheciam que a utilização dos SDR como "moeda" de reserva internacional representaria uma ameaça direta à hegemonia do dólar ao enfraquecer seu privilégio exorbitante de financiar déficits na balança de pagamentos e sua dívida pública simplesmente emitindo sua própria moeda para suprir a demanda internacional de reservas e transações (FERRARI, 2014, p. 201-202). A proposta foi fortemente rechaçada pelos EUA [42] e pelo Reino Unido, e embora alguns membros do G7, notavelmente Alemanha e França, tenham dado suporte à ideia, a falta de coesão do próprio BRIC foi um fator que impactou negativamente a recepção dessa agenda, com a vacilação do Brasil e da Índia impedindo que o agrupamento falasse com uma só voz representando todas essas economias emergentes, ao contrário do que fizeram em relação à revisão de quotas e à fórmula do FMI (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 518).

O Brasil, à época, entendia que apoiar uma alternativa monetária radical poderia ser percebido como uma contestação explícita que ameaçaria os limitados, mas importantes, ganhos de inclusão e poder de voto que o Brasil e os BRIC estavam conquistando nos fóruns ocidentais, como o G20 (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 78). A postura brasileira se enquadrava na sua estratégia mais ampla de ativismo dentro da governança global, buscando reformas institucionais em vez de ruptura imediata. No caso da Índia, a proposta da China e da Rússia foi considerada pelo governo indiano como mais ideológica do que substantiva, e o

[42] Como o maior acionista do FMI, os EUA não têm nenhum interesse em desenvolver instrumentos que reduzam o papel do dólar como divisa-chave (COZENDEY, 2013, p. 160), e seu poder de veto na instituição garante que essas iniciativas sejam derrubadas o mais rápido possível, como foi feito em outras tentativas de elevar os DES a um papel de reserva global e em propostas de reciclagem dos petrodólares via FMI (METRI, 2020, p. 724).

país hesitava em desafiar o dólar e contrariar os EUA, especialmente no contexto do aumento das pressões no subcontinente indiano em questões de segurança. Assim como o Brasil, a Índia preferiu articular outros pontos centrais da agenda do BRIC, como a reforma dos sistemas de quotas das Instituições de Bretton Woods (LIU; PAPA, 2022, p. 26-27).

Em abril de 2010 foi realizada a 2ª Cúpula do BRIC, em Brasília, onde os quatro países aprofundaram suas propostas coletivas e reforçaram o comprometimento em se empenhar por uma reforma do sistema internacional de maneira a refletir as mudanças na economia global (GOMES, 2018, p. 86). A Declaração Conjunta reforçou a importância do G20 como um arranjo mais inclusivo de coordenação econômica internacional e estabeleceu diversas iniciativas de cooperação setorial dentro do agrupamento em várias áreas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. Também foi enfatizada a importância de uma maior inclusão dos países do BRIC nos mecanismos de governança global, apoiando as aspirações do Brasil e da Índia de exercerem um papel mais significativo no âmbito da ONU e a tentativa russa de ingressar na OMC (BRICS, 2010).

Ao se posicionarem como agentes construtores de uma nova governança global, os membros do grupo reiteraram a necessidade da cooperação com os demais países em desenvolvimento em face da crise econômica e financeira (GOMES, 2018, p. 86). Essa ambição tomaria corpo ainda no mesmo ano, quando a África do Sul foi convidada em dezembro de 2010 para se juntar ao agrupamento, na percepção de que integrar um país do continente africano reforçaria seu status como um grupo de economias emergentes interessadas em participar mais ativamente da governança global e em serem motores da cooperação Sul-Sul. O país foi visto como a "porta de entrada para a África", sendo o único país africano a integrar o G20, além de possuir laços estreitos com organismos regionais como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Africana (UA) (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 79).

Na 3ª Cúpula do grupo (2011), realizada em Sanya, China, o país seria formalmente incorporado, marcando a transição do acrônimo para BRICS, e a primeira expansão do agrupamento. O ingresso se deu por consenso entre os quatro fundadores, sem que houvesse a definição de regras ou procedimentos para novos membros, e alguns autores argumentam que foi um trâmite claramente político e pautado no reconhecimento de que a inclusão do país contribuía para o agrupamento mais do que seu peso econômico em si. Por exemplo, o PIB da China era cerca de 16 vezes maior, e a África do Sul detinha menos de um terço da porcentagem do Brasil na estrutura de quotas e votos do FMI. No entanto, outros autores

argumentam que os BRICS reuniram com a inclusão do país algumas das economias mais relevantes de setores estratégicos da economia global: produtos agrícolas (Brasil), petróleo (Rússia), *outsourcing* (Índia) [43], cadeias produtivas (China) e recursos minerais (África do Sul) (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 79).

Sanya também ganhou especial importância porque, naquele momento, todos os países do BRICS, já incluindo a África do Sul, estavam simultaneamente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Essa coincidência tornou a cúpula particularmente relevante para a discussão de questões de segurança, como os eventos que se seguiram à Primavera Árabe. Pela primeira vez na história do agrupamento, foi feita uma referência explícita à reforma da ONU na declaração final dos líderes, na linha do ponto da declaração anterior sobre uma maior inclusão dos países do BRICS na Organização (VADELL, 2020, p. 319).

Apesar da falta de apoio do Brasil e da Índia à iniciativa russa e chinesa de expansão dos SDR como novo sistema de reserva global, em Sanya os líderes do agrupamento se comprometeram a apoiar um sistema de moeda de reserva internacional de base ampla. No entanto, enquanto uma análise em retrospectiva indica que o grupo demonstrava estar em total conformidade com o empenho feito em 2009 de aprofundar as reformas do sistema financeiro internacional, as economias do BRICS apresentavam em 2020 apenas 60% de conformidade com os compromissos de suas cúpulas de 2011 e 2012 (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 516-517).

Mesmo assim, a Crise Financeira Global de 2008 serviu como um catalisador geopolítico para a articulação permanente do BRICS. Ao evidenciar a fragilidade do próprio centro hegemônico, o colapso forçou as potências ocidentais a reconhecerem a importância das economias emergentes, culminando na elevação do G20 ao status de principal fórum de coordenação. Contudo, essa inclusão nos fóruns de governança não se traduziu em poder decisório real dentro do FMI e do Banco Mundial, mantendo a percepção de exclusão. A formalização do BRICS representou, portanto, o fim da fase de reação individualizada às crises e o início de uma nova fase de resposta institucional para mitigar a vulnerabilidade estrutural desses países e defender reformas mais profundas. Com a inclusão da África do

[43] A Índia se especializou em fornecer serviços de suporte, processamento de dados, tecnologia da informação (TI) e gestão administrativa para empresas multinacionais sediadas no Norte Global (especialmente EUA e Europa). Em 2010, os serviços de computação e informação representavam cerca de 46% do total das exportações de serviços da Índia, seguidos por "outros serviços empresariais" (23,5%), que incluem a terceirização de processos de negócios (OLIVEIRA, 2013, p. 45).

Sul, a atuação do grupo ganhou uma dimensão pan-continental que impulsionou novas iniciativas em busca dessas reformas, como veremos a seguir.

3.3 - Construção Institucional Alternativa e Acirramento das Rivalidades Sistêmicas

Os primeiros anos da década de 2010 foram marcados pelo aprofundamento institucional dos BRICS. Desiludidos com a superficialidade das reformas internas das Instituições de Bretton Woods, os países do agrupamento intensificaram as articulações em torno da criação de instituições alternativas à ordem hegemônica ao invés de manter a retórica otimista de inclusão da década anterior. Uma das maiores razões dessa desilusão foi o constante adiamento da revisão da fórmula de quotas aprovada em 2010, que só se tornou efetiva em 2016, devido principalmente à resistência dos EUA (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 513) [44].

Apesar da reforma aprovada ter aumentado a quota agregada do BRICS [45] de 11,5% para 14,7%, esse aumento não conseguiu retirar o poder de veto dos EUA, que mantiveram 17,4% dos votos, perpetuando o sistema tradicional e mantendo o controle do G7 sobre a governança das instituições financeiras internacionais (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 78). O descompasso entre o crescente peso econômico do BRICS, que em termos de paridade de poder de compra já havia superado o G7 (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 579), e sua baixa representação nas instituições de governança, quando alinhado à falta de coordenação do grupo em relação a uma agenda unificada de reformas internas nessas instituições, levaram esses países a uma mudança de abordagem para trilharem um caminho próprio no campo das organizações multilaterais a partir de 2012 (BATISTA JR., 2019, p. 193).

Essas movimentações começaram a ser articuladas com maior profundidade na 4ª Cúpula do BRICS, em Nova Délhi, Índia, em 2012. Este encontro foi um marco fundamental no aprofundamento da cooperação intra-BRICS e na estratégia de contestação do agrupamento, sendo caracterizado por uma posição conjunta e mais proativa dos membros. A cúpula marcou o lançamento da ideia da criação de um Banco de Desenvolvimento comum

[44] Apesar da decisão ter se tornado efetiva em 2016, a revisão de fato das quotas foi sendo anualmente adiada, e em outubro de 2019 o Comitê Financeiro e Monetário do FMI decidiu postergar a reforma para o final de 2023 (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 513).

[45] A reforma dessas quotas demorou ao menos seis anos para ser aprovada e, ao fim, o aumento do poder de voto dos países dos BRICS se deu em detrimento daquele de outros países periféricos ou seja, não constituiu propriamente um rearranjo no poder de voto dos países periféricos em relação aos centrais, mas apenas uma redistribuição interna aos periféricos (DEUS; CONTI; TERRA, 2019, p. 26-27).

do BRICS, voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura nos países do grupo e nas demais nações emergentes e em desenvolvimento (GOMES, 2018, p. 87) [46].

Longe de se apresentar como uma forma de contestação à ordem hegemônica, desde o início, o banco foi pensado para complementar os esforços existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento econômico (COSTA DE OLIVEIRA, 2023, p. 33). O encontro também deu início à construção de uma rede de segurança financeira entre os países do agrupamento que seria concebida como um mecanismo de compartilhamento de reservas internacionais entre os membros, cuja lógica é precaver o grupo contra crises de escassez de liquidez no curto prazo (DEUS; CONTI; TERRA, 2019, p. 27).

Embora essas duas propostas fossem ser aprovadas e efetivadas apenas nos próximos encontros em 2013 e 2014, a Cúpula de Nova Délhi também abordou, além das questões de reformas financeiras, temas que se tornaram extremamente relevantes nos anos seguintes, como o aumento do uso de energias renováveis e o aprofundamento dos conceitos de desenvolvimento sustentável e economia verde, mencionando a COP 17, realizada na África do Sul em dezembro de 2011, e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) que ocorreria no Brasil ainda em 2012. Esse período marcaria o auge da integração e visibilidade internacional desses países em um ambiente multilateral relativamente inclusivo, com a entrada da Rússia na OMC e sua presidência do G20 em 2013 (BRICS, 2012), além da participação dos membros do grupo em sediar diversos eventos internacionais importantes, como a Copa do Mundo (África do Sul 2010, Brasil 2014) e as Olimpíadas (China 2008, Brasil 2016), além dos mencionados anteriormente.

A 5ª Cúpula em Durban, África do Sul, em 2013, foi palco do primeiro esforço deliberado de articulação com países fora do BRICS, com os membros do grupo também se reunindo com representantes da União Africana e líderes das oito comunidades econômicas regionais africanas, demonstrando um real compromisso com o multilateralismo e a busca por uma governança global mais inclusiva. Nesse encontro também foi aprovada a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) do BRICS, idealizados na cúpula anterior, que viriam a ser os principais mecanismos de diversificação do agrupamento (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 80).

[46] A proposta da criação do Banco curiosamente partiu da Índia durante a Quarta Cúpula em Nova Délhi (2012) (BATISTA JR., 2019, p. 222), apesar do posicionamento do país na questão de expansão dos DES como reserva internacional e seu alinhamento geral em direção aos EUA.

O NDB foi o primeiro Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) de alcance global estabelecido exclusivamente por países emergentes (BATISTA JR., 2019, p. 222), e foi concebido de modo que os cinco membros fundadores possuam participações acionárias e poder de voto iguais, de 20% cada, em contraste com as instituições de Bretton Woods, onde os EUA e países desenvolvidos detêm maior poder de voto (GOMES, 2018, p. 89). Entre seus principais diferenciais em relação aos outros BMDs, o NDB se comprometeu com diversas agendas dos países em desenvolvimento, como a utilização de sistemas regulatórios locais, a não aplicação de condicionalidades de reformas políticas e econômicas aos devedores, o foco em infraestrutura e desenvolvimento sustentável e o incentivo ao financiamento em moedas locais (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 579-584).

Planejado para ser um dos maiores bancos multilaterais do mundo, com um capital inicial já integralizado comparável ao BIRD, no valor de US$ 10 bilhões, superior a vários BMDs já estabelecidos há décadas, como o Banco de Desenvolvimento Asiático e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, o capital autorizado do NDB é de US$ 100 bilhões, com um valor inicial de US$ 50 bilhões, dividido em parcelas iguais entre os cinco membros. Os US$ 10 bilhões já integralizados foram pagos em sete parcelas, finalizadas em 2022 (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 579).

Esse equilíbrio de contribuições financeiras foi desenhado para garantir uma estrutura de participação que garante uma voz igual aos cinco fundadores na instituição, apesar das diferenças substanciais em seu tamanho econômico, evitando a concentração de poder da China, que apesar de possuir um PIB mais de quarenta vezes maior que o da África do Sul, têm a mesma participação no NDB (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 452). Além disso, embora as decisões sejam tomadas por maioria simples, nenhum país tem poder de veto sobre qualquer decisão no banco, o que o difere das instituições de Bretton Woods. Para evitar uma futura diluição da influência de cada país, mesmo com a admissão de novos membros, os cinco fundadores preservarão sempre pelo menos 55% do poder de voto total, e os principais cargos são alocados de acordo com uma rotação preordenada entre os cinco (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 452-453).

A questão do incentivo ao financiamento em moedas locais em particular foi uma das mais importantes inovações operacionais do NDB. Essa estratégia visa reduzir o risco cambial para os tomadores de empréstimos e diminuir a dependência do dólar e outras moedas como o euro, com o banco tendo planos para emitir até 50% de seus financiamentos

nas moedas dos países membros do grupo. Ao buscar diminuir a dependência de mecanismos de financiamento baseados nessas moedas, o NDB visa contribuir para a redução da vulnerabilidade aos choques cambiais dos países desenvolvidos, especialmente da política monetária estadunidense. Além disso, os empréstimos em moeda local permitem aos países em desenvolvimento não aumentarem sua dívida externa denominada em dólares (LIU; PAPA, 2022, p. 20, 30-31).

Essa forma de financiamento também foi incentivada por outras vias intra-BRICS além do NDB, como a promoção dos acordos bilaterais de *swap* cambial [47], que visam utilizar moedas locais nas liquidações de comércio e investimento entre os países do grupo, eliminando a necessidade de intermediação do dólar (ARNOLD, 2024, p. 2-3). Embora a intenção principal desses acordos seja essa facilitação do uso da moeda local no comércio, historicamente, essas linhas de *swap* também têm sido usadas para lidar com a escassez de reservas de moeda estrangeira em tempos de crise (MAYER, 2024, p. 9-10).

Entre 2009 e 2015, por exemplo, a China assinou acordos de *swap* com o Brasil, a Rússia e a África do Sul no valor de mais de US$ 50 bilhões. No caso do Brasil, o valor acordado correspondia à metade do comércio bilateral entre os dois países em 2012 (LIU; PAPA, 2022, p. 56-57). No entanto, o baixo volume de comércio entre os países do BRICS, a não ser com a China, criam dificuldades de avançar com essa dinâmica. Enquanto a China possui uma rede robusta de *swaps* bilaterais com todos os membros, a ausência de acordos significativos entre os demais parceiros revela a dificuldade de estabelecer uma integração financeira horizontal (MAYER, 2024, p. 11).

A China também tem implementado ativamente uma série de iniciativas de *swaps* e outros mecanismos que se estendem muito além do âmbito do BRICS, buscando impulsionar a internacionalização da moeda chinesa. O país realizou acordos de *swap* de moeda com cerca de 40 bancos centrais, com suas maiores linhas sendo, depois de Hong Kong, com a Coréia do Sul e o Banco Central Europeu, e não com os membros do grupo. Em 2019, o valor total dos acordos de *swap* feitos pela China ultrapassou US$ 478 bilhões. O crescente reconhecimento do Renminbi como um ativo internacional, com a crescente adoção da

[47] Os acordos bilaterais de *swap* cambial para comércio são tratados entre dois países (geralmente firmados por seus bancos centrais) que estabelecem uma linha de troca direta entre suas moedas locais. No sistema financeiro tradicional, o dólar atua como "moeda veículo" devido à falta de liquidez direta entre moedas periféricas, gerando custos de transação duplos e subordinando a liquidação financeira à infraestrutura bancária norte-americana, mesmo que a mercadoria física não passe pelos EUA. A linha de troca permite que o Banco Central de um país troque um montante de sua moeda pela moeda do país parceiro a uma taxa de câmbio predeterminada. Esses recursos são então injetados no sistema bancário local, permitindo que importadores e exportadores liquidem transações comerciais diretamente nas moedas nacionais (THOMPSON, 2025).

moeda nas reservas internacionais dos bancos centrais de diversos países levou o FMI a incluí-la na cesta de moedas que compõem os SDR em dezembro de 2015 (QUADROS, 2020, p. 14-16, 21-22).

O Arranjo Contingente de Reservas (CRA), junto ao NDB, foi o outro grande mecanismo de diversificação proposto pelos membros do grupo, criado para atuar como uma rede de proteção intra-BRICS, prevenindo pressões de curto prazo no balanço de pagamentos, fornecendo suporte mútuo e auxiliando na estabilidade financeira (KHAN, 2024, p. 55). Na prática, o CRA foi concebido como um fundo de reserva compartilhado entre os cinco países, com um valor inicial fixado em US$ 100 bilhões. Ao contrário do NDB, as contribuições para o CRA refletiram em parte o peso econômico de cada membro, com a China contribuindo com US$ 41 bilhões, Brasil, Rússia e Índia com US$ 18 bilhões cada, e a África do Sul com US$ 5 bilhões (BATISTA JR., 2019, p. 212, 215).

O CRA é um acordo intergovernamental, e não uma instituição como o NDB. Os recursos comprometidos continuam sob a administração e controle dos bancos centrais nacionais dos países signatários, sendo desembolsados apenas em caso de necessidade efetiva. Embora qualquer país membro possa acionar o fundo, a quantidade de financiamento ao qual cada um tem acesso é determinada por uma fórmula que leva em consideração o peso de cada país. Ficou acordado que China poderia acessar no máximo metade dos US$ 41 bilhões empenhados individualmente; o Brasil, a Índia e a Rússia poderiam acessar o valor total de suas contribuições; e a África do Sul teria acesso ao dobro do valor empenhado pelo país no estabelecimento do acordo (BATISTA JR., 2019, p. 212-215) [48]. Ao contrário do NDB, e na linha das demais decisões do BRICS, o CRA prevê que o seu Conselho de Governadores só pode tomar decisões fundamentais, como a inclusão de novos membros, por consenso entre os países fundadores (KHAN, 2024, p. 56).

No entanto, um país membro pode obter, a qualquer momento, apenas 30% do seu limite de acesso ao fundo, com o restante estando condicionado a um acordo com o FMI (LIU; PAPA, 2022, p. 52). Os credores potenciais no CRA definiram essa vinculação porque não se sentem suficientemente seguros para emprestar grandes quantias sem a garantia de que os países mutuários corrigirão seus desequilíbrios, aproveitando a capacidade do FMI de monitorar as economias nacionais e impor condicionalidades (BATISTA JR., 2019, p. 102)[49].

[48] A China tem um multiplicador de 0,5; o Brasil, a Índia e a Rússia tem um multiplicador de 1; e a África do Sul, um multiplicador de 2 (BATISTA JR., 2019, p. 216).

[49] Batista Jr., que participou diretamente das negociações, relata que a estrutura conservadora do CRA foi, em grande parte, resultado da resistência interna das burocracias nacionais, especialmente do Brasil. Ele aponta explicitamente que, durante as negociações (2012-2014), o principal obstáculo foi a "relutância do Banco

Essa dependência provisória do FMI preserva a sustentabilidade das reservas em dólar agrupadas pelo arranjo (LIU; PAPA, 2022, p. 52), mas também demonstra as limitações da construção institucional alternativa do grupo em se desvincular das estruturas hegemônicas.

A 6ª Cúpula do BRICS em Fortaleza, em 2014, foi um marco fundamental na história do agrupamento, com a consolidação do NDB e do CRA. Propostos em Nova Délhi (2012) e oficializados em Durban (2013), na Cúpula de Fortaleza ocorreu por fim a assinatura dos acordos constitutivos dos dois mecanismos (JASH, 2017, p. 7), que entrariam em vigor em 2015. A sede permanente do NDB foi estabelecida em Shanghai, China, com escritórios regionais em Joanesburgo, na África do Sul, e em São Paulo. Pela rotatividade de cargos, a primeira presidência do banco ficou com a Índia por cinco anos, sendo seguida pelo Brasil em 2020, enquanto a Rússia indicou o primeiro presidente do Conselho de Governadores e o Brasil indicou o primeiro presidente do Conselho de Administração (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 579).

Enquanto o BRICS buscava consolidar sua arquitetura financeira multilateral, a China lançou iniciativas paralelas que reforçavam sua projeção geopolítica e a integração econômica da Eurásia. Em 2013, o país anunciou a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), um projeto massivo de investimento em infraestrutura que visa conectar a Ásia, a Europa e a África para promover a integração econômica regional e reconfigurar as cadeias globais de valor. Para financiar esse massivo projeto e complementar a atuação do NDB, Beijing liderou a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) em 2015 (QUADROS, 2020, p. 45-46). Embora focado na Ásia, o AIIB atraiu adesão global, inclusive de aliados tradicionais dos EUA (como Reino Unido e Alemanha), desafiando o monopólio do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento (liderado pelo Japão). Em contraste com o NDB (onde os fundadores têm peso igualitário), o AIIB é controlado pela China, que detém a maior participação no capital e poder de veto sobre decisões importantes (BATISTA JR., 2019, p. 226-227).

Embora o AIIB e a BRI não sejam iniciativas internas do BRICS, elas também funcionam como vetores de uma nova ordem geoeconômica menos dependente das condicionalidades ocidentais que se encontram no mesmo arcabouço institucional multilateral em construção do Sul Global, ao lado da Organização de Cooperação de Shanghai (SCO) e os mecanismos internos do BRICS como o NDB e o CRA, além de diversos outros espaços de

---

Central do Brasil", que temia comprometer as reservas brasileiras em operações de risco com outros emergentes. Segundo o economista, o BC brasileiro atuou para "retardar e esvaziar a iniciativa" (BATISTA JR., 2019, p. 217-218).

articulação e diálogo externos [50]. Esse arcabouço se tornaria cada vez mais importante nos anos que se seguiram, notavelmente após a anexação russa da Criméia ainda em 2014, seguida da sua expulsão do G8.

O evento teve implicações imediatas para a Rússia, especialmente no campo financeiro e econômico, e serviu como um catalisador para a intensificação das estratégias de desenvolvimento de sistemas financeiros alternativos. Mais de 40 países, liderados pelos EUA, aplicaram sanções de diversos tipos à economia russa, resultando em um "cerco financeiro externo" (BATISTA JR., 2019, p. 196). Inicialmente, estas foram sanções direcionadas contra indivíduos e entidades russas, incluindo restrições de viagens, congelamento de ativos e restrições a financiamento de dívidas e ações (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 48), mas com o tempo esse aperto mudou radicalmente o quadro econômico russo (LAMPA; ORO, 2023, p. 234-235).

O país perdeu acesso a diversas fontes de financiamento internacional dominadas pelos países desenvolvidos, ficando impossibilitada de tomar empréstimos do Banco Mundial e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, banco no qual era o principal cliente, entre vários outros (BATISTA JR., 2019, p. 196). Além das instituições multilaterais, a Rússia também perdeu acesso a fontes críticas do mercado financeiro privado ocidental. Sanções foram impostas a grandes bancos russos, restringindo seu acesso a mercados financeiros internacionais e impedindo-os de realizar transações em dólares americanos e acessar capital global (ARNOLD, 2024, p. 3), e vários desses bancos foram excluídos dos circuitos de pagamento Visa e Mastercard (LAMPA; ORO, 2023, p. 235).

Em setembro de 2014 o Parlamento Europeu chegou a aprovar uma resolução não-vinculativa [51] que instava os membros da União Europeia (UE) a excluírem a Rússia do sistema SWIFT, a principal ferramenta da infraestrutura de pagamentos global. Essa ameaça de exclusão foi vista pelas autoridades russas com extrema seriedade, e mesmo com o recuo dos EUA e da UE, e a recusa do próprio SWIFT para manter sua neutralidade [52], o risco de

---

[50] Também podemos citar espaços como a União Econômica Eurasiática (EAEU), fundamental para a integração do espaço pós-soviético; a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), principal fórum político das Américas que exclui os EUA e o Canadá; a União Africana (UA), o órgão central de coordenação política do continente; e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que se projeta como um dos principais centros de gravidade da economia mundial.

[51] Uma resolução não vinculativa é um instrumento diplomático que, embora expresse a vontade política ou o juízo moral de um organismo internacional, não cria obrigações jurídicas mandatórias para os Estados-membros.

[52] Embora na situação com a Rússia em 2014 o SWIFT tenha alegado a manutenção da sua neutralidade, a entidade já havia cumprido resoluções de exclusão de bancos iranianos designados em 2012, após a UE aprovar o Regulamento 267/2012, marcando a primeira vez que o SWIFT desconectou entidades do sistema bancário global. Embora a ação legal tenha vindo da UE, houve forte pressão dos Estados Unidos, que em 2012

ser desligado do sistema financeiro internacional consolidou ainda mais a visão de que a dependência das estruturas hegemônicas era uma vulnerabilidade estratégica, intensificando o desenvolvimento de alternativas (KLEHR, 2023, p. 10).

Esse acirramento das rivalidades sistêmicas entre o G7 e a Rússia levou o país a desenvolver infraestruturas financeiras alternativas com certa urgência, como uma resposta direta às sanções ocidentais e à ameaça de exclusão dos sistemas globais. Em 2014 foi criado o MIR, um sistema de cartão de débito e crédito nacional russo com o objetivo garantir a continuidade das transações domésticas no cenário de suspensão das operações Visa e Mastercard para uma série de bancos russos. A Rússia buscou mobilizar os parceiros BRICS, para alcançar uma aceitação mais ampla do sistema de cartões MIR, realizando em 2016 uma parceria com o UnionPay da China (LIU; PAPA, 2022, p. 40-42). Embora o MIR tenha tido sucesso doméstico, os sistemas de cartões de pagamento alternativos, como o MIR e o UnionPay, têm limitações estruturais em termos de escalabilidade e usabilidade, sendo extremamente difícil para esses sistemas atingirem uma escala fora de seus respectivos países (BILOTTA, 2025, p. 341-342).

Ainda em 2014 também foi iniciado o desenvolvimento do SPFS, um sistema capaz de transmitir mensagens financeiras no formato SWIFT. Embora sofra de uma série de limitações em relação ao SWIFT, como o limite de transmissão de dados, custos excessivos e operação reduzida, o SPFS desempenha um papel significativo na estratégia russa de longo prazo para desenvolver infraestrutura alternativas, e tanto ele quanto o MIR se tornaram cada vez mais importantes, especialmente após o início da Guerra na Ucrânia em 2022 (KAUR; KAUR, 2022, p. 58). A China também desenvolveu seu próprio sistema de pagamentos, lançado em 2015. Ao contrário do SWIFT, que é apenas um sistema de mensagens, o CIPS também oferece serviços de compensação e liquidação para pagamentos transfronteiriços em RMB, organizado em linhas semelhantes ao sistema americano de compensação CHIPS [53], mencionado anteriormente (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 48-49).

A Rússia e a China buscam ativamente uma cooperação mais estreita entre o CIPS e o SPFS (LIU; PAPA, 2022, p. 42-43), além de diversas outras iniciativas e mecanismos que

---

aprovaram uma lei autorizando sanções contra entidades que prestassem serviços de mensagens financeiras ao Banco Central do Irã (SHIN, 2020, p. 23-24).

[53] As Câmaras de Compensação (*Clearing Houses*) são infraestruturas críticas do mercado financeiro que atuam como intermediárias centrais entre compradores e vendedores. Sua função primordial é mitigar o risco de uma das partes não honrar o compromisso financeiro e assegurar a integridade do sistema de pagamentos. É nessas instituições, localizadas sob a jurisdição legal dos países emissores das moedas (como a CHIPS em Nova Iorque para o dólar), que os fluxos financeiros são efetivamente processados e onde bloqueios ou sanções econômicas são tecnicamente executados (GANTI, 2025).

articulam suas respectivas cadeias financeiras e de comércio, para driblar os impactos advindos das sanções ocidentais (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 23). Os dois países também vêm adotando estratégias crescentes de aumento da utilização de suas moedas, assinando acordos de liquidação comercial em moeda local e *swaps* cambiais em volumes massivos, com a participação do dólar nas transações comerciais bilaterais sino-russas caindo de quase 90% em 2015 para 46% em 2020 (LAMPA; ORO, 2023, p. 235).

No âmbito do BRICS, o *timing* da assinatura dos acordos do CRA e do NDB coincidiu com esse momento de maior vulnerabilidade russa. O NDB foi capaz de navegar pelo ambiente de sanções dos EUA e da UE e forneceu financiamento para projetos públicos e privados na Rússia enquanto a maior parte dos BMDs haviam diminuído ou encerrado suas operações no país (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 455). Apesar da importância do arcabouço institucional multilateral do grupo para auxiliar a Rússia a contornar o isolamento internacional e as sanções, as medidas tomadas a nível bilateral nas relações com a China foram o principal mecanismo de proteção às possíveis represálias da institucionalidade hegemônica.

No entanto, as relações entre os dois países não é isenta de contradições, com conflitos de interesse relacionados ao posicionamento dessas nações em relação ao Ocidente, com a China adotando uma postura mais cautelosa. Por exemplo, ao contrário do NDB, que continuou dando suporte ao país após as sanções em 2014, o AIIB, controlado pela China, aceitou o veto não oficial de seus membros europeus para bloquear operações com a Rússia, como forma de acomodar os interesses desses membros (BATISTA JR., 2019, p. 243).

As abordagens diplomáticas dos dois países frequentemente divergem em método e objetivo final. No campo financeiro, enquanto a Rússia pressiona por uma diversificação rápida de moedas e a criação sistemas de pagamento alternativos para evitar sanções, a China tem sido mais contida ao anunciar uma rede rival liderada por países do BRICS (SHIN, 2021, p. 51-53). Outro ponto de atrito entre os dois é a influência sobre a Ásia Central. Apesar da retórica de parceria, há uma competição geopolítica subjacente na região, uma área de influência tradicionalmente russa. Embora a Rússia tenha concordado em integrar a União Econômica Eurasiática (EAEU) [54] mais estreitamente com a BRI, essa movimentação foi uma

[54] A EAEU serve como um espaço inicial para a expansão de sistemas de pagamento alternativos ao SWIFT, desenvolvidos pela Rússia para mitigar sanções ocidentais. A Rússia introduziu o SPFS aos bancos da região como parte de uma estratégia mais ampla para internacionalizar o sistema e reduzir a dependência do dólar (LIU; PAPA, 2022, p. 42). A maioria dos membros da EAEU já possuía fortes laços financeiros com a Rússia, facilitando essa conexão (SHIN, 2021, p. 45-46). Ao lado da SCO, a EAEU é um veículo institucional central para o alinhamento estratégico sino-russo na Ásia Central.

reversão de uma hesitação inicial, indicando uma acomodação forçada pela necessidade econômica (SHIN, 2021, p. 51-53).

A Crise da Criméia foi um acelerador do acirramento das crescentes rivalidades sistêmicas entre as economias emergentes do BRICS e os países desenvolvidos, e inicialmente o aprofundamento da cooperação estratégica entre os membros do grupo aparentou trazer mudanças profundas na ordem institucional hegemônica. A 7ª Cúpula do grupo, ocorreu em Ufa, na Rússia, em 2015, e membros da EAEU e da SCO foram convidados para angariar apoio aos esforços de cooperação no uso de moedas locais e na criação de mecanismos financeiros alternativos e sinalizar unidade e cooperação entre mercados emergentes (SHIN, 2021, p. 46).

A Cúpula marcou a primeira leva de projetos de financiamento aprovados pelo NDB e a entrada em vigor da rede de segurança financeira do CRA. O evento também foi considerado um ponto de encontro claro entre as propostas institucionais do BRICS e as grandes iniciativas multilaterais lideradas pela China, como o AIIB e a BRI, com propostas de cooperação entre o NDB e o AIIB (VADELL, 2020, p. 320-321). Ufa representou um marco fundamental na institucionalização do BRICS, marcando a transição da fase de criação para a fase operacional de seus principais mecanismos financeiros. A realização da cúpula na Rússia, apenas um ano após a anexação da Crimeia e a imposição de sanções pelo G7, transformou o evento em uma demonstração de que a Rússia não estava isolada internacionalmente. A aproximação com a China e a integração das pautas do BRICS com as da EAEU e SCO funcionaram como uma resposta estratégica à pressão ocidental, buscando consolidar alianças econômicas e políticas alternativas.

Os líderes reconheceram o potencial para expandir o uso de moedas nacionais nas transações comerciais entre os países do grupo e solicitaram às autoridades relevantes que continuassem as discussões sobre a viabilidade desse uso ampliado (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 523-524). A Estratégia Geral do NDB (2017-2021) destacou que o empréstimo em moeda local é um componente-chave da "proposta de valor" do banco, visando não apenas proteger os tomadores de empréstimo, mas também aprofundar os mercados de capitais locais dos países membros (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 582-583). No entanto, até 2018, registrou-se que apenas três projetos, no valor equivalente a US$ 680 milhões, estavam denominados em Yuan, e nada havia sido feito nas moedas dos demais países, apesar dos planos anunciados (BATISTA JR., 2019, p. 248).

Em Ufa também houveram avanços na cooperação financeira e de investimentos através do aprofundamento do diálogo com a implementação do mecanismo interbancário do BRICS, um veículo para a integração dos mercados financeiros e a promoção de moedas locais, visando criar uma infraestrutura segura e eficiente e incentivos para que as empresas expandam as liquidações em moedas nacionais. Em 2017 haveria progresso na conclusão de memorandos de entendimento entre os bancos nacionais de desenvolvimento dos países membros sobre linhas de financiamento em moeda local e a cooperação em relação à classificação de crédito (VADELL, 2020, p. 320).

Nessa linha, foi apresentada uma proposta de criação de uma agência de classificação de risco do BRICS, visando reduzir a dependência das agências ocidentais tradicionais. A crise de 2008 expôs falhas graves nessas agências, que endossaram instituições e ativos financeiros problemáticos até o momento do colapso, mantendo seu poder de mercado praticamente intacto após a crise. Além disso, existe a percepção de que essas agências possuem um viés ocidental que penaliza economias emergentes (BATISTA JR., 2019, p. 120-121). No entanto, a literatura aponta que o BRICS foi "menos bem-sucedido" em estabelecer sua agência de classificação de crédito em comparação ao relativo sucesso na criação do NDB (DUGGAN et al., 2022, p. 473).

A dificuldade de romper com o sistema vigente é evidenciada pelo próprio NDB. Para captar recursos nos mercados internacionais, o banco precisou obter classificações das agências tradicionais (como a Fitch e a S&P). A instituição demorou três anos para obter uma classificação, alcançando a nota AA+, um degrau abaixo da nota máxima (AAA) detida por outros bancos multilaterais (incluindo o AIIB), devido, em parte, à concentração de riscos em apenas cinco países emergentes e à ausência de países desenvolvidos entre os acionistas (BATISTA JR., 2019, p. 248) [55]. Paralelamente às iniciativas do BRICS, a China tem agido para abrir seu mercado interno às empresas internacionais de classificação de risco de crédito, como parte de sua estratégia para acelerar a internacionalização do renminbi e atender à demanda de investidores internacionais (QUADROS, 2020, p. 79).

---

[55] A classificação de risco, ou *credit rating*, consiste em uma nota atribuída por agências especializadas, dominadas pelo oligopólio das chamadas Big Three (Standard & Poor's, Moody's e Fitch), para mensurar o risco de inadimplência de um emissor, seja ele uma corporação ou um Estado soberano. Essa avaliação sintetiza critérios quantitativos (fluxo de caixa, alavancagem) e qualitativos (estabilidade política), dividindo os ativos entre "grau de investimento" e "grau especulativo". No âmbito do BRICS, a crítica recai sobre a "inércia avaliativa" e possíveis vieses metodológicos dessas agências, cujas notas nem sempre capturam as especificidades das economias emergentes. O fracasso dessas métricas na crise de 2008 (como a nota alta mantida pelo banco Lehman Brothers às vésperas de sua falência) é frequentemente citado pelo bloco para justificar a busca por uma "soberania avaliativa" e pela harmonização de critérios próprios de análise de crédito intrabloco (KAGAN, 2025).

Em 2016 ocorreu 8ª Cúpula do BRICS em Goa, Índia, onde foi lançada a iniciativa para desenvolver os Mercados de Títulos em Moeda Local do BRICS (*BRICS Local Currency Bond Markets*) e estabelecer um futuro Fundo de Títulos em Moeda Local [56], visando fortalecer a resiliência financeira dos membros ao promovendo a infraestrutura e a capacidade de emitir dívida em moeda local. A Cúpula também estabeleceu o Comitê de Cooperação Aduaneira do BRICS e criou uma plataforma de discussão conjunta para as Agências de Crédito à Exportação dos países membros, visando facilitar o comércio intra-grupo (VADELL, 2020, p. 320-321), e expressou mais uma vez apoio coletivo à inclusão da moeda chinesa na cesta de Direitos Especiais de Saque (SDR) do FMI, reforçando a estratégia de reforma do sistema monetário internacional. Essa inclusão, defendida desde 2009, foi efetivada em outubro de 2016, e o renminbi passou a integrar o grupo de moedas de elite que compõem o SDR, juntamente com o dólar, o euro, o iene japonês e a libra esterlina. A decisão do FMI incentivou bancos centrais de outros países, como o Banco Central Europeu (BCE) e o Bundesbank (Alemanha), a adicionarem a moeda chinesa às suas reservas cambiais (QUADROS, 2020, p. 17, 21).

Apesar desses supostos avanços econômicos do grupo, o ano de 2016 e o período imediatamente adjacente, representaram uma fase de divergência econômica e turbulência política para os países do BRICS. Enquanto a China e a Índia mantiveram suas taxas de crescimento, o Brasil, a Rússia e a África do Sul enfrentaram recessões severas, crises políticas e o rebaixamento de suas notas de crédito [57] (LIU; PAPA, 2022, p. 30-31). O Brasil entrou em uma recessão severa entre 2015 e 2016, marcando o fim de uma era de prosperidade econômica, com uma visível queda do PIB *per capita*. A convergência de crises política, econômica e institucional, marcada pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, levou a uma erosão da participação brasileira no BRICS (BATISTA JR., 2019, p. 245-246).

---

[56] Um Fundo de Títulos em Moeda Local (*Local Currency Bond Fund*) é um mecanismo de investimento coletivo desenhado para comprar títulos de dívida emitidos por governos ou empresas em suas próprias moedas nacionais (como Real, Rublo, Yuan), ao invés de em "moedas fortes" (Dólar ou Euro). O objetivo estratégico desse mecanismo é mitigar a incapacidade estrutural de países emergentes de captarem recursos externos em sua própria moeda, gerando uma vulnerabilidade crítica onde a dívida é denominada em moeda forte, enquanto as receitas do devedor são geradas em moeda local. Nesse cenário, uma desvalorização da moeda nacional obriga o país a despender um montante nominalmente muito maior de sua própria moeda para adquirir os dólares necessários ao pagamento da dívida, o que infla o estoque da dívida pública e pode levar à insolvência fiscal. Ao viabilizar a emissão em moeda local, o fundo transfere esse risco cambial do devedor soberano para os investidores (BURGER; WARNOCK, 2006, p. 133-144).

[57] Nas escalas das grandes agências de classificação de risco (como a Standard & Poor's e a Fitch), a nota BB+ é o primeiro degrau abaixo do "grau de investimento" (que termina em BBB-). Um emissor classificado como BB+ é considerado menos vulnerável no curto prazo, mas enfrenta grandes incertezas contínuas e exposição a condições adversas financeiras, econômicas ou comerciais que podem levar a uma capacidade inadequada de cumprir seus compromissos financeiros (KAGAN, 2025).

O país, que anteriormente era visto como o "motor" do agrupamento pela sua capacidade de formular e impulsionar processos, vivenciou um evidente distanciamento por parte do novo governo de Michel Temer. No caso do NDB, por exemplo, o Brasil foi o único membro que sistematicamente deixou de ser representado por seu Ministro da Fazenda titular nas reuniões do Conselho de Governadores durante os anos formativos da instituição. Absorvidos pela crise doméstica ou focados em outras agendas, os representantes brasileiros delegaram a participação a quadros técnicos, o que diminuiu o peso decisório do país na formulação das diretrizes estratégicas iniciais do banco em comparação aos parceiros do grupo, como a China e a Rússia (BATISTA JR., 2019, p. 254).

O governo Temer iniciou um "desinvestimento diplomático" brasileiro no Sul Global, priorizando a OCDE [58] e uma maior aproximação com o eixo EUA/Europa, que seria aprofundada pelo governo Bolsonaro nos anos seguintes. Essa aproximação exigiria que o Brasil abdicasse do tratamento especial e diferenciado na OMC, uma prerrogativa importante para países em desenvolvimento terem mais tempo e flexibilidade para cumprir regras comerciais da organização [59]. Embora mais evidente no caso do NDB, diplomatas experientes e com visão estratégica de inserção internacional foram substituídos ou tiveram sua atuação limitada por funcionários com menor peso político (BATISTA JR., 2019, p. 245-246, 288, 299-300) em diversas organizações de cooperação Sul-Sul, incluindo nas iniciativas de integração regional sul-americana, como a UNASUL e o Mercosul, que decaíram em relevância com as transformações da política regional [60] (SABBATELLA; SANTOS, 2020, p. 733-734).

Assim como o Brasil, a África do Sul também vivenciou em 2016 um período de deterioração econômica, instabilidade política e agitação social, que culminou na renúncia do

---

[58] A OCDE é a sucessora da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), criada em 1948 para administrar os recursos do Plano Marshall destinados à reconstrução da Europa no pós-guerra. Em 1961, com a inclusão dos EUA e do Canadá, a organização transformou-se na OCDE (SARAIVA, 2007, p. 215-216). Ela funciona na prática como um clube de países desenvolvidos/industrializados, atuando muitas vezes como uma camada adicional de coordenação e construção de visões convergentes entre esses países, similar ao papel desempenhado pelo G7 (COZENDEY, 2013, p. 53-54). A adesão à organização exige que os países membros adotem códigos de liberalização, incluindo a desregulamentação de movimentos de capitais e a abertura comercial e de investimentos, e é vista por alguns analistas como um "presente de grego" para países como o Brasil, pois impõe normas elaboradas pelos EUA e outras potências que podem limitar a autonomia para conduzir políticas industriais e de desenvolvimento (BATISTA JR., 2019, p. 299-300).

[59] Em setembro de 2025 a China abdicou desse tratamento diferenciado de países em desenvolvimento na OMC, reconhecendo sua nova posição como potência global (Xinhua, 2025).

[60] Além de Temer/Bolsonaro no Brasil, o período 2015-2020 marcou uma inflexão dramática na política sul-americana, com a ascensão de diversos outros líderes conservadores como Macri na Argentina, Piñera no Chile e Moreno no Equador, entre outros, que buscaram maior alinhamento com os EUA e o desmonte e paralisia das estruturas de integração regional construídas na década anterior, como a UNASUL e o Mercosul.

presidente Jacob Zuma [61], afetando negativamente a posição do país dentro do BRICS e dificultando a operação de suas novas instituições financeiras. Apesar de não ter se distanciado do grupo, a crise interna prejudicou a capacidade do país de atuar de maneira eficaz dentro do NBD, levando o banco a enfrentar desafios para desenvolver sua carteira de empréstimos no país (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 455). A deterioração econômica refletiu-se na perda de valor da moeda nacional de forma tão significativa que, por volta de 2016, no vizinho Zimbábue, por exemplo, o rand sul-africano foi substituído pelo dólar estadunidense como câmbio preferencial (DEMACHI, 2023, p. 189-190), dificultando o incentivo ao uso de moedas locais nas transações entre países emergentes.

Com o Brasil e a África do Sul seguindo os passos de deterioração fiscal da Rússia, ao longo da década de 2010 o BRICS foi se polarizando em dois grupos em termos de desempenho econômico. De um lado, China e Índia mantiveram trajetórias de crescimento e estabilidade, com a Índia mantendo uma classificação de crédito relativamente estável, enquanto a China se alavancou à posição de credora global robusta. Do outro, Brasil, Rússia e África do Sul formaram um grupo marcado pela recessão e pelo rebaixamento de suas notas de crédito e graus de investimento (LIU; PAPA, 2022, p. 30-33). No caso do Brasil e da África do Sul, dados do FMI mostram que o PIB per capita desses dois países, que vinha crescendo até o início da década, estagnou ou teve crescimento praticamente nulo após 2011/2012, evidenciando a "armadilha da renda média" e a incapacidade de sustentar a convergência com os países ricos (BANDEIRA, 2024, p. 12) [62]. Quanto à Rússia, ainda somavam as sanções, o risco geopolítico e a queda dos preços do petróleo (LAMPA; ORO, 2023, p. 235) [63], que também afetou o Brasil.

Esse desequilíbrio interno do agrupamento evidenciou a profunda assimetria de poder entre os países membros e levou o BRICS à beira de uma paralisia funcional em 2017. Cada

---

[61] Zuma teve um papel importante na construção do BRICS, inclusive no lançamento das negociações formais para a criação do NDB e do CRA na cúpula de Durban (BATISTA JR., 2019, p. 245).

[62] O conceito de "armadilha da renda média" (*middle-income trap*) descreve a situação de economias que, após alcançarem um patamar intermediário de renda per capita, estagnam e enfrentam dificuldades para transitar para o grupo de países de renda alta. Segundo Agénor (2017), esse fenômeno é compreendido como um "equilíbrio ruim", persistente e estável, que exige choques estruturais ou institucionais significativos para ser superado. No contexto da América Latina, o debate divide-se entre as abordagens pelo lado da oferta (falhas produtivas e institucionais) e pelo lado da demanda (onde políticas de estabilidade excessiva limitariam o crescimento). Recentemente, o termo tem sido associado ao conceito de "permacrise", sugerindo que a incapacidade de resolver desafios estruturais históricos impede o desenvolvimento sustentado, mesmo em cenários de maior resiliência a choques financeiros externos (LINS, 2025, p. 152).

[63] Entre 2014 e 2016 houve um colapso de cerca de 70% nos preços do petróleo. Como o petróleo e o gás representavam cerca de 60% das receitas de exportação e 40% das receitas do governo russo, o impacto fiscal foi devastador, derrubando a cotação do rublo, que caiu de 0,03 para 0,013 em relação ao dólar (LAMPA; ORO, 2023, p. 235; LIU; PAPA, 2022, p. 36).

vez mais se evidenciava a falta de coesão entre os membros e a priorização de agendas nacionais ou bilaterais como traços sistêmicos do agrupamento. Ao longo dos anos, a economia chinesa tornou-se maior do que a dos outros quatro membros combinados, gerando contradições estruturais nas quais a China, muitas vezes, tinha mais em comum com economias avançadas do que com seus parceiros emergentes (DUGGAN et al., 2022, p. 472), com o país por vezes priorizando seus interesses próprios em detrimento da coordenação do grupo, como a postura diante do FMI, atuando certos momentos contra os interesses coordenados dos outros membros do BRICS para não ofender parceiros comerciais do G7 (BATISTA JR., 2019, p. 150-151).

Ao mesmo tempo, a Rússia e a Índia muitas vezes também bloqueiam iniciativas do grupo por questões de segurança nacional, alinhamentos geopolíticos externos (no caso indiano), ou necessidades econômicas defensivas. A Rússia, por exemplo, resistiu ativamente à entrada de novos membros no NDB, defendida pelos demais sócios-fundadores, temendo que a entrada de novos países criasse concorrência pelos recursos do banco, necessitados frente ao isolamento causado pelas sanções em 2014, preferindo manter o NDB como um clube exclusivo onde ela teria garantia de acesso a 20% do capital e dos empréstimos. A resistência russa também possuía um forte componente de segurança nacional e desconfiança política, rejeitando explicitamente à participação de países desenvolvidos, especialmente aqueles que lideravam a aplicação de sanções contra Moscou. Isso levou o país a criar obstáculos burocráticos constantes para travar a expansão do banco, com essa postura defensiva agravada pela experiência no AIIB, liderado pela China. Como o AIIB aceitou a entrada de membros do G7, estes países agiram em bloco para vetar operações do banco com a Rússia, reforçando a determinação russa de não permitir que o mesmo ocorresse no NDB (BATISTA JR., 2019, p. 226, 243-244).

A Índia, por sua vez, frequentemente prioriza suas relações bilaterais com os EUA e sua rivalidade geopolítica com a China acima da coesão do BRICS, demonstrando relutância quanto à propostas sino-russas para reorganizar a dinâmica do comércio regional e chegando à tentar bloquear o Memorando de Entendimento entre a BRI chinesa e o NDB, levando o banco a realizar sua primeira votação em mais de dois anos desde sua criação, quebrando o consenso entre os membros com o voto contrário indiano. O país via a iniciativa chinesa com profunda desconfiança, especialmente devido a projetos como o Corredor Econômico China-Paquistão, que atravessa territórios disputados pela Índia. As relações China-Paquistão também levaram a Índia a temer que a China patrocinasse a entrada do Paquistão no NDB,

fazendo com que o país perdesse entusiasmo pela proposta de expansão do banco, apesar de não seguir o caminho de obstrução adotado pela Rússia (BATISTA JR., 2019, p. 242-243).

O voto contrário ao memorando com a BRI ocorreu em meio à deterioração das relações diplomáticas entre a China e a Índia, chegando a haver escaramuças militares na fronteira entre os dois países (BATISTA JR., 2019, p. 242). O clima de hostilidade gerado por essas tensões chegou a dificultar o planejamento da 9ª Cúpula do BRICS em Xiamen, China, em 2017. Frente à crescente crise institucional que permeava o grupo, a Cúpula de Xiamen buscou atuar como um divisor de águas para o BRICS, enxergando na expansão do grupo as bases para a solidificação da legenda como uma plataforma mais influente para o Sul Global (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 81).

Durante o evento, a China organizou o "Diálogo de Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento", convidando líderes do Egito, Guiné, Tadjiquistão, México e Tailândia (LIU; PAPA, 2022, p. 47), e também lançou as bases institucionais que permitiriam, anos mais tarde, a expansão real do grupo com a entrada de novos membros nas Cúpulas de 2023 e 2024. Embora a cooperação com países externos já existisse, e a prática padrão era o país anfitrião convidar líderes de sua própria região geográfica para um diálogo, foi em Xiamen que esse modelo regional foi contestado, e o termo "BRICS+" apareceu oficialmente nos documentos do grupo (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 81). Em vez de convidar seus vizinhos asiáticos, a presidência chinesa selecionou cinco países para representar diferentes regiões do mundo em desenvolvimento, visando criar uma rede global de parcerias e testar a expansão do agrupamento (LIU; PAPA, 2022, p. 47).

A Cúpula também buscou dar um impulso prático à integração dos mercados financeiros do grupo, focando na moeda local e em novos mecanismos, como um Fundo de Títulos em Moeda Local do BRICS (*BRICS Local Currency Bond Fund*), aprofundando a proposta do Mercados de Títulos em Moeda Local da cúpula anterior ao fomentar esses mercados. Desde 2017, os bancos centrais dos cinco membros, com assistência do Banco de Compensações Internacionais (BIS), têm trabalhado na operacionalização desse Fundo (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 524-525). Para auxiliar no desenvolvimento para a infraestrutura necessária para apoiar essas iniciativas de integração dos mercados financeiros e a operacionalização de mecanismos baseados em moedas locais, o Comitê Financeiro do BRICS discutiu a possibilidade de estudar o uso de moedas digitais e outras tecnologias financeiras (LIU; PAPA, 2022, p. 45).

Por fim, na 9ª Cúpula também foi assinado o Plano de Ação para Inovação e Cooperação (2017–2020), desenhado para sistematizar e impulsionar a colaboração entre os países membros em áreas de alta tecnologia e inovação, servindo como um roteiro prático para modernizar as economias do grupo (VADELL, 2020, p. 321), e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Conselho Empresarial do BRICS e o NDB, conectando o braço financeiro do grupo com os setores produtivos dos países membros. Antes disso, havia uma lacuna entre a disponibilidade de fundos do NDB e a identificação de projetos viáveis pelo setor privado alinhados com os objetivos de desenvolvimento de infraestrutura sustentável (NEW DEVELOPMENT BANK, 2017).

Xiamen foi fundamental para evitar a paralisia do BRICS em meio a um período de crise quase generalizada entre seus membros, e as discussões propostas nesta Cúpula, da expansão do grupo às novas tecnologias financeiras e a consolidação da "Nova Revolução Industrial" como um objetivo central, se tornaram pilares dos novos objetivos do grupo em sua nova fase pós-constituição do NDB e do CRA, e funcionou como o ponto de partida operacional para a nova agenda tecnológica do grupo. A 10ª Cúpula, em Joanesburgo, África do Sul, em 2018, seguiu no caminho pavimentado em Xiamen, enfatizando como foco principal a 4ª Revolução Industrial (Indústria 4.0), consolidando a tecnologia e a economia digital como áreas prioritárias para evitar que o BRICS ficasse para trás nas transformações globais (VADELL, 2020, p. 321).

Integrando esses novos compromissos tecnológicos com a necessidade de adaptar as economias às mudanças climáticas globais, em Joanesburgo os líderes do grupo reafirmaram a intenção de facilitar a integração do mercado financeiro e comprometeram-se a expandir o financiamento verde para promover o desenvolvimento sustentável nos países membros (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 524). Além disso, em continuidade às discussões do Comitê Financeiro, os países membros se comprometeu a estabelecer grupos de trabalho para aprofundar os estudos de novas tecnologias financeiras como o *blockchain,* moedas digitais, tanto criptomoedas quanto as Moedas Digitais de Banco Central (CBDC), e novos sistemas de pagamentos capazes de liquidar transações entre os países membros sem utilizar o dólar (LIU; PAPA, 2022, p. 44-45). Essas tecnologias e seu potencial impacto na reforma do sistema financeiro internacional serão discutidas com maior profundidade no próximo capítulo.

Em 2018, o acirramento das rivalidades sistêmicas entre os países do BRICS e a institucionalidade hegemônica aparelhada pelo G7 atingiu um novo patamar com o início da

guerra comercial dos EUA contra a China [64]. Se a ocupação da Crimeia em 2014 foi o precursor crítico que preparou o terreno para o acirramento das tensões entre os dois pólos, o início da disputa tarifária pela administração Trump na casa das centenas de bilhões de dólares (MASWOOD, 2020, p. 667-668) sinalizou de vez o fim da política de engajamento construtivo já fragilizada com os países do grupo e o início de uma etapa de contenção aberta que vai além da Rússia (DALDEGAN; CARVALHO, 2024, p. 77). Embora tenha China e Rússia como alvos primários, essa estratégia afeta profundamente os demais membros do grupo. No entanto, em vez de serem alvos diretos de contenção total, eles são pressionados a escolher lados, sofrem com a volatilidade do sistema financeiro dominado pelo dólar e, em alguns momentos (como sob Bolsonaro/Temer e Modi), alteram suas políticas externas para se alinharem aos EUA (LIU; PAPA, 2022, p. 25-26).

A guerra comercial representou um catalisador que acelerou a mudança estratégica na postura da China em relação ao G7 e às instituições de Bretton Woods. O que antes era uma busca por maior integração e reforma dentro do sistema evoluiu para uma estratégia de redução de riscos e o aprofundamento da construção de estruturas paralelas para mitigar a vulnerabilidade frente à hegemonia do dólar e às políticas dos EUA (LIU; PAPA, 2022, p. 24). A resposta ocidental à ocupação da Criméia funcionou como um laboratório para o uso do sistema financeiro como arma de guerra, alertando os países do BRICS sobre a vulnerabilidade de seus ativos. A soma desses eventos transformou o sistema internacional, consolidando a percepção de que a interdependência econômica, antes vista como garantia de paz, havia se tornado uma vulnerabilidade ("*weaponized interdependence*") [65] (KLEHR, 2023, p. 10, 21-22).

Como consequência desse momento de inflexão geopolítica, marcado pela guerra comercial contra a China, pelas crescentes tensões sino-indianas, a estratégia de contenção do

---

[64] O governo dos EUA utilizou a imposição de tarifas sucessivas sobre mais de US$ 250 bilhões em importações chinesas como mecanismo para forçar a redução do déficit comercial (que atingiu US$ 375 bilhões em 2017) e combater práticas consideradas desleais. Esse processo gerou retaliações chinesas e um fenômeno de "desvio de comércio" (trade diversion), beneficiando nações como Índia e Bangladesh, mas resultando em instabilidade sistêmica nos mercados de capitais globais e na desaceleração do crescimento econômico chinês (MASWOOD, 2020, p. 667-668).

[65] O conceito de "Interdependência Armada" (*Weaponized Interdependence*), descreve a capacidade de Estados privilegiados de transformarem redes econômicas globais em instrumentos de coerção e poder estatal. Ao contrário da visão liberal tradicional, que associa a interdependência à descentralização do poder, autores argumentam que a topografia de redes como o sistema de compensação de dólares e a internet gera assimetrias estruturais. Esse poder manifesta-se através de dois mecanismos: 1) o Efeito Panóptico (*panopticon effect*), que permite a coleta massiva de informações estratégicas através de hubs centrais; e 2) o Efeito de Ponto de Estrangulamento (*chokepoint effect*), que possibilita a exclusão de adversários do acesso a redes vitais. Para exercer tal poder, o Estado requer o controle físico ou jurídico sobre os nós centrais da rede e instituições domésticas robustas (como o OFAC nos EUA) capazes de operacionalizar essa alavancagem (FARRELL; NEWMAN, 2019, p. 74-79)

Ocidente à Rússia, a virada do Brasil e da Índia para uma posição mais favorável aos EUA e as crises socioeconômicas na África do Sul, a pressão aplicada contra os membros do BRICS forçou seus membros a voltarem-se mais para assuntos internos do que para a cooperação intragrupo (ZHARIKOV, 2023, p. 2). A 11ª Cúpula do BRICS, realizada em Brasília em 2019, refletiu essa conjuntura. Sob a presidência de Bolsonaro [66], o evento não produziu avanços institucionais equiparáveis às Cúpulas anteriores, com a Declaração dos Líderes focando em dar continuidade a colaborações já existentes, como o desenvolvimento de mercados de títulos em moeda local e a facilitação da cooperação cambial (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 524).

Ao longo da década de 2010, vimos a princípio uma nova fase de construção institucional alternativa dos países do BRICS, após a desilusão da reforma das instituições de Bretton Woods pós-Crise de 2008. Esse esforço materializou-se na criação de mecanismos como o NDB e o CRA, que, somados a iniciativas paralelas como o AIIB e a BRI, conferiram ao Sul Global possíveis pilares para um grau inédito de autonomia financeira. No entanto, a resposta do G7 a essa ascensão, manifestada através de medidas de contenção aberta aos principais membros do grupo, iniciadas com o cerco financeiro à Rússia em 2014 e escaladas pela guerra comercial contra a China em 2018, expôs a persistente vulnerabilidade estratégica imposta pela hegemonia do dólar.

O uso da interdependência econômica como arma por parte das potências centrais transformou o enfrentamento a essa hegemonia e a busca por sistemas de pagamentos soberanos, antes pautas técnicas de eficiência comercial, em imperativos de segurança nacional para os países emergentes, tornando evidente que, para além da retórica reformista, a persistente dependência das infraestruturas financeiras controladas pelo Norte Global representava uma vulnerabilidade sistêmica crítica para a soberania do grupo Esse gargalo estratégico, desenhado pelas tensões da segunda metade da década, seria levado ao limite com a eclosão da crise sistêmica global que marcaria o início dos anos 2020.

[66] Apesar da retórica hostil do governo Bolsonaro ao BRICS e seu alinhamento preferencial aos EUA, a ala mais pragmática de seu governo, composta por setores dos militares, parlamentares e representantes do agronegócio, pressionava pela manutenção das relações com o grupo devido à dependência econômica, especialmente das exportações para a China (HERZ; HOFFMANN, 2025, p. 23).

3.4 - Fragmentação Geoeconômica e a Crise do Multilateralismo

A pandemia da Covid-19 iniciada em 2020 funcionou como um catalisador que expôs as instabilidades fundamentais do capitalismo global e a falta de uma governança econômica capaz de atender às necessidades do Sul Global, resultando em impactos profundos nas esferas fiscal, monetária e tecnológica do sistema financeiro internacional (KHAN, 2024, p. 7). Enquanto a década anterior foi marcada pela busca por reformas institucionais pós-Crise de 2008 e pela tentativa de construção institucional alternativa por parte dos países do BRICS (NDB, CRA, BRI, AIIB etc.), o espírito do tempo da década atual representa o esgotamento desse modelo de inserção gradual e o início de uma fase de fragmentação geoeconômica aberta, onde a interdependência deixou de ser vista como um ativo para se tornar uma vulnerabilidade estratégica crítica.

Diferentemente de 2008, a pandemia foi um choque exógeno que levou governos e bancos centrais a implementarem medidas fiscais e monetárias sem precedentes para garantir a resiliência do sistema (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 522), com o endividamento global atingindo níveis históricos e ampliando exponencialmente a lacuna entre o crescimento da economia e o das dívidas públicas (DEPIERI, 2025, p. 23-25). Na América Latina e Caribe, por exemplo, o endividamento do governo geral foi projetado para aumentar de 68,9% para 79,3% do PIB entre 2019 e 2020, tornando-a a região mais endividada do mundo em desenvolvimento (SEOANE; FEROLLA, 2025, p. 9).

A reação das instituições internacionais à pandemia revelou uma clivagem clara entre a manutenção do *status quo* pelas instituições de Bretton Woods e a busca por alternativas mais ágeis pelos blocos emergentes, com uma evidente disparidade nos volumes de recursos disponibilizados por cada um. Em resposta à crise, houve uma proposta para que o FMI emitisse US$ 500 bilhões em Direitos Especiais de Saque (SDR) para aliviar a escassez de liquidez nos países em desenvolvimento. No entanto, esta medida foi rejeitada pelos EUA, que detêm 16,5% do poder de voto, exercendo um veto de fato sobre as decisão, que exigiria 85% de maioria. Se a reforma das quotas aprovada em 2010 e efetivada em 2016 houvesse sido plenamente implementada, a nova balança de poder de voto poderia ter conseguido aprovar a alocação dos SDR (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 518-520).

Mesmo sem a aprovação da emissão de SDR, o FMI ainda assim disponibilizou grandes volumes de financiamento para combater as consequências da pandemia, aprovando

empréstimos totalizando mais de US$ 160 bilhões entre março de 2020 e dezembro de 2021, com mais de dois terços sendo realizados nos primeiros 3 meses da crise, e mais de 62 países recebendo suporte financeiro (IMF, 2023, p. 28). No entanto, críticos apontam que, apesar da gravidade do impacto social da crise, o Fundo não alterou substancialmente suas receitas tradicionais, continuando a promover cortes de gastos sociais, redução do aparelho estatal e reformas estruturais nas áreas trabalhista e previdenciária como condições para o financiamento (SEOANE; TADDEI, 2025, p. 29).

Apesar disso, em contraste com o Banco Mundial, o FMI tendeu a ser mais flexível, dando aos países o benefício da dúvida sobre a sustentabilidade da dívida para liberar recursos rápidos por meio de Financiamento de Emergência (EF). Enquanto o Fundo priorizou desembolsos rápidos através de instrumentos de emergência, o Banco Mundial manteve uma postura mais conservadora, o que resultou em atrasos significativos nos desembolsos em diversos casos. Mesmo com essa postura, o Banco teve um papel central no financiamento multilateral, respondendo por 70% do aumento nos compromissos financeiros dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) em 2020 (IMF, 2023, p. 33, 43).

O Banco Mundial e o FMI também colaboraram conjuntamente na operacionalização da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) aprovada pelo G20 em junho de 2020, que permitiu que 43 países suspendessem US$ 5,7 bilhões em pagamentos de serviço da dívida em 2020 para ficarem seus recursos no enfrentamento à crise (IMF, 2023, p. 46). A iniciativa, direcionada países elegíveis à AID (Associação Internacional de Desenvolvimento) e aos Países Menos Desenvolvidos da ONU, foi criticada por ser insustentável, pois apenas postergou os pagamentos em vez de reduzir o estoque da dívida, além de ter deixado 68 países não elegíveis sem uma linha de vida financeira real. O serviço da dívida pública externa desses países excluídos foi estimado em US$ 273,43 bilhões apenas em 2020 (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 519) [67].

A atuação dos demais BMDs foi caracterizada por uma mobilização financeira massiva e um esforço de coordenação técnica em complementação aos recursos disponibilizados pelas Instituições de Bretton Woods. Em 2020, os BMDs aumentaram seus compromissos financeiros em 40%, totalizando aproximadamente US$ 145 bilhões aos países afetados pela pandemia (70% do valor desse aumento sendo do Banco Mundial), com

[67] Reconhecendo que a simples suspensão temporária não resolveria problemas de insolvência de longo prazo, o G20, o FMI e o Banco Mundial lançaram, em novembro de 2020, o Quadro Comum para Tratamento da Dívida além da DSSI. Este novo mecanismo visava guiar reestruturações de dívida mais profundas, mas o progresso durante o período inicial foi mínimo, em parte devido aos interesses divergentes entre os diversos credores (IMF, 2023, p. 14, 47).

importante atuação de bancos regionais como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e o AIIB [68], que expandiram consideravelmente seus empréstimos anuais (IMF, 2023, p. 43).

Ao contrário da maior parte dessas instituições, o NDB forneceu apoio aos seus países-membros sem aplicar condicionalidades políticas ou exigir reformas estruturais dos países tomadores de empréstimo, disponibilizando US$ 10 bilhões em assistência emergencial para combater a crise [69]. Os recursos foram destinados ao financiamento de gastos com saúde, medidas de proteção social e ações de recuperação econômica. Para auxiliar na captação desses recursos, o NDB emitiu títulos específicos nos mercados internacionais de capitais, denominados "*COVID Response Bonds*", totalizando US$ 3,5 bilhões em duas etapas (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 519).

Apesar da falta de condicionalidades para empréstimos, o volume disponibilizado pelo banco não foi suficiente para auxiliar os países do BRICS. Enquanto o NDB aprovou US$ 30 bilhões em empréstimos entre 2015 e 2023, em contraste com US$ 157 bilhões disponibilizados pelo Banco Mundial apenas entre abril de 2020 e junho de 2021 (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 453). Por um lado, as instituições de Bretton Woods reafirmaram sua hegemonia quantitativa, mobilizando volumes de capital que blocos emergentes ainda não conseguem parear. No entanto, essa força financeira veio acompanhada da manutenção de um status quo político: o uso do poder de veto para barrar soluções sistêmicas (como os SDRs) e a persistência de condicionalidades macroeconômicas que ignoram a urgência social em favor das reformas estruturais tradicionais.

Por outro lado, a atuação de instituições como o NDB, embora sinalizando uma busca por soberania e agilidade, revelou uma profunda fragilidade institucional diante da magnitude da crise, manifestando-se, primordialmente, na limitação da escala financeira e na dependência dos mercados internacionais de capitais. Ao contrário do FED, que emite a moeda de reserva global, ou do FMI, que conta com um sistema de quotas consolidadas, o NDB precisou recorrer à emissão de títulos para captar os recursos que seriam emprestados. Essa dinâmica expõe uma contradição central: para oferecer uma alternativa ao *status quo*, essas instituições ainda precisam da validação e da liquidez dos mercados financeiros globais.

Para além do NDB, a resposta intra-BRICS foi limitada, com a crise aumentando significativamente a pressão sobre os membros do grupo. Esse cenário de urgência interna,

---

[68] Embora sua missão original fosse voltada à infraestrutura na Ásia-Pacífico, a atuação do banco durante a crise da Covid-19 consolidou sua posição como um provedor alternativo de bens públicos financeiros globais (XING; SHENGJUN, 2020, p. 80).

[69] Em junho de 2020 o NDB já havia providenciado US$ 4 bilhões em financiamento de emergência para China, Índia, Brasil e África do Sul (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 519).

que já vinha desde antes da eclosão da pandemia, dificultou a coordenação intragrupo, levando a um período em que os membros focaram mais em soluções individuais do que no desenvolvimento de uma cooperação coletiva profunda (ZHARIKOV, 2023, p. 2). O CRA, por exemplo, concebido como uma rede de segurança um fundo teórico de US$ 100 bilhões em reservas compartilhadas, destinadas a combater pressões de curto prazo no balanço de pagamentos, não foi efetivamente acionado pelos membros do BRICS para suporte de liquidez, apesar da validade operacional do mecanismo ter sido testada e confirmada pelos bancos centrais do grupo entre 2018 e 2020 (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 521) [70].

Os valores disponibilizados pelas instituições contra-hegemônicas não serviram como alternativa às fontes convencionais, e sim como uma forma de complemento. Mesmo com a abundância de recursos viabilizados a nível global pelas instituições financeiras, o volume foi insuficiente para o combate à crise (GOMES, 2018, p. 94). Para conter o colapso econômico, o FED dos EUA exerceu de forma agressiva seu poder monetário em duas frentes: reduziu drasticamente a taxa de juros básica para quase 0%, visando baratear o custo do crédito, e expandiu seu balanço para níveis inéditos, superando US$ 7 trilhões em maio de 2020. Atuando como 'emprestador de última instância' em escala massiva, a instituição realizou compras de ativos que somaram US$ 1,2 trilhão apenas em abril e disponibilizou até US$ 1 trilhão em operações diárias de recompra de títulos (LABONTE, 2021). No entanto, essa abundância foi direcionada primariamente ao primariamente ao resgate do sistema financeiro norte-americano e aos grandes bancos privados, assim como em 2008.

No plano internacional, onde a escassez de dólares asfixiava as economias emergentes, a hierarquia do sistema financeiro ficou evidente através das linhas de *swap* cambial disponibilizadas pela instituição. Ao direcionar até US$ 450 bilhões para um grupo restrito de bancos centrais aliados (LABONTE, 2021) [71], o FED atuou como o guardião seletivo da liquidez global. Longe de sanar a escassez em escala mundial, essa medida apenas mitigou o colapso no centro do sistema e seus aliados imediatos, deixando as economias periféricas excluídos do arranjo à mercê da volatilidade dos mercados privados de liquidez ou

[70] Como mencionado anteriormente, um país membro pode obter, a qualquer momento, apenas 30% do seu limite de acesso ao CRA, com o restante estando condicionado a um acordo com o FMI, pendente na prática de aprovação dos EUA, que possuem (LIU; PAPA, 2022, p. 52).

[71] Em março de 2020, o FED ativou linhas de *swap* com um total de 14 bancos centrais, divididos em dois "círculos" de privilégio: No "Círculo Interno" estavam os 5 bancos centrais que já possuíam linhas de *swap* permanentes (estabelecidas em 2013), que formam o núcleo do sistema financeiro ocidental: Banco Central Europeu, Japão, Inglaterra, Canadá e Suíça. O FED anunciou a expansão para mais 9 países considerados parceiros estratégicos ou sistemicamente importantes para os EUA. Diferente do primeiro grupo, esses *swaps* tinham limite de valor e prazo de validade. Esses países são: Brasil, México, Coréia do Sul, Singapura, Austrália, Nova Zelândia, Dinamarca, Noruega e Suécia (LABONTE, 2021).

à condicionalidade do FMI. Essa dinâmica reafirmou a dependência estrutural em relação à moeda estadunidense, demonstrando o poder unilateral dos EUA de traçar a linha divisória entre quem reside dentro ou fora do perímetro de estabilidade financeira.

Dos 5 membros do BRICS em 2020, apenas o Brasil (governo Bolsonaro, alinhado aos EUA) recebeu acesso. China, Rússia, Índia e África do Sul ficaram de fora, forçando esses países a queimarem suas próprias reservas ou desvalorizarem suas moedas, apesar de 3 dessas economias estarem entre os 10 maiores PIBs do mundo. Quando o FED iniciou o aperto monetário em 2021/22 (LABONTE, 2021) para combater a inflação doméstica gerada pelas medidas de expansão fiscal, as taxas de juros americanas e sua dívida pública [72] atingiram picos históricos (BANDEIRA, 2024, p. 7). Esse movimento resultou na exportação de pressões inflacionárias para a periferia do sistema, obrigando os bancos centrais dos países emergentes a elevarem suas taxas de juros para conter a fuga de capitais [73], o que sufocou a recuperação econômica doméstica e corroeu o valor real das reservas internacionais duramente acumuladas na década anterior.

A 12ª Cúpula do BRICS em 2020, realizada virtualmente sob a presidência russa, foi pautada pelas incertezas no sistema financeiro internacional e a busca de uma atuação coordenada do grupo para definir a direção estratégica comum dos membros nas áreas de comércio, finanças, economia digital e desenvolvimento sustentável, entre outras. Um dos resultados mais significativos da cúpula nesse sentido foi a adoção conjunta da "Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS 2025", que estabeleceu a estrutura de cooperação entre os países do grupo em resposta às tendências econômicas globais e aos desafios contemporâneos, como choques macroeconômicos e volatilidade financeira (BRICS, 2020).

A estratégia reforçou os objetivos de reforma da arquitetura financeira internacional, especialmente das Instituições de Bretton Woods, que o BRICS vinha reivindicando ao longo

[72] A injeção massiva de capital e os estímulos fiscais, embora tenham evitado uma depressão comparável à de 1929, contribuíram para o aumento do risco de inflação e para a explosão da dívida pública dos EUA, que ultrapassou os US$ 31 trilhões em 2020 (BANDEIRA, 2024, p. 7). Embora o aperto em termos absolutos tenha sido considerado modesto por alguns analistas, a velocidade do crescimento das taxas foi significativamente superior à observada na Crise da Dívida de 1973 com o Choque Volcker (LAMPA; ORO, 2023, p. 226)

[73] Devido à posição hegemônica do dólar descrita ao longo do Capítulo 3, ao elevar as taxas para mitigar a inflação doméstica (derivada da expansão fiscal), o FED aumenta o rendimento dos títulos do Tesouro dos EUA, consolidando-os como o ativo mais atrativo e seguro do sistema financeiro global. Esse movimento atrai fluxos de capital de outros lugares para o mercado estadunidense, gerando uma fuga de capitais nas economias emergentes e a consequente depreciação de suas moedas locais frente ao dólar. Uma vez que itens críticos como energia e alimentos são cotados internacionalmente na moeda estadunidense, a desvalorização cambial na periferia eleva automaticamente os custos de importação, gerando uma inflação de oferta "importada". Para conter essa evasão e mitigar o choque inflacionário, os bancos centrais periféricos são compelidos a elevar suas taxas de juros de forma defensiva, o que sufoca a recuperação econômica doméstica e corrói o valor real das reservas internacionais acumuladas.

da década anterior, com metas mais específicas para alcançar esse resultado, refletindo o amadurecimento do grupo e o ajuste de suas metas às expectativas mais realistas do que poderia ser alcançado conjuntamente, com a construção pragmática de mecanismos próprios e a institucionalização de uma abordagem mais técnica ao invés de uma reivindicação abstrata por reformas. Diferente de declarações anteriores que apenas pediam reformas gerais, a Estratégia 2025 estabeleceu marcos temporais alinhados com o cronograma institucional do FMI, demonstrando um ajuste às restrições políticas reais. O documento, por exemplo, estipulou explicitamente a meta de "acelerar o processo de reforma da governança do FMI sob a 16ª Revisão Geral de Quotas", estabelecendo o dia 15 de dezembro de 2023 como data-alvo para a conclusão desse processo, iniciado após a Crise de 2008 (BRICS, 2020).

Embora o incentivo ao uso de moedas locais no comércio e no financiamento e a elaboração de novas tecnologias financeiras e sistemas de pagamento fossem temas já em discussão nas cúpulas anteriores e no âmbito do NDB, a eclosão da pandemia tornou essas pautas urgentes ao exigir medidas de emergência e recuperação econômica imediatas. A crise evidenciou mais uma vez a vulnerabilidade dos países emergentes a choques externos e à política monetária dos EUA, levando a Estratégia 2025 a formalizar como prioridade a promoção do uso de moedas nacionais e do comércio intra-BRICS como mecanismo de defesa para reduzir esses riscos e custos de transação (BRICS, 2020; ZHARIKOV, 2023, p. 4).

A pandemia também impôs a necessidade de distanciamento social e operações remotas, o que tornou a agenda de economia digital e pagamentos eletrônicos uma questão urgente de funcionamento básico da economia, e não apenas de modernização. A Estratégia 2025 também enfatizou a cooperação em sistemas de pagamento e tecnologias financeiras (*Fintech*) como ferramentas para garantir a resiliência financeira e a soberania tecnológica, impulsionando as pesquisas e discussões do Comitê Financeiro do BRICS sobre *blockchain*, Moedas Digitais de Banco Central (CBDC), e novos sistemas capazes de liquidar transações entre os países membros sem utilizar o dólar. O aprofundamento das pesquisas sobre esses temas, tanto intra-BRICS quanto a nível individual, levou ao início dos testes pilotos das moedas digitais dos cinco países-membros do grupo entre 2020 e 2022, como o e-CNY (China), RUB (Rússia), DREX (Brasil), e-Rupee (Índia) e o Projeto Khokha (África do Sul) (LIU; PAPA, 2022, p. 44-46).

Por fim, a Estratégia 2025 também inseriu o NDB no centro de seu roteiro de cooperação, utilizando o banco como peça valiosa em diversos eixos da parceria, desde comércio, finanças e investimento à economia digital e desenvolvimento sustentável, enfatizando a expansão do uso de moedas nacionais nos financiamentos do banco e identificando a instituição como um veículo chave para atrair investimentos em infraestrutura, nova revolução industrial digital, energia sustentável e adaptação às mudanças climáticas (BRICS, 2020). O ano de 2020 foi um momento de transição administrativa do banco, com Marcos Troyjo, indicado pelo Brasil, assumindo como o segundo presidente da instituição, sucedendo o indiano K.V. Kamath, conforme o sistema rotativo de governança estabelecido em sua fundação (RODRIGUES; FERNANDEZ; OLIVEIRA, 2024, p. 28). O NDB também avançou sua expansão institucional com a abertura do Centro Regional da Eurásia em Moscou em 2020, ampliando sua capacidade operacional com 4 escritórios ao redor do globo: China, Rússia, África do Sul e Brasil (DUGGAN et al., 2022, p. 474-475).

Na 12ª Cúpula, a Rússia também propôs formalmente aos membros do grupo a ideia do *BRICS Pay*, que busca alavancar as inovações de *fintech* dos membros para integrar os sistemas nacionais existentes. A iniciativa seria projetada como um sistema de pagamentos *contactless* baseado em nuvem. O seu funcionamento consiste em vincular os cartões de crédito ou débito dos cidadãos e empresas dos países membros a carteiras online, que são acessíveis 24 horas por dia através de um aplicativo móvel. O sistema não visa duplicar os sistemas nacionais de pagamento já existentes, mas sim integrá-los, conectando infraestruturas nacionais, como o sistema de cartões MIR (Rússia), UnionPay (China), RuPay (Índia) e potencialmente sistemas como o Pix (Brasil), em uma plataforma comum na nuvem [74]. A principal vantagem seria permitir que os membros usem suas próprias moedas como base direta de troca para pagamentos externos, eliminando a necessidade das transações passarem pelo circuito do dólar e mitigando riscos como sanções do SWIFT (LIU; PAPA, 2022, p. 43-44).

Fora do escopo do BRICS, os países-membros também avançaram em suas próprias iniciativas para elaborar novas tecnologias financeiras, desde às CBDCs em fase de testes aos sistemas alternativos ao SWIFT como o SPFS russo e o CIPS chinês, desenvolvidos como medida defensiva após as ameaças de exclusão russa após o início da crise na Criméia em

[74] Em paralelo à iniciativa, vários projetos de integração de sistema de pagamentos estão ocorrendo a nível bilateral entre os países do BRICS. Por exemplo, em 2018 houve a integração de infraestrutura de pagamentos entre o UnionPay chinês e o RuPay indiano, fazendo com que cartões UnionPay fossem aceitos na Índia e vice-versa. Em dezembro de 2018, cartões UnionPay eram aceitos em mais de 90% dos caixas eletrônicos indianos (LIU; PAPA, 2022, p. 40).

2014 [75]. O CIPS faz parte da estratégia cautelosa de internacionalização do renminbi, e diferente do SWIFT, também oferece serviços de compensação e liquidação de pagamentos como o CHIPS, permitindo que bancos globais liquidem transações *onshore* diretamente na China (MAYER, 2024, p. 10). Em 2022, o sistema já conectava mais de 1.280 instituições em mais de 100 países (TULUN, 2022, p. 45-46).

No entanto, embora desenhado como alternativa independente, CIPS ainda utiliza frequentemente a rede SWIFT em cerca de 80% de seus pagamentos para a troca de mensagens com participantes indiretos, e embora possua capacidade técnica para operar com seu próprio sistema de mensagens em um cenário de desconexão total, isso iria requerer que as instituições não-chinesas instalassem sistemas de tradução adequados e se adaptarem à rede, um processo custoso e demorado. No caso dos seus mecanismos de compensação e liquidação, apesar dos valores de transações liquidadas pelo CIPS terem aumentado 75% em 2021, o CHIPS ainda possui 10 vezes mais participantes e processa 40 vezes mais transações. Em março de 2022, por exemplo, o valor diário processado pelo CHIPS foi de US$ 1,8 trilhões, comparado aos US$ 45,6 bilhões processados pelo CIPS (EICHENGREEN, 2022, p. 4).

O SPFS, ao contrário do CIPS, não liquida pagamentos, servindo apenas como sistema de mensagens. Embora seu uso seja predominante doméstico, processando cerca de 20% do tráfego interno russo ao final de 2020, desde o início de seu desenvolvimento em 2014 o sistema tem se expandido para conectar bancos de países da União Econômica Eurasiática (EAEU) e parceiros como Irã e Índia, (SHIN, 2020, 45-50) sendo utilizado atualmente em mais de 52 países (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 48). No entanto, a ausência de um mecanismo de liquidação faz com que a utilização do SPFS dependa de complexos acordos bilaterais e da existência prévia de contas correspondentes para que o dinheiro efetivamente mude de mãos, fazendo com que a maior parte das transações internacionais russas ainda utilizassem o SWIFT antes do início do conflito na Ucrânia em 2022 (SHIN, 2020, 45-50).

Embora em escala menos ambiciosa, a Índia é pioneira entre os países emergentes no desenvolvimento de sistemas de pagamento próprios. Desde 2001, o país possui o *Structured*

[75] Embora a China não tenha sofrido ameaças de sanções e não estava envolvida na situação na Criméia, a percepção de extrema vulnerabilidade frente às decisões dos países do G7 em relação à participação no comércio e nas finanças globais fez com que países emergentes como China, Índia e Irã buscassem medidas defensivas para o caso dessas ameaças serem futuramente direcionadas a eles. No caso do Irã, antes mesmo da Rússia, o país foi alvo de sanções aplicadas pelos EUA e a UE em 2012, com o banco central e diversos outros bancos do país sendo desconectados do sistema SWIFT (SWIFT, 2012).

Financial Messaging System (SFMS), um sistema doméstico de mensagens financeiras seguro e compatível com o padrão *ISO 20022* (o mesmo do SWIFT), assim como o CIPS e o SPFS. Ao contrário das outras iniciativas mencionadas, o SFMS opera como um sistema majoritariamente doméstico, focado nas transações bancárias dentro do país, e não tem como objetivo servir de alternativa ao SWIFT. Na ausência de um sistema de mensagens internacional próprio, o governo indiano busca conectar o SFMS diretamente ao SPFS, o que permitiria que bancos indianos e russos trocassem instruções de pagamento diretamente, contornando o SWIFT e as sanções ocidentais. A escolha do SPFS ao invés do CIPS se deu em parte pelo acirramento das tensões entre a China e Índia, que culminou em 2020 em escaramuças na fronteira entre os dois países (SHIN, 2020, 50-51).

A Índia também tem sido proativa na criação de mecanismos para liquidar o comércio em moeda local, visando reduzir o risco cambial e a dependência do dólar, especialmente com parceiros sancionados (como Irã e Rússia) ou vizinhos regionais. O Banco da Reserva da Índia (RBI) permitiu a abertura de contas especiais permitindo que bancos de países parceiros (como Rússia, Emirados Árabes Unidos e Malásia) mantenham saldos em rúpias em bancos indianos para liquidar importações e exportações (WANG, 2024, p. 592-593). O uso de moedas locais no comércio Índia-Rússia, por exemplo, cresceu de 6% em 2013 para 30% em 2019 (LIU; PAPA, 2022, p. 57). Além disso, o sistema de pagamentos instantâneos indiano, UPI (*Unified Payments Interface*) é considerado uma das inovações de produto mais importantes no mercado de pagamentos, servindo de modelo para outras nações em desenvolvimento, e o país desenvolveu em 2016 o primeiro sistema interoperável de *QR Code*, permitindo uma padronização de códigos entre os diferentes métodos de pagamento (MIR, UnionPay, RuPay, Visa, MasterCard etc.) (KAUR, 2022, p. 26-28).

A China, ao lado de outros países emergentes, também faz parte de uma das iniciativas mais avançadas e promissoras na reestruturação da infraestrutura de pagamentos transfronteiriços, o Projeto mBridge (mCBDC Bridge). Trata-se de uma colaboração coordenada pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) que reúne os bancos centrais da China, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong e Tailândia. O mBridge propõe uma plataforma única e integrada para múltiplas Moedas Digitais de Banco Central de atacado (wCBDC), onde as transações ocorrem em uma infraestrutura compartilhada que utiliza tecnologia de *blockchain* e a liquidação final é realizada diretamente na plataforma em moeda do banco central de cada país, ao contrário do sistema tradicional de bancos correspondentes,

que liquida em moeda de bancos comerciais nos sistemas domésticos [76]. Além de reduzir o tempo de liquidação em 80% e os custos pela metade, esse sistema aumenta a segurança da transação e reduz o risco de contraparte (MAYER, 2024, p. 15-16) [77].

Embora o mBridge consiga viabilizar a liquidação direta, facilitando o uso de moedas locais e contornando o sistema de correspondente bancário, a garantia de liquidez entre as moedas locais e a dependência de "moedas veículo" (como o dólar) ainda são desafios. O sistema atual ainda depende de encontrar uma contraparte disposta a negociar aquele par de moedas específico. Para pares "exóticos" ou ilíquidos, o sistema tradicional usa o dólar como veículo. Para que projetos como o mBridge alcancem todo o seu potencial de redução de custos e da dependência de moedas veículo, é necessário a incorporação de novas tecnologias além do *blockchain*, que vêm sendo desenvolvidas por diferentes países, como os Formadores de Mercado Automatizados (AMM), testados no Projeto Mariana [78], contratos inteligentes pré-programados (*Smart Contracts*), como visto no Projeto Cedar II [79], ou a *tokenização* de

---

[76] O sistema de correspondente bancário tradicional fundamenta-se em uma rede global de relações bilaterais entre instituições financeiras, operando por meio de contas de depósito recíprocas conhecidas como Nostro (a conta de um banco mantida em outra instituição no exterior) e Vostro (a conta que o banco estrangeiro mantém na instituição local). Nesse modelo, as transferências internacionais de fundos não ocorrem pelo movimento físico ou digital imediato de moeda soberana, mas por uma sucessão de lançamentos contábeis de débito e crédito em uma cadeia de bancos intermediários. Visto que cada banco na cadeia utiliza seus próprios livros para registrar a transação, a liquidação é realizada em moeda de banco comercial, ou seja, o dinheiro em trânsito representa um passivo (promessa de pagamento) de um banco privado para o próximo. Esse processo é caracterizado por altos custos operacionais, falta de transparência e, principalmente, pelo risco de contraparte, uma vez que a insolvência de qualquer banco intermediário no trajeto pode interromper a liquidação final da transação (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 38-40).

[77] O sistema mBridge permite a liquidação PvP (*Payment-versus-Payment*) para transações de câmbio. Isso significa que a transferência de uma moeda ocorre simultaneamente à outra, eliminando o risco de liquidação e de contraparte, que afetam trilhões de dólares em transações diárias que hoje carecem de mecanismos de seguro (AUER; HAENE; HOLDEN, 2021, p. 5-10). O modelo PvP é viabilizado pela Tecnologia de Registro Distribuído (DLT), uma forma de tecnologia que permite o registro, compartilhamento e sincronização de dados através de uma rede distribuída de participantes, sem a necessidade de uma autoridade central única para validar cada transação. Embora a *blockchain* seja apenas um tipo de DLT, ele se tornou o termo guarda-chuva para essas tecnologias. No entanto, o modelo utilizado pelas criptomoedas convencionais (Bitcoin, Ethereum etc.), a "*blockchain* pública", geralmente não é adequado para CBDCs devido à falta de meios regulatórios, riscos de lavagem de dinheiro e menor eficiência. O modelo de DLT escolhido para a maioria dos projetos de CBDC, como o mBridge, é o modelo de consórcio, no qual o acesso é restrito a participantes autorizados (ex: bancos comerciais e bancos centrais) (ZHANG; HUANG, 2022, p. 264-269).

[78] O Projeto Mariana, também coordenado pelo BIS e envolvendo os bancos centrais da França, Singapura e Suíça, testou o uso de AMMs para criar um mercado interbancário de câmbio descentralizado, utilizando "piscinas de liquidez" pré-financiadas e algoritmos para precificar e executar trocas automaticamente com base em dados históricos, sem a necessidade de triangular a operação através de moedas fortes, reduzindo custos e a dependência da infraestrutura financeira convencional (MAYER, 2024, p. 17).

[79] Diferente do modelo de plataforma única do mBridge, o Projeto Cedar II, uma iniciativa conjunta entre o FED de Nova York e a Autoridade Monetária de Singapura, testou o uso de contratos inteligentes com limite de tempo (*time-bound smart contracts*) para atuar como pontes entre diferentes registros. Isso permitiu a liquidação atômica (PvP) de ativos mantidos em redes distintas e operadas por partes diferentes, demonstrando uma alternativa técnica para a interoperabilidade sem a necessidade de uma plataforma centralizada única (MAYER, 2024, p. 15).

ativos [80], além de medidas de harmonização de regulações e padrões técnicos para viabilizar a integração dos diferentes sistemas nacionais (MAYER, 2024, p. 12-17).

Boa parte das iniciativas mencionadas acima fazem parte de um amplo ecossistema de soberania financeira e resiliência estratégica, onde o desenvolvimento dessas tecnologias atua como um mecanismo de salvaguarda contra o uso político das infraestruturas financeiras tradicionais. Ao integrar sistemas nacionais e experimentar com a liquidação direta sem a utilização do circuito CHIPS/SWIFT, os países do Sul Global buscam não apenas ganhos de eficiência operacional, mas a consolidação de um "perímetro de segurança" capaz de mitigar a vulnerabilidade desses países. No entanto, as mesmas inovações tecnológicas que possibilitam a construção de caminhos contra-hegemônicos também podem ser utilizadas para o fortalecimento da arquitetura centrada no dólar. O presidente do FED, por exemplo, reconheceu em 2022 que o desenvolvimento de uma CBDC estadunidense (dólar digital) pode tornar-se uma necessidade estratégica para salvaguardar a dominância global da moeda, permitindo que os EUA compitam eficazmente tanto com as inovações do setor privado quanto com as moedas digitais soberanas de outros países (GHYMERS, 2025, p. 209) [81].

Em complemento à pandemia, a eclosão da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022, e a subsequente resposta do Ocidente, marcaram um ponto de inflexão na arquitetura financeira global que levou à aceleração do desenvolvimento das iniciativas expostas, desde os sistemas de mensagem e liquidação alternativos à diversificação de reservas cambiais para fora do dólar. Em março de 2022, a UE, em coordenação com os EUA, Reino Unido e Canadá, desconectou os principais bancos russos do sistema SWIFT. Embora seja tecnicamente uma cooperativa neutra sediada na Bélgica, a pressão política forçou sua conformidade com as sanções, repetindo o precedente estabelecido contra o Irã em 2012, mas em uma escala muito maior, reforçando a crescente compreensão de que o sistema de pagamentos global é suscetível aos interesses de política externa dos países do G7 (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 46-49).

Além da exclusão do SWIFT, foram congelados mais de US$ 300 bilhões em reservas internacionais do Banco Central da Rússia mantidas no exterior, uma parte considerável do

[80] A tecnologia de conversão de direitos de ativos tangíveis (como imóveis, títulos ou metais preciosos) em *tokens* digitais abre novos casos de uso no sistema financeiro, permitindo maior negociabilidade e liquidez em ambientes virtuais. No contexto das wCBDCs, isso facilita que a liquidação financeira ocorra simultaneamente à transferência da propriedade do ativo *tokenizado*, aumentando a eficiência (MAYER, 2024, p. 12).

[81] Evidência dessa movimentação é o Project Cedar I, conduzido pelo Centro de Inovação do FED de Nova York, que testou com sucesso o uso da tecnologia DLT para liquidar transações de câmbio em dólares em menos de dez segundos (MAYER, 2024, p. 15). Ao reduzir drasticamente o tempo de liquidação e os riscos operacionais, tais iniciativas provam que a modernização tecnológica não é exclusividade dos blocos emergentes, mas uma ferramenta ativa de manutenção do *status quo*.

total de US$ 630 bilhões de suas reservas em 2022, além de mais de US$ 20 bilhões em ativos de indivíduos russos sancionados. A Suíça, historicamente um refúgio neutro *(safe haven*) para capitais globais, abandonou sua tradição mantida inclusive durante a 2ª Guerra, e aderiu às sanções da UE contra a Rússia. O governo suíço congelou mais de US$ 8 bilhões em ativos russos, e o *Credit Suisse* cerca de US$ 19 bilhões, mais de um terço dos ativos russos no país (SRINIVAS, 2022, p. 2; BAI, 2024, p. 15-17).

Essa ação teve um efeito devastador na reputação do país. O banqueiro Josef Ackermann, ex-presidente do *Deutsche Bank*, o maior banco da Alemanha em ativos totais, notou que isso colocou em risco o Estado de direito e os direitos de propriedade supostamente garantidos pela legislação suíça, levando indivíduos ricos de outros países a temerem que seus ativos pudessem ser confiscados por ações de seus governos. Isso provocou uma retirada massiva de fundos; o *Credit Suisse*, por exemplo, sofreu um desinvestimento de US$ 119 bilhões apenas no último trimestre de 2022, contribuindo para sua insolvência em 2023 (BAI, 2024, p. 15-17).

A percepção da armamentização (*weaponization*) do sistema financeiro ocidental hegemônico gerou um alerta profundo entre os países do Sul Global e mercados emergentes. O congelamento das reservas russas fez países como a Índia e China perceberem que, mesmo desenvolvendo sistemas de mensagens e liquidação alternativos para efetivar pagamentos em moedas locais, continuam possuindo a maior parte de suas reservas em moedas fortes como dólares e euros, e seus ativos podem não estar seguros no caso de um desacordo geopolítico com os EUA e os demais países desenvolvidos (BAI, 2024, p. 15-17; DING, 2024, p. 38-41) [82]. Isso criou um dilema para países não alinhados: manter reservas em dólares oferece liquidez, mas agora carrega o precedente do risco de confisco, deixando de ser um ativo "livre de risco" para rivais estratégicos, tornando-se uma vulnerabilidade de segurança nacional (BAI, 2024, p. 15-17; MAYER, 2024, p. 6).

A hegemonia do dólar não se construiu apenas pela imposição militar ou econômica, mas fundamentou-se na confiança de que a moeda americana era o ativo mais seguro, líquido e estável do mundo. O dólar opera como um refúgio em tempos de crise, tendendo a se

[82] Embora o uso de sanções financeiras (incluindo o SWIFT) contra o Irã (2012) e a Venezuela (2019), além das ameaças e sanções iniciais contra a Rússia (2014) tenha estabelecido precedentes, as ações em 2022 representaram uma mudança qualitativa e quantitativa que elevou drasticamente a percepção de insegurança global (HASIB; VENGADASALAM, 2022, p. 260). A Venezuela, assim como o Irã, era vista como um "estado pária" ou uma economia periférica em crise profunda, ao contrário da Rússia, que figura como uma das maiores economias do mundo e país-membro do G20. O isolamento financeiro desses países foi interpretado como casos isolados de política externa contra regimes específicos, e não como uma ameaça sistêmica à arquitetura financeira global.

valorizar em momentos de incerteza econômica ou geopolítica global (MILAN, 2012, p. 135-136), e seu acúmulo por países em desenvolvimento funcionou como um "auto seguro" contra crises de balanço de pagamentos e "paradas súbitas" de fluxo de capital, independente do alinhamento geopolítico. Ter grandes reservas em dólares sinaliza força financeira, facilita o acesso a mercados internacionais, reduz o risco de investimento e dissuade ataques especulativos contra a moeda local (MAYER, 2024, p. 6) [83].

A consequência da quebra dessa confiança foi uma aceleração na diversificação de reservas por parte de países mais vulneráveis para fora do dólar. No caso da China, o país parou de adquirir mais Títulos do Tesouro dos EUA em 2014, após as primeiras sanções aplicadas contra a Rússia, e iniciou um processo massivo de aquisição de reservas em ouro. No início de 2022, a China possuía mais de US$ 1 trilhão em títulos estadunidenses, mas após o congelamento dos ativos russos no exterior, suas participações começaram a cair consideravelmente, sendo ultrapassadas pelo ouro no mesmo ano (MAYER, 2024, p. 7-8; YU, 2024, p. 45-46).

Enquanto no passado especialistas argumentam a favor da diversificação de reservas em direção de outras moedas fortes como euro, libra e iene, essa via perdeu credibilidade após a ação coordenada do G7 em 2022. O bloqueio simultâneo de reservas em euros, libras e ienes demonstrou que essas divisas compartilham o mesmo risco político do dólar, perdendo sua percepção de neutralidade e forçando uma migração para ativos inalienáveis, como o ouro, e para infraestruturas de liquidação fora do alcance de sanções ocidentais (YU, 2024, p. 52-53).

Para além do país sancionado em si, os EUA também utilizam "sanções secundárias" para forçar países terceiros a escolher entre o mercado estadunidense e o país sancionado. Como a grande maioria das transações internacionais é compensada através de bancos correspondentes nos EUA (via sistema CHIPS ou Fedwire), o Tesouro americano tem jurisdição legal para bloquear esses fundos, criando um risco existencial para qualquer banco global que desafie as diretrizes de Washington (RUYS; RYNGAERT, 2020, p. 3-5; SHIN, 2020, p. 9). As autoridades americanas, como o OFAC (*Office of Foreign Assets Control*) interpretam que, no momento em que os fundos passam por um servidor ou banco nos EUA, ocorre uma "exportação de serviços financeiros" dos EUA, estabelecendo o nexo territorial

[83] Essa confiança generalizada é um dos pilares do privilégio exorbitante descrito ao longo do Capítulo 3, o que permite que os EUA emitam dívida (títulos do Tesouro) a custos muito baixos para financiar seus déficits e seu consumo, sem sofrer as restrições que outros países sofreriam (WAGDI; ELNAHRAWY; FATHI, 2023, p. 18-19).

necessário para que os EUA exerçam jurisdição sobre a transação e apliquem multas ou bloqueios (RUYS; RYNGAERT, 2020, p. 68-69) [84].

O próprio NDB foi impactado pela extensão das sanções impostas contra a Rússia, suspendendo todas as suas operações no país indefinidamente devido aos riscos institucionais envolvidos para o banco, apesar de se tratar de um dos cinco países fundadores. O NDB depende de classificações de crédito de agências ocidentais (como Fitch e S&P) para captar recursos nos mercados de capitais internacionais a custos competitivos. O rebaixamento da classificação soberana da Rússia para o nível de "lixo" (*junk*) impactou negativamente a qualidade do portfólio do banco, levando a Fitch a revisar a perspectiva do banco de "Estável" para "Negativa". Para manter sua classificação de crédito AA+ e sua reputação nos mercados globais, o NDB precisou demonstrar conformidade com as restrições financeiras internacionais por receio de sanções secundárias ou de perder o acesso ao sistema financeiro ocidental, do qual ainda depende fortemente para suas operações, que são majoritariamente dolarizadas (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 454-455).

Embora até mesmo aliados dos EUA consideram que as sanções secundárias violam o direito internacional, especificamente os princípios de jurisdição e as regras da OMC, com a União Europeia chegando a reativar seu "Estatuto de Bloqueio", que proíbe empresas europeias de cumprirem certas sanções dos EUA, na prática, muitas empresas preferem cumprir as leis dos EUA (*over compliance*) por medo de perder o mercado americano, tornando o estatuto muitas vezes ineficaz (RUYS; RYNGAERT, 2020, p. 30, 85-86). Para esses países aliados, a participação na hegemonia do dólar, apesar de seus riscos, não ocorre apenas por fatores de mercado, sendo também pautada por profundos laços diplomáticos e militares que atuam como alicerce da estratégia de defesa do Ocidente (WEISS, 2022, p. 1-6).

Muitos países acumulam dólares como pagamento implícito pela proteção militar dos EUA, e essa composição de reservas por sua vez é o que permite a expansão da dívida estadunidense que permite a manutenção da arquitetura de segurança global norte-americana. De acordo com um estudo do FED em 2022 utilizando dados confidenciais do Tesouro dos EUA para mapear quem detém a dívida do país, foi calculado que governos com pactos de defesa mútua com os EUA (como membros da OTAN, Japão, Coreia do Sul, Austrália) ou designados como "principais aliados não-OTAN" (como Israel, Egito, Taiwan) detêm

[84] Uma das formas de sanção mais poderosas é a proibição de manter contas correspondentes nos EUA. Para um banco internacional, perder o acesso ao sistema financeiro americano e à capacidade de transacionar em dólares equivale a uma "pena de morte" comercial, pois o isola da maior parte do comércio global (RUYS; RYNGAERT, 2020, p. 34).

consistentemente entre 50% e 60% de todos os ativos seguros dos EUA mantidos por governos estrangeiros (WEISS, 2022, p. 1-9).

Quando se expande a definição para incluir países que possuem alguma forma de cooperação militar com os EUA (compra de armas, exercícios conjuntos), a participação sobe para cerca de 75%. Para esses aliados, o dólar continua sendo um "ativo seguro" (*safe asset*) porque a probabilidade de os EUA sancionarem um parceiro de defesa (como o Japão ou o Reino Unido) é baixa. Portanto, para esse grupo majoritário de detentores, a armamentização do dólar contra a Rússia não afeta o cálculo de risco geopolítico. O estudo também destaca um grupo intermediário crucial de países como Arábia Saudita, Índia, Vietnã e Emirados Árabes Unidos, que detêm cerca de 15% a 20% dos ativos seguros dos EUA. Embora não sejam aliados formais (com tratados de defesa mútua), esses países dependem de equipamentos ou cooperação militar dos EUA (WEISS, 2022, p. 8-13).

Apesar disso, muitos países desse grupo intermediário adotam uma estratégia de neutralidade positiva que por vezes os permite aprofundar laços com os EUA enquanto buscam por alternativas como o BRICS como um mecanismo de seguro geopolítico (FERNÁNDEZ; DOS SANTOS, 2025, p. 1) [85]. No caso dos países do primeiro grupo, a adoção dessa estratégia é estruturalmente mais difícil, pois a dependência existencial da arquitetura de segurança dos EUA transforma suas reservas financeiras em um instrumento de manutenção da ordem hegemônica (WEISS, 2022, p. 1-13) [86].

O impacto das sanções econômicas ocidentais contra a Rússia nos países do Sul Global se concentrou majoritariamente nos setores de energia, cadeias de suprimentos e finanças internacionais. Consequentemente, o comportamento de mitigação de riscos desses países está intimamente relacionado a essas três áreas (BAI, 2024, p. 17). Já impactadas pelas pressões inflacionárias globais resultantes da pandemia, quando somadas à crescente tensão geopolítica intensificada pela guerra na Ucrânia, a busca por segurança nesses setores

[85] O termo "neutralidade positiva" foi cunhado pelo líder egípcio Nasser durante a Conferência de Bandung, em 1955, para definir uma postura internacional que recusava tanto o alinhamento automático com o Ocidente quanto com o bloco soviético. Essa linguagem foi resgatada em 2023 pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman como forma de projetar a liderança regional saudita em uma nova ordem internacional multipolar. A Arábia Saudita, vale lembrar, participou da fundação do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) em 1961 e mantém até hoje esse legado como uma das bases de sua política externa (FERNÁNDEZ; DOS SANTOS, 2025, p. 1).

[86] Para o Japão ou a Coreia do Sul, por exemplo, diversificar agressivamente para longe do dólar (ou aproximar-se financeiramente da China) poderia ser interpretado por Washington como um enfraquecimento da aliança, colocando em risco seu "guarda-chuva" de segurança. Além de provocarem uma crise no seu principal aliado e garantidor de segurança, países como o Japão, que detêm mais de US$ 1 trilhão em títulos do Tesouro dos EUA, também enfrentariam perdas patrimoniais catastróficas se tentassem vender esses ativos rapidamente.

incentivou o aumento dos níveis de regionalização e reorganização econômica ao redor do globo (MAYER, 2024, p. 18).

A pandemia revelou a extensão em que os mercados emergentes estavam entrelaçados com as economias internacionais, causando interrupções consideráveis nas cadeias de suprimentos globais e incentivado empresas e governos a reestruturarem seus modelos de negócios e a buscarem maior resiliência através da redução da dependência de cadeias longas e vulneráveis (WAGDI; ELNAHRAWY; FATHI, 2023, p. 18-20). A recuperação desigual e os gargalos de oferta geraram pressões inflacionárias globais antes mesmo do início do conflito, criando um cenário de vulnerabilidade econômica que foi exacerbado pelas sanções subsequentes (IMF, 2023, p. 7-10).

As sanções energéticas e o desacoplamento da Europa em relação à Rússia romperam relações de oferta e demanda de longa data, forçando a indústria energética russa a voltar-se para o mercado da Ásia-Pacífico, exportando petróleo e gás a preços descontados. Essa mudança estratégica colocou pressão sobre outros produtores de energia e alterou o equilíbrio de poder econômico internacional, incentivando uma competição feroz nos mercados asiáticos. Complementando-se a isso, a retirada massiva de empresas ocidentais de todos os setores do mercado russo forçou Moscou a encontrar novas fontes de bens e componentes, criando oportunidades comerciais significativas para empresas da China e de outros países do Sul Global preencherem o vácuo, reorientando as cadeias de suprimentos globais para longe do Ocidente. As restrições à exportação de tecnologia dos EUA também incentivaram a busca por autossuficiência e fornecedores alternativos (BAI, 2024, p. 11-14).

Essas movimentações de reorganização de cadeias de suprimentos, fluxos de investimento e relações comerciais para países considerados aliados geopolíticos ou parceiros “confiáveis” para reduzir a dependência de cadeias de valor longas e vulneráveis controladas pelo Ocidente são de grande importância para viabilizar alternativas concretas à hegemonia do dólar. Se a globalização das cadeias produtivas nos anos 1990 foi marcada pela busca desenfreada por eficiência de custos e desregulamentação sob a hegemonia norte-americana, o cenário atual é ditado pela busca de segurança, resiliência e autonomia estratégica em um mundo crescentemente multipolar. Embora a crise da pandemia e as sanções contra a Rússia tenham intensificado essas movimentações, elas são resultado do longo processo de aprofundamento de relações bilaterais e multilaterais e de construção institucional alternativa descrito ao longo do texto, que se manifesta desde iniciativas como o BRICS e a SCO à blocos regionais como a ASEAN e projetos globais massivos como a BRI.

No âmbito do BRICS, apesar do destaque do grupo como mecanismo multilateral, essa dinâmica de "*friendshoring*" [87] é na realidade fortemente centrada na China, o principal parceiro comercial de todos os outros membros, além de ser a origem e o destino majoritário dos investimentos intra-grupo. Embora o comércio intra-BRICS tenha crescido expressivamente desde o início do século, de US$ 17 bilhões em 2000 para mais de US$ 334 bilhões em 2020, 50% desse valor vem de exportações chinesas para os outros membros do grupo, com índices de comércio historicamente baixos entre os demais países (RODRIGUES; FERNANDEZ; OLIVEIRA, 2024, p. 23-27).

Embora esses países tenham aprofundado seus níveis de integração por meio de um esforço institucional significativo ao longo das últimas décadas (Compromissos das Cúpulas, NDB, CRA, mecanismos de *swap* etc.), a estrutura econômica real da maioria dos membros do BRICS permanece profundamente atrelada às economias do Ocidente (G7 e UE), com o comércio com esses países superando o comércio com os outros parceiros do BRICS, excluindo a China (MOUDATSOU, 2020, p. 14-19). Mesmo a China, com fortes iniciativas próprias como a BRI, enfrenta a realidade de que EUA, UE e Japão representaram mais de 30% de suas exportações totais em 2022, o que limita sua capacidade de se dissociar totalmente das economias ocidentais (BANDEIRA, 2024, p. 9-10).

A exceção forçada a essa regra é a Rússia pós-2022, sendo o único caso onde a integração com o BRICS (especialmente China e Índia) superou as relações com o Ocidente, mas isso ocorreu devido à coerção das sanções, e não por uma evolução orgânica inicial (BAI, 2024, p. 11-14). As sanções aceleraram muitos dos processos de construção alternativa com participação russa mencionados, como a integração do SPFS com o CIPS chinês e o SFMS indiano e o aprofundamento dos mecanismos de *swap* e liquidação com os dois países e com membros da EAEU e da SCO (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 48-50). O que antes eram projetos de longo prazo ou medidas de precaução tornaram-se imperativos de sobrevivência econômica para a Rússia e, por extensão, aceleraram os planos de contingência de outros países emergentes.

A expansão do BRICS para o BRICS+ em 2024 segue nessa linha de contingência por parte de muitos países do Sul Global, intensificada pela pandemia e pelo conflito na Ucrânia. Embora a 13ª Cúpula do grupo presidida pela Índia em 2021 ainda teve sua agenda dominada

[87] *Friendshoring* refere-se a esse redirecionamento das cadeias de suprimentos, fluxos de investimento e relações comerciais para países considerados aliados geopolíticos ou parceiros "confiáveis", visando reduzir a vulnerabilidade a sanções e choques externos. No contexto atual, manifesta-se como uma resposta direta à fragmentação da ordem global, onde a lógica de eficiência econômica cede lugar à lógica de segurança nacional e resiliência (MAYER, 2024, p. 18-19).

pela pandemia e a necessidade urgente de coordenação sanitária e econômica entre os países membros diante da crise global, o ano também foi um marco para a institucionalização e expansão do braço de construção institucional alternativa do grupo, com o NDB iniciando seu processo de expansão global e admitindo seus primeiros membros não fundadores, Bangladesh e os Emirados Árabes Unidos (EAU) em 2021, Egito em 2023 e Argélia em 2025. Isso marcou o início da transformação do NDB em uma instituição multilateral verdadeiramente global, indo além do escopo original de servir apenas aos cinco fundadores. Além dos países citados, Colômbia, Etiópia, Uruguai e Uzbequistão também estão sendo prospectados para o banco, apenas aguardando a submissão de suas contribuições (RODRIGUES; FERNANDEZ; OLIVEIRA, 2024, p. 18, 28; NDB, 2025a).

A 14ª Cúpula em 2022, presidida pela China, foi decisiva para a reviver a proposta de ampliação do grupo em si, inicialmente proposta em 2017, para transformar o grupo em uma plataforma mais influente para a cooperação Sul-Sul. Diferente de declarações anteriores, o documento final da Cúpula estabeleceu o compromisso de esclarecer os "princípios orientadores, padrões, critérios e procedimentos para este processo de expansão", sinalizando um movimento de retomada aos trilhos após a conjuntura de inflexão política que enfraqueceu o aprofundamento institucional do grupo no fim da última década e nos primeiros anos pós-pandemia (DALDEGAN, 2024, p. 81-82).

Essa movimentação culminaria, durante a 15ª Cúpula do grupo presidida pela África do Sul em 2023, no convite oficial para a adesão de seis novos membros ao BRICS: Arábia Saudita, Argentina, Egito, EAU, Etiópia e Irã (DALDEGAN, 2024, p. 82). A escolha desses membros não foi aleatória, mas sim um movimento estratégico para diversificar o alcance geopolítico e econômico do grupo e fortalecer a capacidade de *friendshoring* do grupo, buscando superar muitas das suas limitações, como o baixo nível de comércio intra-BRICS e a dependência das economias ocidentais. Apesar da Argentina (sob a nova presidência de Javier Milei) ter recusado o convite, e a Arábia Saudita mantido sua adesão em um estado de ambiguidade e avaliação (RODRIGUES; FERNANDEZ; OLIVEIRA, 2024, p. 9), essa primeira ampliação do grupo simbolizou uma transição qualitativa de um clube exclusivo de cinco países emergentes para se tornar uma coalizão expandida com maior capacidade de construção de redes financeiras e logísticas alternativas para os países do Sul Global.

Essa transição se consolidou com maior força na 16ª Cúpula em Kazan, Rússia, em 2024, que representou como poucas outras vezes o potencial de articulação do grupo. Além de ter sido a primeira cúpula a contar com a presença dos membros plenos admitidos em

2023, o evento também formalizou a criação da categoria de "Países Parceiros" [88], convidando 13 nações: Argélia, Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Indonésia, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, Tailândia, Turquia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 23). Além do BRICS+, a 16ª Cúpula também avançou em outros temas com potencial de fortalecer a posição do agrupamento como plataforma de construção alternativa. Um dos destaques políticos mais significativos da Cúpula foi o primeiro encontro formal entre entre o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, e o presidente chinês, Xi Jinping, em cinco anos, sinalizando um desejo mútuo de estabilizar as relações bilaterais após a escalada de tensões fronteiriças entre os dois países em 2017 e 2020 (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2024, p. 5). Essa escalada foi um dos principais motivos do enfraquecimento do grupo nos anos anteriores à Kazan, impactando também outras iniciativas de integração além do BRICS, como a SCO da qual ambos fazem parte (SHIN, 2020, p. 53-54).

A Índia chegou a banir aplicativos chineses e a impedir a conexão técnica entre sistemas de pagamento utilizados pelo país (como o SPFS russo) com sistemas como o CIPS, para evitar uma integração que envolvesse a infraestrutura chinesa, criando fortes obstáculos à integração institucional alternativa intra-BRICS e intra-SCO (SHIN, 2020, p. 53-54). Esse movimento de estabilização é vital para que o NDB e o BRICS naveguem por decisões críticas futuras, como novas expansões ou aumentos de capital, evitando que disputas bilaterais paralisem a agenda multilateral do grupo e minem sua legitimidade. Embora a competição estratégica entre os dois permaneça, o degelo em Kazan sugere um retorno ao pragmatismo (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 454-455).

Outro destaque da 16ª Cúpula, tão importante quanto a estabilização entre China e Índia, foi o forte simbolismo da capacidade russa de romper o isolamento diplomático imposto pelo Ocidente pós-2022. O evento serviu como uma demonstração de força política e de capacidade de articulação global de Vladimir Putin, cujo protagonismo marcou fortemente a Cúpula, que contou com a presença de líderes de 36 países, além do Secretário-Geral da ONU, António Guterres (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2024, p. 3). Essa diversidade de participantes evidenciou que o isolamento da Rússia é essencialmente restrito às economias desenvolvidas, e que até mesmo países que compõem a arquitetura de segurança

[88] A criação dessa categoria visa institucionalizar a expansão sem diluir imediatamente o poder decisório. Os critérios incluem ter relações amigáveis com membros atuais e, crucialmente, não apoiar sanções econômicas unilaterais sem autorização da ONU. A inclusão da Turquia (membro da OTAN) e da Indonésia destaca o caráter heterogêneo e estratégico dessa expansão (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2024, p. 4).

estadunidense, como Turquia (OTAN) [89] e Tailândia (parte integral da estratégia de contenção chinesa no Indo-Pacífico), enxergam no BRICS cada vez mais legitimidade como um espaço central da governança global, transcendendo as linhas divisórias traçadas pelas sanções ocidentais e validando a narrativa de que as instituições de Bretton Woods e o Conselho de Segurança da ONU são anacrônicos e insuficientes.

Em Kazan, sob a presidência russa, o BRICS adotou uma postura mais assertiva e confrontadora do que em outras Cúpulas, utilizando o evento como plataforma para fortalecer alianças com países que compartilham uma visão de mundo anti-hegemônica e multipolar, com um foco mais pragmático na construção de alternativas sólidas para a diversificação econômica e de *hedging* [90] contra a volatilidade geopolítica do dólar e das instituições hegemônicas (VELOSO, 2024, p. 9). O enquadramento do BRICS não como um agrupamento anti-ocidental, mas como uma plataforma cada vez mais necessária para a reivindicação de reformas estruturais na governança global, tanto a nível econômico quanto a nível político, cria uma um patamar comum entre todos os países vulneráveis à sanções extraterritoriais ou da instabilidade do dólar, sendo eles aliados dos EUA ou não (LIU; PAPA, 2022, p. 29).

Essa postura mais assertiva se traduziu na apresentação do primeiro protótipo funcional do *BRICS Pay*, a iniciativa de conexão de sistemas de pagamentos dos países membros proposta inicialmente na 12ª Cúpula, na linha da colaboração para o desenvolvimento de novos sistemas de pagamentos e a promoção do uso de moedas locais definidos como prioridades na Estratégia 2025. A ferramenta ganhou peso geopolítico significativo em Kazan, sendo apresentada como uma ferramenta concreta para servir de possível rede de pagamentos alternativa aos circuitos hegemônicos e facilitar a adesão de novos parceiros ao agrupamento por meio do aprofundamento da integração financeira entre os países (LIU; PAPA, 2022, p. 20-21, 43-44) [91].

O *BRICS Pay* faz parte de uma estratégia mais ampla apresentada em Kazan da *BRICS Cross-Border Payments Initiative* (BCBPI), que estabelece uma abordagem

[89] A presença do presidente Recep Tayyip Erdoğan na Cúpula de Kazan e a inclusão da Turquia na lista de "Países Parceiros" são consideradas paradigmáticas. Sendo um membro crucial da OTAN, a aproximação da Turquia com o BRICS demonstra que a busca por autonomia estratégica e multipolaridade supera cada vez mais a rigidez das alianças militares tradicionais. A Turquia, inclusive, já negocia o uso de moedas locais (rublo e lira) com a Rússia, desafiando a lógica das sanções financeiras (LIU; PAPA, 2022, p. 42).

[90] No contexto das relações internacionais descritas nas fontes, o *hedging* refere-se à estratégia de países "intermediários" ou do Sul Global de não se alinharem totalmente a um único bloco de poder (EUA vs. China/Rússia), mantendo opções abertas para minimizar riscos de segurança e econômicos.

[91] O sistema foi desenhado para ser expansível para os países do "BRICS+" (como Egito, Etiópia, Irã e EAU) e outros parceiros, permitindo que utilizem a plataforma para liquidar comércio e investimentos sem a necessidade de reformas estruturais profundas ou adesão política total imediata (LIU; PAPA, 2022, p. 43-44).

coordenada para criar uma infraestrutura de pagamentos supranacional baseada na interoperabilidade e no uso de moedas nacionais. Para além do varejo, a BCBPI estrutura-se em outros dois pilares fundamentais: o *BRICS Bridge* e o *BRICS Clear*. O primeiro foca na liquidação transfronteiriça por meio de *blockchain* e wCBDCs, operando de maneira independente da infraestrutura bancária tradicional e da rede SWIFT, na linha de projetos como o *mBridge*. O segundo, o *BRICS Clear*, propõe um sistema independente de custódia e liquidação de títulos, visando oferecer uma alternativa para permitir compras de títulos de dívida e investimentos intra-BRICS sem passar pelas instituições ocidentais, o que também se alinha com as propostas da cooperação para classificação de crédito alternativa às agências tradicionais (CHHANGANI; KRUIJIF, 2025).

Além da BCBPI, na Declaração de Kazan também foi formalizada a criação da Bolsa de Grãos do BRICS (*BRICS Grain Exchange*), uma plataforma de cooperação desenhada para garantir que o comércio de *commodities* agrícolas entre seus membros ocorra de forma mais segura, estável e utilizando moedas locais ou mecanismos de compensação que evitem o dólar, alinhando o tema da segurança alimentar, uma prioridade histórica na agenda do grupo, com a estratégia mais ampla de diversificação e autonomia dos países do Sul Global. (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2024, p. 6). Ao estabelecer uma bolsa própria de comércio de *commodities* entre os estados-membros, o grupo busca mitigar a vulnerabilidade às flutuações de preços ditadas por bolsas ocidentais e às sanções que podem afetar o comércio de alimentos, criando canais comerciais mais fluidos e menos dependentes de intermediários externos (LIU, 2024).

Com a ampliação do grupo, o BRICS consolidou robustez material para o desenvolvimento desse mecanismo. Enquanto o agrupamento original era fortemente caracterizado por grandes produtores (Brasil e Rússia), o BRICS+ também incorpora grandes consumidores e fornecedores de insumos, possibilitando o fechamento do ciclo comercial dessas *commodities* dentro do grupo, que atualmente compõem 42% das terras aráveis do mundo e mais de 50% da produção de grãos (LIU, 2024). No entanto, essa inclusão de novos membros também fez o grupo passar a representar 48% da população mundial, com tendência de crescimento acima da média global (BRICS, 2025).

Por fim, em Kazan também foi discutida a possibilidade de uma estratégia de longo prazo para complementar essas iniciativas contra-hegemônicas, focada na criação de uma "moeda comum" para estabelecer preços e liquidar o comércio entre os membros, evitando a volatilidade e os custos de conversão associados ao dólar e outras moedas fortes. Embora o

termo dê a entender a criação de uma moeda compartilhada nos moldes do euro, na verdade seria apenas uma unidade de referência digital para transações internacionais, sem a intenção de substituir as moedas soberanas dos países membros (BAI, 2024, p. 24-26).

A proposta técnica mais debatida, frequentemente associada ao economista Paulo Nogueira Batista Jr., sugere a criação de uma moeda de referência baseada em uma cesta das cinco moedas dos membros fundadores (Real, Rublo, Rúpia, Renminbi e Rand), apelidada de R5, garantida por títulos emitidos pelo NDB. Houveram debates divergentes sobre o lastreamento dessa moeda, propostas demonstrando preferência por ancorar essa moeda comum no ouro ou petróleo [92] (MAYER, 2024, p. 10; BAI, 2024, p. 24-26). Independente da proposta adotada, ela representaria o ponto de convergência de uma série de iniciativas financeiras, tecnológicas e institucionais que vêm sendo desenvolvida pelos últimos 15 anos, como as CBDCs, os sistemas de mensagem e liquidação de pagamentos transfronteiriços e os processos de integração institucional dos países membros.

No entanto, a recepção à proposta de uma moeda comum tem sido marcada por um profundo ceticismo e divergências internas que revelam mais uma vez as limitações estruturais do grupo em agir de maneira coesa na defesa de reformas contra-hegemônicas, como exposto ao longo do texto. Embora a Cúpula de Kazan tenha representado um ponto de inflexão na trajetória do BRICS, com a materialização de muitas das iniciativas defendidas no papel e sendo desenvolvidas há anos, o cenário geopolítico sofreu uma transformação abrupta com o retorno de Donald Trump à presidência dos EUA em 2025. A nova diretriz da política econômica estadunidense, pautada pela ameaça de tarifas sobre países que busquem alternativas ao dólar, alterou o cálculo de risco dos membros, forçando uma retração no discurso contra o dólar e a hegemonia dos EUA (GARMAN, 2025, p. 164-169.

Esse novo contexto resultou em uma 17ª Cúpula de 2025, no Rio de Janeiro, com uma linguagem significativamente menos confrontosa que em anos anteriores e sem menções diretas a moedas soberanas compartilhadas, enquadrando muitas dessas iniciativas como

[92] A lógica por trás desse lastreamento em ouro é que, mesmo que o dólar se desvalorize no futuro, isso não impactaria negativamente uma moeda comum dos BRICS, pois uma desvalorização do dólar levaria a uma valorização do ouro e, simultaneamente, a uma valorização da moeda comum. Nesse contexto, o dólar americano arcaria com o ônus de ser a principal moeda global, enquanto a moeda dos BRICS precisaria apenas coexistir e colher os benefícios. À medida que os BRICS crescessem para trinta ou quarenta membros, não haveria grandes obstáculos à circulação interna de tal moeda; a diversidade do comércio entre os membros dos BRICS seria suficiente para sustentar a eficiência de liquidação e a facilidade de uso da moeda. No entanto, esse entendimento é desaprovado por economistas como Batista Jr. e Gao Bai. Bai observa que embora haja propostas de lastrear a moeda em petróleo ou ouro, isso enfrenta desafios operacionais similares aos que Keynes identificou em Bretton Woods (a dificuldade de padronizar *commodities* e a volatilidade de preços). Ele sugere que o "denominador comum" mais viável para o BRICS não é o ouro, mas sim uma plataforma de liquidação em moedas locais e uma unidade de conta de referência (BAI, 2024, p. 23-26).

meramente projetos de redução de custos transacionais (MARTINI, 2025). Apesar das expectativas criadas em Kazan, em 2025 o BRICS entrou em um período de ponderação, onde a sobrevivência econômica diante de um Washington mais assertivo e protecionista parece preceder a ambição de uma nova arquitetura financeira global no curto prazo. Até mesmo Putin, o principal defensor da agenda de contestação hegemônica ao dólar dentro do grupo, atenuou suas declarações em relação ao tema, afirmando que o BRICS não estava buscando se distanciar do dólar (TOUSSAINT, 2025).

Por outro lado, essa escalada da ofensiva dos EUA, agora pautada por ameaças tarifárias agressivas e condicionalidades severas sobre o uso da moeda, pode levar a uma nova intensificação nas movimentações de mitigação de riscos, como ocorreu com a pandemia e o conflito na Ucrânia. Em 2025, já verificamos a China e outros países emergentes recalibrando suas estratégias de reservas, aumentando suas reservas em ouro e reduzindo seus Títulos do Tesouro norte-americano, gerando uma instabilidade no mercado de títulos que levou Trump a recuar temporariamente e anunciar uma pausa de 90 dias nas tarifas recíprocas, por exemplo (MAYER, 2024, p. 7-9; THORSTENSEN; PRADO, 2025, p. 34-44).

Apesar da intensificação de declarações de ruptura hegemônica e do BRICS como arquiteto de uma nova governança global, especialmente na esfera econômica, a trajetória do agrupamento nos últimos anos revela que essa "geopolítica da ruptura" presente nas manchetes não se verifica na realidade. Refletindo muito mais as lógicas de “neutralidade positiva” e “autonomia estratégica” descritas, o BRICS deve ser avaliado não apenas pela métrica da substituição imediata do dólar e das instituições de Bretton Woods, o que se mostrou pragmática e politicamente custoso, mas pela sua capacidade de oferecer alternativas que diluem a exclusividade desses centros tradicionais, que se materializam em "saídas de emergência" tecnológicas e institucionais, como o NDB, a BCBPI, mecanismos de *swap* e iniciativas nacionais como o CIPS e as CBDCs, que buscam operar conjuntamente como apólices de seguro contra o uso político das infraestruturas tradicionais.

No entanto, se por um lado o grupo logrou êxito em institucionalizar muitas dessas iniciativas, por outro, a inércia das infraestruturas legadas e as assimetrias internas entre os países membros evidenciam que a transição multipolar é um processo incremental, onde a inovação técnica frequentemente colide com a realidade da dependência econômica dos países ocidentais e a necessidade de coexistência dentro de um sistema financeiro ainda profundamente centralizado. Nesse contexto, o destino do BRICS permanece como uma

incógnita, oscilando entre a promessa de uma autonomia técnica inédita e o risco de uma fragmentação institucional diante de pressões externas renovadas. O que se impõe, portanto, é a necessidade de um balanço rigoroso das contribuições concretas trazidas pelas inovações dos países membros contra as profundas limitações impostas pelas contradições sistêmicas, que permitirá discernir se o grupo está de fato pavimentando novos trilhos para uma ordem multipolar ou se está apenas tentando manobrar dentro de um sistema cujas regras de saída ainda são desconhecidas.

4 - Impacto do BRICS na Reforma do Sistema Financeiro Internacional

Este capítulo busca, a partir do panorama histórico exposto ao longo do texto, realizar um balanço das contribuições e limitações do BRICS na reforma do sistema financeiro internacional. Se as seções anteriores delinearam a ascensão e a consolidação da hegemonia do dólar, cabe agora investigar a viabilidade das alternativas gestadas no seio do agrupamento e por seus países-membros. O balanço proposto busca contrastar a trajetória histórica e institucional percorrida pelo BRICS com os dados empíricos sobre a evolução e a consolidação desse processo. Trata-se de situar as inovações do agrupamento frente à realidade estatística do sistema financeiro contemporâneo, incorporando o posicionamento de especialistas sobre a efetividade das ferramentas alternativas e a resiliência das estruturas hegemônicas descritas ao longo do texto. Esse confronto entre o ímpeto político do grupo e as evidências de mercado permitirá discernir se as iniciativas em curso representam uma mudança de paradigma ou se configuram apenas movimentos de adaptação dentro de uma ordem cujas bases permanecem sólidas.

A trajetória recente do agrupamento revela que a "geopolítica da ruptura" frequentemente veiculada em discursos diplomáticos encontra uma barreira pragmática na inércia das infraestruturas legadas. Refletindo lógicas de "autonomia estratégica" e "neutralidade positiva", o BRICS tem atuado menos como um substituto imediato das instituições de Bretton Woods e mais como o desenvolvedor de uma "apólice de seguro" contra o uso político do sistema financeiro. Essas "saídas de emergência" tecnológicas e institucionais, que incluem o NDB, os novos sistemas de mensagens e liquidação, e as iniciativas de integração, buscam oferecer redundância a uma ordem global marcada pela vulnerabilidade dos países emergentes diante de sanções e exclusões unilaterais.

No entanto, a viabilidade desse sistema paralelo esbarra na profundidade dos mercados ocidentais e na complexidade de se construir confiança em novas arquiteturas monetárias. Para dissecar esse fenômeno, este capítulo organiza-se em três eixos analíticos fundamentais. O primeiro foca na diversificação monetária e nas infraestruturas alternativas, concentrando-se na agência técnica do grupo por meio da análise das iniciativas em moedas locais e novas tecnologias financeiras, contrastando-as com os dados de liquidez e reservas globais. Em seguida, a análise volta-se para as contradições internas e a expansão do agrupamento, ponderando sobre os limites da coesão política e como a entrada de novos membros e as assimetrias econômicas impactam a capacidade de atuação do BRICS+ como plataforma alternativa. Por fim, propõe-se uma síntese das expectativas para a governança global, avaliando se o horizonte aponta para uma fragmentação sistêmica ou para uma reforma incremental dentro das regras vigentes.

4.1 - Instituições Alternativas

Desde 2014, os países-membros do BRICS vêm aprofundando o processo de desenvolvimento de aparatos institucionais e infraestruturas alternativas com o propósito de mitigar a dependência em relação às instituições de Bretton Woods e à hegemonia do dólar, mobilizar recursos para o desenvolvimento de suas economias e promover uma governança global mais multipolar e representativa dos países emergentes. As reivindicações por reformas no FMI, a criação do NDB, do CRA e da BCBPI a nível de grupo, os mecanismos de *swap* em moedas locais e a integração de sistemas de pagamento a nível bilateral e iniciativas nacionais como CIPS, SPFS e as CBDCs a nível de país-membro, buscam consolidar redes de segurança frente às vulnerabilidades decorrentes das flutuações da paridade do dólar e da exposição direta aos ciclos de política monetária das economias centrais e aos riscos de sanções. Ao promover o uso de moedas locais para a liquidação de trocas comerciais e fluxos de investimento, o agrupamento também busca viabilizar ferramentas de financiamento e arranjos de liquidez que funcionem como alternativas autônomas à arquitetura financeira hegemônica.

Essas iniciativas tiveram diferentes graus de sucesso na consolidação dessas redes de segurança. A atuação coordenada do grupo após a eclosão da crise em 2008 gerou resultados quantitativos na reforma da governança financeira global, embora limitados pela resistência das potências ocidentais, sendo decisiva para a concretização da reforma de quotas do FMI de

2010, e apoiando com sucesso a inclusão da moeda chinesa na cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque (SDR) do FMI em 2016, onde o RMB obteve uma participação de 10,92%, superando o iene e a libra esterlina. Com a reforma, o poder de voto somado dos BRICS no FMI atingiu cerca de 14,1% a 14,7%, aproximando-se do patamar de 15% necessário para ter poder de veto em decisões cruciais, embora não o tenham alcançado individualmente ou como bloco sem alianças adicionais (BATISTA JR., 209, p. 157-158; QUADROS, 2020, p. 21-22) [93].

O BRIC (ainda sem a África do Sul), com destaque para o Brasil, também foi fundamental para a elevação do G20 de fórum técnico de baixa relevância a um papel central na coordenação da resposta internacional à Crise de 2008 e na reforma da arquitetura financeira mundial. Essa participação no G20 foi crucial para pressionar os países do G7 pela reforma das quotas do FMI mencionada no parágrafo anterior, com o compromisso de transferência para países em desenvolvimento sendo firmado na Cúpula de Pittsburgh em 2009, a primeira reunião de chefes de Estado e Governo do G20. O grupo utilizou o G20 para defender que a crise exigia não apenas regulação financeira, mas uma reforma profunda na governança global para refletir o peso econômico real dos países emergentes. Apesar dessa conquistas dentro da institucionalidade hegemônica, o ritmo e a profundidade das reformas pretendidas ainda era insuficiente, com o adiamento constante da revisão das quotas e o aparelhamento contínuo desses organismos pelos países do G7 levando o BRICS a avançar para além das reivindicações por reformas institucionais e iniciar suas próprias tentativas de construção institucional alternativa (BATISTA JR., 2019, p. 20-36, 147-150; PIRES, 205, p. 289-290).

Nesse sentido, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) é considerado a realização mais concreta do grupo, tendo aprovado 120 projetos entre 2016 e 2025 totalizando quase US$ 40 bilhões. Desse valor, aproximadamente 51% foi financiado diretamente em dólares, seguido pelo yuan (aprox. 14%) e pelo euro (aprox. 8%), com moedas como o real brasileiro e a rúpia indiana em porcentagens extremamente baixas. Embora a Estratégia-Geral do NDB para o período 2022-2026 tenha se comprometido a elevar o financiamento em moedas locais para 30% do seu portfólio total, a implementação dessa meta tem enfrentado obstáculos estruturais e operacionais que limitam a relevância do banco frente às necessidades dos

[93] O BRICS também alcançou um avanço histórico ao garantir o poder de veto sobre o mecanismo de financiamento suplementar do FMI, os Novos Arranjos para Empréstimos (NAB) definidos em 2009, ao compor 15% do valor total do arranjo e garantindo que a supermaioria para ativação do fundo fosse de 85% (BATISTA JR., 209, p. 143-146).

mercados emergentes. Relatórios recentes de avaliação de resultados da instituição indicam que o volume de empréstimos tem ficado abaixo do projetado, sofrendo uma desaceleração adicional entre 2022 e 2023, o que evidencia a dificuldade de mobilizar recursos em condições suficientemente atrativas (NDB, 2022; 2024; 2025b).

Para que essa transição seja viabilizada, os relatórios sugerem que o banco necessita não apenas acelerar a expansão do seu quadro de membros, que a efetividade do NDB em moedas locais depende de uma combinação entre o barateamento do custo de captação nessas divisas, a criação de mecanismos de financiamento concessional subsidiados para essas moedas e uma modernização das políticas financeiras que permita maior agilidade no processamento de recursos fora do circuito tradicional do dólar (NDB, 2024). O banco também obteve e manteve uma classificação de crédito internacional AA+ das agências S&P e Fitch (apenas um degrau abaixo do triplo A do Banco Mundial) [94], o que lhe permite captar recursos a custos competitivos nos mercados internacionais e diversificar suas fontes de financiamento (LIU; PAPA, 2022, p. 32).

No entanto, a manutenção dessa classificação de crédito exigiu que o NDB reafirmasse sua dependência e vulnerabilidade em relação à institucionalidade hegemônica, como verificado no caso da Rússia. Frente à extensão das sanções impostas contra o país, o NDB foi levado a suspender todas as suas operações no país indefinidamente devido aos riscos institucionais envolvidos para o banco, apesar de se tratar de um dos cinco membros fundadores. Para manter sua classificação de crédito e sua reputação nos mercados globais, o NDB precisou demonstrar conformidade com as restrições financeiras internacionais por receio de sanções secundárias ou de perder o acesso ao sistema financeiro ocidental, do qual ainda depende fortemente para suas operações majoritariamente dolarizadas (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 454-455).

Na Cúpula de Kazan (2024), pelo acordo de rotação estabelecido entre os fundadores, a Rússia teria o direito de indicar o presidente do banco para o mandato que se iniciaria em julho de 2025, sucedendo o mandato brasileiro, mas, reconhecendo esses riscos de associar o NDB à Rússia, o presidente Vladimir Putin propôs a prorrogação do mandato de Dilma Rousseff como presidente no lugar de um indicado de nacionalidade russa. Dilma foi indicada pelo presidente Lula em 2023, em substituição ao indicado do governo Bolsonaro, e a nomeação de uma ex-Chefe de Estado para o comando do NDB foi vista como uma estratégia para aumentar o peso político da instituição. Isso se refletiu no acesso de alto nível

[94] Apesar da classificação AA+ da S&P e da Fitch, o NDB possui a classificação AAA nos mercados de crédito domésticos da China e do Japão (LIU; PAPA, 2022, p. 32).

que ela obteve, exemplificado pela visita oficial do presidente chinês Xi Jinping à sede do banco e pela concessão da mais alta honraria chinesa a ela, fatos inéditos para a organização (LEE, 2025).

O NDB também conseguiu emplacar um processo de expansão nos anos 2020, com a admissão de Bangladesh e dos Emirados Árabes Unidos (EAU) em 2021, seguidos do Egito em 2023 e da Argélia em 2025. Isso marcou o início da transformação do NDB em uma instituição multilateral verdadeiramente global, indo além do escopo original de servir apenas aos cinco fundadores. Além dos países citados, Colômbia, Etiópia, Uruguai e Uzbequistão também estão sendo prospectados para o banco, apenas aguardando a submissão de suas contribuições (NDB, 2025a). A entrada de novos membros expande a base de capital do NBD, e permite à instituição diversificar seus riscos geográficos e setoriais e reduzir a concentração de sua carteira, inicialmente restrita aos cinco fundadores (NDB, 2022, p. 26), e reforça o papel do banco como uma plataforma de colaboração mais ampla para os países em desenvolvimento, indo além do BRICS.

A entrada dos EAU adiciona ao NDB um membro com elevada capacidade financeira e estratégica ao banco. Além de ser um país de alta renda e com vastas reservas de petróleo, os EAU funcionam como um *hub* global de comércio, finanças e logística, sendo inclusive participante do Projeto mBridge. Sua participação no NBD e no BRICS+ potencializa a conectividade com a região do Golfo e seus mercados financeiros, facilitando o acesso a novas fontes de capital privado e soberano. Essa potencialização se alinha com os interesses do banco em relação aos outros membros recém-admitidos, que representam o perfil clássico de países em desenvolvimento com grandes populações e déficits de infraestrutura, que o NBD foi criado para atender (LEE; SIMS, 2024, p. 21).

O Egito, por exemplo, é uma das maiores economias da África e um importante destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no continente. Assim como os EAU, sua participação no NBD e no BRICS+ pode potencializar a conectividade dos países membros devido à sua localização estratégica, controlando o Canal de Suez, uma região vital para o comércio global. No entanto, o país enfrenta uma necessidade crítica de modernizar sua infraestrutura e matriz energética, e a região requer investimentos contínuos em logística e transporte, abrindo margem para a atuação do banco (LEE; SIMS, 2024, p. 21). Dessa forma, a expansão busca estabelecer uma dinâmica no NBD na qual países com excedentes de capital (como os EAU) fortalecem a tesouraria do banco, enquanto economias emergentes dinâmicas (como Bangladesh e Egito) fornecem a demanda por projetos.

Apesar dessa conquista, o NDB também sofre de diversas limitações que apontam para um descompasso entre a ambição política original e a realidade operacional da instituição. Para além das questões já mencionadas, como o baixo progresso na meta de ampliar os financiamentos em moedas locais e as concessões feitas em relação à Rússia para evitar riscos institucionais, também críticas profundas quanto à capacidade do banco de entregar efetivamente os recursos prometidos.

Fontes internas, como o ex-vice-presidente Paulo Nogueira Batista Jr., apontam que, nos primeiros três anos, apesar de aprovar mais de US$ 8 bilhões em projetos no papel, o desembolso efetivo foi ínfimo, de cerca de US$ 226 milhões. Isso gerou uma carteira de "projetos esqueleto", aprovados pela diretoria, mas sem contratos assinados ou sem dinheiro liberado. Além disso, a promessa de ser um banco ágil e rápido, com aprovação de financiamento em até 6 meses, foi, em muitos casos, frustrada por ineficiências internas e pela demora na assinatura de contratos, assemelhando-se às instituições que o NDB criticava (BATISTA JR., 2019, p. 239-240, 247-248).

Outros aspectos criticados por Batista Jr. envolvem a falta de transparência do banco, fornecendo informações muito limitadas sobre os projetos aprovados, impactos socioambientais e detalhes operacionais em seu site e documentos oficiais, o “comportamento de agente” por parte de alguns vice-presidentes e diretores da instituição, que agiam como representantes dos interesses nacionais dentro da administração, violando o estatuto que exigia lealdade exclusiva ao banco, e a baixa qualidade técnica de muitos funcionários politicamente indicados (BATISTA JR., 2019, p. 238-241, 248-251).

Para além do NDB, o Arranjo Contingente de Reservas (CRA), proposto para atuar como uma rede de proteção intra-BRICS, prevenindo pressões de curto prazo no balanço de pagamentos, fornecendo suporte mútuo e auxiliando na estabilidade financeira via mecanismos de *swap* (KHAN, 2024, p. 55), permanece como uma promessa não cumprida de eficácia operacional. Diferente do FMI, que possui capital integralizado, o CRA é uma "*pool* virtual" de reservas; o dinheiro continua nos cofres nacionais até ser solicitado (BATISTA JR., 2019, p. 215-216). Embora a validade operacional do mecanismo tenha sido provada na prática por meio de testes realizados pelos Bancos Centrais dos países membros em 2018, 2019 e 2020, confirmando que o sistema está pronto para responder a choques de liquidez (LARIONOVA; SHELEPOV, 2022, p. 519-520), até o momento, o mecanismo nunca foi acionado por nenhum país, apesar de crises de liquidez enfrentadas por membros e novos parceiros, notavelmente a pandemia de Covid-19 (PANOVA, 2025, p. 99). Isso pode se dar

em parte devido às limitações associadas ao acionamento do arranjo, com cada país membro podendo obter, a qualquer momento, apenas 30% do seu limite de acesso ao fundo, com o restante estando condicionado a um acordo com o FMI (LIU; PAPA, 2022, p. 52).

4.2 - Diversificação Monetária

Embora as outras iniciativas intra-grupo do BRICS focadas na construção de instituições e infraestruturas alternativas, como os projetos que compõem a *BRICS Cross-Border Payments Initiative* (BCBPI), *BRICS Pay*, *BRICS Bridge* e *BRICS Clear*, ainda estão em estágios iniciais de desenvolvimento, dificultando sua avaliação, eles representam a culminação do amplo ecossistema de soberania financeira e resiliência estratégica que vêm sendo construído desde 2014 tanto a nível multilateral quanto por meio de iniciativas nacionais.

O CIPS, lançado pela China em 2015, é a infraestrutura mais robusta dos países membros, desenhada para auxiliar na internacionalização da moeda e reduzir a dependência do sistema de compensação dos EUA (CHIPS) e do SWIFT. Em junho de 2022, o CIPS já contava com 1.341 participantes em mais de 100 países (KAUR; KAUR, 2022, p. 59). O volume processado pelo CIPS cresceu rapidamente, processando cerca de 80 trilhões de yuans (aprox. US$ 12,7 trilhões) em 2021, um aumento de 75% no valor das transações em relação ao ano anterior, com o volume médio diário saltando cerca de 50% após o início da guerra na Ucrânia em 2022, e mais 50% entre 2023 e 2024 (MAYER, 2024, p. 10). Diferente do SPFS russo, o CIPS possui grandes bancos ocidentais como participantes diretos, incluindo HSBC, Standard Chartered, Citi e BNP Paribas, o que lhe confere maior legitimidade de mercado (TODOROVA; MORALIYSKA; RAYCHEVA, 2024, p. 139). Apesar do crescimento da plataforma, cerca de 80% das transações do CIPS ainda dependem da infraestrutura de mensageria do SWIFT para se comunicarem, pois muitos participantes indiretos não instalaram os terminais específicos do CIPS (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 49), e o CHIPS ainda possui 10 vezes mais participantes e processa 40 vezes mais transações. Em março de 2022, por exemplo, o valor diário processado pelo CHIPS foi de US$ 1,8 trilhões, comparado aos US$ 45,6 bilhões processados pelo CIPS (EICHENGREEN, 2022, p. 4).

O SPFS, criado em 2014 como resposta direta às primeiras sanções da Crimeia, cumpriu seu papel de manter o sistema bancário russo funcional internamente após a

desconexão de grandes bancos russos do SWIFT em 2022, com o sistema já processando cerca de 20% de todo o tráfego doméstico de mensagens financeiras da Rússia em 2020, com a meta de atingir 30% em 2023 (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 48; KLEHR, 2023, p. 29-31). No entanto, sua rede internacional possui baixa adesão, com cerca de 400 a 500 usuários no início de 2022, a maioria destas conexões com cerca de uma dúzia de bancos de países "aliados" como Bielorrússia, Cuba, Cazaquistão, Irã e Tajiquistão (SRINIVAS, 2022, p. 2). Até abril de 2022, após o início das sanções, a rede do SPFS havia crescido de 2 para 52 instituições financeiras, quando o Banco Central da Rússia tomou a decisão de não publicar mais os nomes dos usuários do sistema (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 48).

A ausência de um mecanismo de liquidação faz com que a utilização do SPFS dependa de complexos acordos bilaterais e da existência prévia de contas correspondentes para que o dinheiro efetivamente mude de mãos, o que contribuiu para que a maior parte das transações internacionais russas ainda utilizassem o SWIFT antes do início do conflito na Ucrânia (SHIN, 2020, 45-50). Apesar disso, as sanções aceleraram muitos dos processos de construção alternativa com participação russa, como a integração do SPFS com o CIPS chinês e o SFMS indiano e o aprofundamento dos mecanismos de *swap* e liquidação com os dois países e com membros da EAEU e da SCO (CIPRIANI; GOLDBERG; LA SPADA, 2023, p. 48-50).

O SFMS indiano e as iniciativas de sistemas de mensagem e liquidação dos demais países do BRICS possuem escala menos ambiciosa, embora a Índia seja pioneira entre os países emergentes no desenvolvimento de sistemas de pagamento próprios. Embora o SFMS opere como um sistema majoritariamente doméstico, focado nas transações bancárias dentro do país e sem pretensão de servir de alternativa ao SWIFT, o governo indiano busca conectar o SFMS diretamente ao SPFS, o que permitiria que bancos indianos e russos trocassem instruções de pagamento diretamente, contornando as sanções ocidentais. A escolha do SPFS ao invés do CIPS se deu em parte pelo acirramento das tensões entre a China e Índia, que culminou em 2020 em escaramuças na fronteira entre os dois países (SHIN, 2020, 50-51).

Além dos sistemas de mensagem e liquidação de pagamentos mencionados, esses países também vêm desenvolvendo outros mecanismos para efetivar pagamentos transfronteiriços, como as Moedas Digitais de Banco Central (CBDCs). O aprofundamento das pesquisas sobre esses temas, tanto intra-BRICS quanto a nível individual, levou ao início dos testes pilotos das moedas digitais dos cinco países-membros do grupo entre 2020 e 2022,

como o e-CNY (China), RUB (Rússia), DREX (Brasil), e-Rupee (Índia) e o Projeto Khokha (África do Sul) (LIU; PAPA, 2022, p. 44-46). Dentre esses projetos, o mais avançado é o e-CNY, com mais de 261 milhões de carteiras digitais abertas e um volume acumulado de transações de 87,5 bilhões de yuans até o final de 2021 (aprox. US$ 13,75 bilhões) (YANG; ZHOU, 2022, p. 2).

O Banco Central da China também participa, ao lado dos bancos centrais dos EAU, Hong Kong e Tailândia, do Projeto mBridge (mCBDC Bridge), que propõe uma plataforma única e integrada para múltiplas CBDCs, onde as transações ocorrem em uma infraestrutura compartilhada que utiliza tecnologia de *blockchain* e a liquidação final é realizada diretamente na plataforma em moeda do banco central de cada país, ao contrário do sistema tradicional de bancos correspondentes, que liquida em moeda de bancos comerciais nos sistemas domésticos. Além de reduzir o tempo de liquidação em 80% e os custos pela metade, esse sistema aumenta a segurança da transação e reduz o risco de contraparte (MAYER, 2024, p. 15-16). O projeto do *BRICS Bridge*, proposto em Kazan (2024), propõe utilizar como base a tecnologia desenvolvida no mBridge (CHHANGANI; KRUIJIF, 2025).

Na última década também foram alcançados resultados no desenvolvimento de alternativas nacionais aos sistemas de cartões de pagamento convencionais, que fazem parte fundamental da estrutura de sanções do sistema dólar. A Rússia desenvolveu o MIR em 2014 com o objetivo garantir a continuidade das transações domésticas no cenário de suspensão das operações Visa e Mastercard para uma série de bancos russos, e o país buscou mobilizar os parceiros BRICS para alcançar uma aceitação mais ampla do sistema, realizando em 2016 uma parceria com a UnionPay da China, criada em 2002 (LIU; PAPA, 2022, p. 40-42).

A UnionPay é o pivô do processo de integração entre os diferentes sistemas nacionais alternativos desenvolvidos pelos países do BRICS, com seu processo de expansão alcançando mais de 185 países e regiões e sendo responsável por cerca de 34% das transações com cartões em 2025, no valor de US$ 23.4 trilhões. Em comparação, a Visa lidera globalmente com 39% das transações totais, e a MasterCard fica atrás da UnionPay, com 24% (ELAD; KINDER, 2025). A UnionPay também já possui parcerias estabelecidas com o MIR russo e a RuPay indiana, é aceito na maioria dos caixas eletrônicos sul-africanos e iniciou em 2025

suas operações formais no Brasil (LIU; PAPA, 2022, p. 40) [95]. A bandeira também opera em todos os países-membros e parceiros incluídos no BRICS+ (UnionPay, 2025).

O *BRICS Pay* propõe integrar essas diferentes infraestruturas nacionais (MIR, UnionPay, RuPay) e potencialmente sistemas como o Pix (Brasil), em uma plataforma comum na nuvem, o que permitiria que os membros usem suas próprias moedas como base direta de troca para pagamentos externos, eliminando a necessidade das transações passarem pelo circuito do dólar e mitigando riscos como sanções do SWIFT (LIU; PAPA, 2022, p. 43-44), o que representaria materialmente a culminação de todas essas iniciativas a nível bilateral e intra-grupo.

Outra ferramenta utilizada para a liquidação de pagamentos em moedas locais são os acordos de *swap* cambial. Apesar do relativo fracasso do CRA a nível intra-BRICS, os acordos de *swap* bilaterais ainda constituem um dos pilares mais sólidos da estratégia de construção de uma rede de segurança financeira desses países. Embora países como Índia-Rússia possuam mecanismos para liquidar o comércio em Rublo-Rúpia, com um crescimento no uso de moedas locais de 6% para 30% entre 2013 e 2019, a maior parte desses acordos bilaterais é centrada na China (LIU; PAPA, 2022, p. 57).

Visando a internacionalização do Renminbi (RMB) e a facilitação do comércio sem o uso do dólar, o país estabeleceu uma vasta rede de *swaps* bilaterais com os demais membros do BRICS. Com o Brasil, o primeiro acordo de *swap* foi estabelecido em 2013, no valor de US$ 30 bilhões, com a renovação mais recente ocorrendo em 2025 (BACEN, 2013; EBC, 2025). Em 2014, em meio às sanções pós-Crimeia, os bancos centrais da Rússia e China assinaram um *swap* de aproximadamente US$ 24,5 bilhões, renovado e expandido em 2017. Essas linhas foram ativamente usadas pela Rússia entre 2015 e 2016 para apoiar o comércio bilateral e contornar as restrições de liquidez impostas pelo Ocidente (LIU; PAPA, 2022, p. 57). No total, a China já assinou acordos de *swap* com mais de 40 bancos centrais, totalizando mais de US$ 586 bilhões. Isso inclui acordos com, além de países-membros e parceiros do BRICS+, como Egito, Indonésia e Nigéria; o Banco Central Europeu, Reino Unido, Coreia do Sul e Japão (PBOC, 2025) [96]. No entanto, o baixo volume de comércio

[95] Apesar de Liu e Papa (2022) afirmarem que a UnionPay opera no Brasil desde 2006, alcançando 70% de aceitação em 2021, notícias de agosto 2025 de fontes como o Instituto Sócio Cultural Brasil-China (Ibrachina) afirmam que apenas neste ano a operadora iniciou suas operações formalmente no país, apesar de operar antes disso em zonas comerciais e turísticas específicas (IBRACHINA, 2025).

[96] No âmbito da estratégia geoeconômica chinesa, esses mecanismos de *swap* operam de forma complementar à BRI e ao AIIB. Enquanto a BRI e o AIIB focam no financiamento e na construção de infraestrutura física, os acordos de *swap* garantem a liquidez necessária para que esses projetos e o comércio bilateral sejam liquidados em Renminbi (RMB). Esse arranjo permite que a China atue como um "emprestador de última instância" alternativo, oferecendo redes de segurança financeira que fortalecem a internacionalização da sua moeda e

entre os países do BRICS, a não ser com a China, criam dificuldades de avançar com essa dinâmica. Enquanto o país possui uma rede robusta de *swaps* bilaterais com todos os membros, a ausência de acordos significativos entre os demais parceiros revela a dificuldade de estabelecer uma integração financeira horizontal (MAYER, 2024, p. 11).

Por fim, em complemento a todas essas estratégias a nível nacional, bilateral e intra-BRICS, esses países passaram, especialmente pós-2022, a intensificarem seus processos diversificação de reservas por parte de países mais vulneráveis para fora do dólar em função da percepção da crescente armamentização (*weaponization*) do sistema financeiro ocidental hegemônico. O congelamento das reservas russas fez países como a Índia e a China perceberem que, mesmo desenvolvendo sistemas de mensagens e liquidação alternativos para efetivar pagamentos em moedas locais, continuam possuindo a maior parte de suas reservas em moedas fortes como dólares e euros, e seus ativos podem não estar seguros no caso de um desacordo geopolítico com os EUA e os demais países desenvolvidos (BAI, 2024, p. 15-17; DING, 2024, p. 38-41).

No caso da China, como mencionado anteriormente, o país parou de adquirir mais Títulos do Tesouro dos EUA em 2014, após as primeiras sanções aplicadas contra a Rússia, e iniciou um processo massivo de aquisição de reservas em ouro. No início de 2022, a China possuía mais de US$ 1 trilhão em títulos estadunidenses, mas após o congelamento dos ativos russos no exterior, suas participações começaram a cair consideravelmente, sendo ultrapassadas pelo ouro no mesmo ano (MAYER, 2024, p. 7-8; YU, 2024, p. 45-46). A Rússia também iniciou um processo agressivo de venda de Títulos antes da década de 2020, reduzindo suas participações em Títulos do Tesouro dos EUA em 84% em 2018, caindo de US$ 96 bilhões para US$ 14 bilhões em apenas dois meses (LIU; PAPA, 2022, p. 50).

No entanto, a maior parte dos países do BRICS ainda tem suas reservas extremamente dolarizadas. O Brasil, por exemplo, possui cerca de 80% das suas reservas em dólares, versus aproximadamente 5% em euro, 5% em yuans e menos de 4% em ouro (BACEN, 2025), e os demais países-membros, apesar da maioria não divulgar publicamente os dados exatos de composição de reserva, tendem a seguir o padrão observado nas economias emergentes. De acordo com o sistema COFER (*Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves*) do FMI, a média de dolarização para esse grupo de países situa-se entre 55% e 58%, um patamar que, embora em declínio histórico, ainda confirma a centralidade do dólar como ativo de reserva predominante, se aproximando da média global de 57% (IMF, 2025).

protegem parceiros estratégicos de crises de balanço de pagamentos sem as condicionalidades políticas tradicionalmente exigidas pelo FMI.

No caso da participação do ouro nessa composição, os países do BRICS+, apesar de apresentarem tendências para diversificar nesse ativo, estão abaixo da média global, com uma composição média de 10% vs 20% globalmente em 2024 (ING, 2024). Mesmo a China, que reduziu consideravelmente seu estoque de reservas em dólares na última década, ainda possuía em 2024 mais de US$ 800 bilhões em Títulos do Tesouro dos EUA e aproximadamente US$ 2 trilhões em outros ativos denominados em dólar (BAI, 2024, p. 30-31).

Das outras moedas que geralmente compõem as reservas dos países, o euro é de longe a mais utilizada, com uma média global de 20%, versus aproximadamente 5% do iene japonês, 5% da libra esterlina e apenas 2% do yuan chinês (CHHANGANI; KRUIJIF, 2025). Isso demonstra que, mesmo sendo a moeda cuja participação em reservas mais cresceu proporcionalmente neste século, o yuan ainda apresenta estatísticas muito abaixo frente às demais moedas fortes (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 24). A nível de trocas comerciais, o dólar figura em 89% das transações globais, versus 28% do euro, 17% do iene, 10% da libra e 8,5% do yuan (CHHANGANI; KRUIJIF, 2025) [97].

Dessa forma, os dados indicam que, apesar das movimentações dos países do BRICS para se diversificar para fora do dólar, esse progresso é lento e se distancia das narrativas de ruptura perpetuadas na mídia. Até o momento, não foram encontradas evidências de que as sanções tenham impactado substancialmente as reservas e as trocas comerciais em dólares, com exceção da Rússia. Weiss estima que, mesmo em um cenário de longo prazo onde países não-alinhados mudem o faturamento de seu comércio para outras moedas (como o RMB), a participação do dólar nas reservas globais cairia, deixando de compor mais de 50% das reservas, mas a moeda americana ainda manteria sua posição dominante, com uma fatia mais que o dobro de qualquer outra moeda, com sua queda sendo diluída entre várias moedas e mantendo proporcionalmente seu domínio relativo (WEISS, 2022, p. 16-22).

Também devemos lembrar que muitos países acumulam dólares como pagamento implícito pela proteção militar dos EUA, com governos com pactos de defesa mútua ou aqueles possuem alguma forma de cooperação militar com os EUA possuindo cerca de 75% das reservas em dólar, e países do BRICS+ que dependem de equipamentos ou cooperação militar dos EUA, como Arábia Saudita, Índia, Vietnã e EAU, detendo cerca de 15% a 20%. Como mencionado na unidade anterior, embora no caso dos países do primeiro grupo a adoção de uma estratégia de neutralidade positiva é estruturalmente mais difícil, pois a

[97] Como duas moedas diferentes estão envolvidas em transações comerciais, o cálculo totaliza 200% (CHHANGANI; KRUIJIF, 2025).

dependência existencial da arquitetura de segurança dos EUA transforma suas reservas financeiras em um instrumento de manutenção da ordem hegemônica, os países desse segundo grupo adotam uma estratégia de neutralidade positiva que por vezes os permite aprofundar laços com os EUA enquanto buscam por alternativas como o BRICS como um mecanismo de seguro geopolítico (FERNÁNDEZ; DOS SANTOS, 2025, p. 1; WEISS, 2022, p. 1-13).

4.3 - Contradições Internas

Embora as ferramentas e iniciativas analisadas na unidade anterior tenham potencial para acelerar o processo de construção alternativa dos países-membros, para que esses mecanismos sejam realmente efetivos, é necessário que o BRICS apresente um grau de coordenação política e econômica que transcenda a retórica das cúpulas diplomáticas. Apesar dos acordos de cooperação em diversas áreas e os vários compromissos das Declarações de Líderes, como se verificou com o NDB e o CRA, a realidade operacional dessas iniciativas esbarra em contradições internas que acompanham o agrupamento desde a sua fundação. A falta de convergência estratégica, exemplificada pelas rivalidades e disputas por zonas de influência entre membros como Índia, China e Rússia, ou pelas diferentes perspectivas sobre o próprio papel do BRICS e das mudanças que ele propõe, impõe limites à funcionalidade técnica do grupo, transformando projetos de integração sistêmica em negociações bilaterais de baixo alcance, onde a desconfiança mútua impede a consolidação de infraestruturas alternativas.

A estrutura econômica divergente e muitas vezes competitiva dos membros é um dos principais fatores que intensificam essas contradições intra-grupo e explica em parte o baixo nível de comércio entre os membros (exceto com a China) em relação às trocas com os países do G7 e da UE, com os membros do BRICS frequentemente competindo entre si por diversos mercados tanto no Norte quanto no Sul Global, divergindo em foros de negociação e enfrentado atritos comerciais diretos (MOUDATSOU, 2020, p. 14-19). Brasil, Rússia e África do Sul, por exemplo, competem comercialmente em exportações de *commodities*, o que dificulta a criação de cadeias de valor complementares (RIOS; VEIGA, 2013, p. 6), e a economia brasileira também disputa com a Índia e a China pelos mesmos mercados de exportação e concessões nos países desenvolvidos (PECEQUILO, 2008, p. 146). Esses atritos entre os países-membros originais já levaram inclusive à 7 disputas na OMC entre 1999 e

2025, com a Índia envolvida em 5, o Brasil em 4, a China em 3, e a África do Sul em 2, com apenas a Rússia não tendo se envolvido em nenhuma disputa com outros membros do BRICS no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da organização. Se incluirmos os novos países-membros e os parceiros do BRICS+, esse número sobe para 13 (WTO, 2025).

Embora o BRICS tenha uma retórica unificada de crítica ao protecionismo dos países desenvolvidos e defesa do multilateralismo, a prática das negociações comerciais revela que os membros possuem interesses estruturais divergentes, muitas vezes competindo entre si ou bloqueando avanços que beneficiariam seus parceiros. O campo onde essa fratura se torna mais exposta é a agricultura: enquanto Brasil e África do Sul adotam uma postura pela liberalização e fim de subsídios, buscando escoar sua produção competitiva, China e Índia mantêm posições defensivas pautadas na segurança alimentar de suas vastas populações rurais. O episódio do "Pacote de Bali" (2013) na OMC ilustra essa tensão, onde o Brasil se viu obrigado a sacrificar interesses comerciais imediatos, tolerando os estoques públicos subsidiados indianos que deprimem preços globais, em nome da manutenção da unidade política do agrupamento, evidenciando o custo econômico da diplomacia de coalizão (RIOS; VEIGA, 2013, p. 11-15).

No setor industrial e de serviços, a lógica de competição também tende a se sobrepor à de cooperação. A postura defensiva do Brasil em NAMA (Acesso a Mercados para Produtos Não Agrícolas) contrasta com a necessidade de expansão da manufatura chinesa e dos serviços de tecnologia indianos, revelando que os membros frequentemente disputam os mesmos mercados ou protegem setores onde os parceiros são hegemônicos. Consequentemente, a atuação do BRICS no comércio multilateral revela-se mais eficaz como uma ferramenta de bloqueio a iniciativas do Norte do que como motor de uma agenda propositiva comum, gerando um cenário onde a coesão política é frequentemente financiada pela renúncia a pressões legítimas de abertura de mercado entre os próprios parceiros (RIOS; VEIGA, 2013, p. 11-15). Esses atritos também já levaram à casos fora da OMC, como investigações brasileiras e indianas para aplicação de medidas de defesa comercial contra produtos chineses, os embargos russo e chinês à carne brasileira (VIANA; OJO, 2013, p. 12; EBC, 2025), além das disputas entre a China e a Índia já mencionadas, como o veto indiano ao memorando entre o NDB e a BRI devido a projetos como o Corredor Econômico China-Paquistão, que atravessa territórios disputados pelo país (BATISTA JR., 2019, p. 242-243), e o banimento de diversos aplicativos chineses após as tensões em 2020 (SHIN, 2020, p. 54).

Também é necessário apontar a disparidade da China em relação aos outros países do BRICS. O país é responsável por mais de 70% do PIB nominal do agrupamento original, e é a fonte de mais de 80% do investimento interno do grupo. Embora o comércio intra-BRICS tenha crescido expressivamente desde o início do século, de US$ 17 bilhões em 2000 para mais de US$ 334 bilhões em 2020, 50% desse valor vem de exportações chinesas para os outros membros do grupo (RODRIGUES; FERNANDEZ; OLIVEIRA, 2024, p. 13, 23-27). Essa dinâmica também é caracterizada por uma profunda assimetria estrutural marcada por um padrão de comércio que reproduz de certa forma a lógica das trocas desiguais dentro do próprio grupo.

Além de ser o maior parceiro de todos os países do grupo em volume comercial total, a China também se diferencia qualitativamente dos outros membros no valor agregado de suas exportações. As exportações da África do Sul, Brasil e Rússia para a China são dominadas por combustíveis e *commodities* primárias (produtos de baixo valor agregado e vulneráveis a flutuações de preços), enquanto as exportações chinesas para esses parceiros são predominantemente de bens manufaturados de média e alta tecnologia (MOUDATSOU, 2020, p. 14-19). No caso do Brasil, por exemplo, embora a demanda chinesa tenha sido decisiva para a recuperação das exportações brasileiras após a crise de 2008, tornando a China o principal parceiro comercial do país desde 2009 (RIOS; VEIGA, 2013, p. 3-6), as empresas brasileiras apontam que a pauta exportadora está concentrada em *commodities* como soja, minério, petróleo, enquanto importam produtos industrializados competitivos (QUADROS, 2020, p. 78-79), gerando temores de "reprimarização" da pauta exportadora e limitação do desenvolvimento industrial e científico-tecnológico do país (MARTINS, 2011, p. 140).

Essas preocupações são compartilhadas pelos demais membros do grupo e países do Sul Global, o mais vocal deles sendo a Índia, que enxerga o vizinho asiático como um obstáculo à sua ascensão nas cadeias globais de valor devido aos déficits crônicos na balança comercial entre os dois países (RIOS; VEIGA, 2013, p. 5-6). No caso da Rússia, embora demonstrasse relutância em endossar iniciativas de projeção regional chinesa em sua esfera de influência tradicional, após as sanções de 2014, e com mais intensidade ainda após as de 2022, a necessidade de manutenção da economia russa frente ao isolamento imposto pelo Ocidente que levou o país a um pivô forçado para os mercados asiáticos que teve a China como principal beneficiário, como verificado com o comércio bilateral entre os dois países

tendo um crescimento de 34% em 2022, com cerca de 92% das transações sendo liquidadas em rublos ou yuans, boa parte delas via CIPS (VOIGTEL; ROSENDO; NEY, 2025, p. 23).

Enquanto a Índia é criticada por frequentemente priorizar suas relações bilaterais com os EUA e sua rivalidade geopolítica com a China acima da coesão do BRICS, demonstrando relutância quanto a propostas para contestar mais intensamente a supremacia do dólar, a China também prioriza suas próprias iniciativas estratégicas, como a BRI e o AIIB, que ocorrem paralelamente às iniciativas do grupo como o NDB, e em certos contextos, o país já demonstrou alinhamentos pragmáticos ou comportamentos mais próximos aos do G7 do que aos de seus parceiros emergentes. O próprio AIIB possui entre seus sócios fundadores países como Reino Unido, Alemanha e França, que pressionaram o banco em 2014 para bloquearem investimentos na Rússia; e mesmo durante as negociações de reforma de cotas do FMI, uma pauta reivindicada como fundamental para o BRICS, o diretor chinês recusou-se inicialmente a apoiar a pretensão do Brasil de subir no ranking de cotas para não "ofender o Canadá", tendo sido necessário que o Brasil ameaçasse retirar apoio à China em negociações climáticas para reverter a posição (BATISTA JR., 2019, p. 150, 226, 242-243).

Outro ponto fundamental de contradição intra-BRICS é a posição em relação ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Apesar das reivindicações para a reforma do órgão estarem presentes em todas as Declarações de Líderes do grupo desde a Cúpula de Sanya (2011), e sua defesa ser um dos requisitos para o ingresso no BRICS+, o apoio da China e da Rússia é calculado para manter o *status quo* dentro do CSNU, se posicionando retoricamente ao lado dos outros países do BRICS pelo baixo custo diplomático envolvido, mas sem ver benefícios práticos em alterar a balança de poder com a inclusão de novos membros permanentes. Ambos os países consideram que uma expansão do Conselho de Segurança diluiria seu próprio poder de veto e influência na ONU, chegando a tomar medidas diplomáticas para evitar isso, como a abstenção em endossar declarações conjuntas de apoio explícito às candidaturas do Brasil e da Índia, por exemplo. No caso da Índia, ainda se soma a rivalidade geopolítica com a China, que não tem interesse em elevar o status de Nova Délhi a um nível de paridade estratégica no CSNU (DEGAUT, 2025, p. 65-68) [98].

Todos esses fatores acabam muitas vezes limitando a coordenação intra-BRICS a temas genéricos, como cooperação em saúde, educação e segurança, ou à reivindicação de

[98] O Brasil e a Índia chegaram a formar o "G4" (junto com Alemanha e Japão) em 2005 para pleitear assentos permanentes em conjunto. A China opõe-se veementemente à entrada do rival asiático no Conselho, e como a candidatura do Brasil está atrelada à do Japão via G4, a China bloqueou o grupo inteiro. O grupo posteriormente foi abandonado pelo Japão devido ao apoio explícito dos EUA à sua candidatura e à rejeição da Alemanha (PECEQUILO, 2008, p. 145-146).

reforma financeira global sem um horizonte comum, obstruindo a habilidade de construir iniciativas concretas em temas comerciais ou climáticos, onde os interesses nacionais frequentemente colidem. Essas contradições envolvendo alinhamentos geopolíticos e interesses econômicos divergentes faz necessário resgatar as limitações associadas à própria categoria de Sul Global, que se dá muito mais como um "fato geopolítico" de posicionamento em relação ao sistema dólar-flexível do que como um suposto agrupamento coeso contra o Norte Global.

4.4 - Limitações do Sul Global

Como demonstrado ao longo do texto, os países do Sul Global perseguem interesses individuais de forma pragmática, muitas vezes alternando entre iniciativas de multipolaridade e alinhamento com a institucionalidade hegemônica (SHIDORE, 2025, p. 126-128), refletindo a diversificação de interesses econômicos e a fragmentação política dessas nações, forçadas pelo fracasso dos movimentos de não-alinhamento do século 20 a negociarem individualmente sua sobrevivência com a institucionalidade hegemônica, de forma que cada uma busca se acomodar da melhor forma possível dentro da ordem global (ALMEIDA, 2007, p. 278-280).

Um dos pontos que mais destaca essas limitações é a própria classificação da Rússia e da China nesta categoria. No caso da Rússia, historicamente, o país foi uma potência européia colonizadora no seu entorno eurasiático, e mesmo durante a URSS o país era o centro da dinâmica econômica do Segundo Mundo. No entanto, com o colapso soviético, o país passou por um processo de reprimarização econômica e perda de influência geopolítica, inserido de forma subordinada no novo sistema do dólar flexível. Embora sua estrutura econômica atual apresente características que a aproxima dos países periféricos, como a dependência de exportação de commodities (gás e petróleo), financiamento externo, e a vulnerabilidade a flutuações de preços globais, o país herdou da URSS o status de superpotência nuclear e membro permanente do CSNU, que compartilha apenas com a China e as principais nações do Norte (EUA, Reino Unido e França).

Além disso, nas primeiras décadas após o fim da Guerra Fria, a Rússia buscou se aproximar pragmaticamente das potências Ocidentais buscando se reposicionar como uma nação do Norte, chegando a fazer parte do G8 entre 1998 e 2014, quando foi suspenso indefinidamente após a crise na Criméia (CANUTO; SARAIVA, 2025, p. 24). Esse evento

sinalizou o fracasso da estratégia de "integração pelo topo" na nova ordem global, e foi o catalisador para que Moscou reorientasse sua política externa, acelerando a aproximação com a China e priorizando o fortalecimento do BRICS como uma plataforma alternativa de governança global.

Embora essa “virada para o Sul” da Rússia se dá como um movimento reativo de realinhamento contra-hegemônico frente às rivalidades com o G7 e a UE, o país já vinha construindo iniciativas alternativas com os países do Sul e medidas de precaução desde a década de 1990, como o estabelecimento de um tripé de cooperação econômica e estratégica entre Rússia, China e Índia (RIC) como uma alternativa à expansão ocidental, que resultou na cooperação para iniciativas como a SCO e a Parceria Estratégica Rússia-China, que se tornaram vitais para o país após as sanções de 2022 (DUGGAN et al., 2022, p. 470; SHIN, 2020, p. 48-50). O próprio BRICS pode ser de certa forma creditado à essa estratégia de multilateralismo russo, considerando que as primeiras aproximações entre esses países em cúpulas diplomáticas ocorreram por iniciativa concreta da Rússia, que inclusive hospedou a Primeira Cúpula do grupo (2009), onde foi formado o compromisso de reivindicar reformas no sistema financeiro internacional e construir uma ordem global multipolar (SUCHODOLSKI; DEMEULEMEESTER, 2018, p. 579-580; JASH, 2017, p. 4).

Quanto à China, sua identidade como membro do Sul Global é construída sobre bases históricas e ideológicas, resgatando a memória do seu “século de humilhação" (1840-1949) e a experiência como vítima do imperialismo ocidental e japonês para estabelecer laços solidariedade com outros países em desenvolvimento. O país também participou da Conferência de Bandung e teve uma profunda relação com o Movimento Não-Alinhado (MNA) ao longo da Guerra Fria, se posicionando como membro do Terceiro Mundo. Embora essa identidade ainda se alinhe com o atual discurso de "comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade", promovendo uma globalização multipolar e inclusiva, existe um descompasso evidente entre essa autoidentificação e a real posição da China nas dinâmicas globais (KÖRBER-STIFTUNG, 2025, p. 53).

A China já é a segunda maior economia do mundo, com seu PIB em paridade de poder de compra já tendo ultrapassado o dos EUA, e como mencionado na seção anterior, o país atualmente mantém uma relação de trocas desiguais com os demais países do BRICS e do Sul Global que reflete a dinâmica hegemônica de centro-periferia com os países do Norte. Ao mesmo tempo, é justamente essa posição singular da China que permite que o país atue como a principal fonte de iniciativas de construção alternativas realmente concretas para os

países em desenvolvimento. Sua capacidade material e volume de excedente de capital tornam a eficácia do bilateralismo chinês a maior ferramenta de viabilização da reorganização econômica em escala global, representando a peça-chave para qualquer tentativa de reformas contra-hegemônicas por parte do Sul Global.

Além de ser a espinha dorsal que possibilita as ambições do BRICS de articular mecanismos de proteção financeira e comercial, de medidas de integração comercial a ferramentas alternativas de pagamentos (*BRICS Pay,* CBDCs etc.), com as medidas mais avançadas a nível nacional, como o CIPS e o e-CNY. Para além do âmbito do grupo, as iniciativas de desenvolvimento da China, como o AIIB, o Fundo da Rota da Seda e a BRI, são vistos como projetos mais amplo e eficazes de projeção de poder e construção de infraestrutura alternativa do que os mecanismos coletivos do BRICS, que dependem de consenso e burocracia compartilhada (VADELL, 2020, p. 322).

Enquanto o BRICS foca em declarações de cúpula e coordenação política que muitas vezes não se traduzem em ação prática imediata, a BRI e seus mecanismos de financiamento entregam estradas, portos e ferrovias. A China constrói e financia mais infraestrutura em mercados emergentes do que todos os bancos multilaterais de desenvolvimento e países da OCDE combinados, ultrapassando até mesmo o Banco Mundial em novos financiamentos (STANLEY, 2020, p. 588; LIU; PAPA, 2022, p. 24-25). O volume de investimentos aprovados apenas pelo AIIB (US$ 70 bilhões), por exemplo, é mais que o dobro do aprovado pelo NDB até abril de 2023 (US$ 30 bilhões) (HOFMAN; SRINIVAS, 2024, p. 453; AIIB, 2025), e na África, o continente com o maior número de nações em desenvolvimento, a China é, de longe, o maior parceiro comercial e financeiro, tendo sido responsável por cerca de 62% dos créditos bilaterais oficiais na região subsaariana em 2017 (MOUDATSOU, 2020, p. 6).

À medida que as dinâmicas da economia global se reorganizam, a categoria do Sul Global torna-se cada vez mais complexa e contraditória, desafiando a precisão das ferramentas de análise vigentes. Se o conceito pretende refletir a relação de dependência no sistema dólar-flexível, o que ocorre quando um país transita nessa estrutura de poder? Onde se situam, por exemplo, atores como a Coreia do Sul, os Emirados Árabes Unidos (EAU) ou Singapura? Por que a Coreia do Sul é consolidada como parte integrante do Norte Global, enquanto Singapura, com indicadores de riqueza e sofisticação semelhantes, permanece frequentemente vinculada ao Sul? Se a distinção reside no desenvolvimento econômico, como classificar as nações que atingiram altos níveis de renda, mas mantêm identidades e

agendas de países emergentes? Se o critério, por outro lado, é o alinhamento estratégico, como explicar a permanência no Sul Global de países que operam como pilares da arquitetura de segurança dos EUA? Esses questionamentos sugerem que a fronteira entre Norte e Sul tornou-se uma zona de instabilidade conceitual, onde a identidade política muitas vezes é sobreposta pela realidade material e vice-versa.

Essa indefinição conceitual não é apenas uma lacuna acadêmica, mas um espaço de manobra política que o BRICS busca ocupar de forma estratégica. Ao acolher potências que desafiam as métricas tradicionais de desenvolvimento e alinhamento, o grupo transita de uma coalizão de economias emergentes para fórum de pressão incremental e renegociação da ordem vigente, onde o rótulo de "Sul Global" funciona como uma ferramenta de legitimação diplomática e coesão defensiva. É sob essa lógica de pragmatismo identitário, que prioriza o peso geopolítico em detrimento da homogeneidade econômica ou ideológica, que a transição para o BRICS+ deve ser compreendida. A expansão surge, portanto, não como a solução para as contradições internas, mas como a sua escala máxima, elevando o agrupamento a um patamar de representatividade que força o sistema internacional a lidar com uma massa crítica sem precedentes, cujas expectativas de reforma agora se chocam com a complexidade de sua própria pluralidade.

4.5 - Expansão e Expectativas

A entrada de 6 novos membros em 2024 (Egito, Etiópia, Irã, EAU e, pendente, Arábia Saudita) e 13 nações parceiras (Argélia, Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Indonésia, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, Tailândia, Turquia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã) altera a natureza do grupo, transformando-o de um mecanismo de coordenação entre cinco países emergentes em uma plataforma ampla de representação de boa parte do Sul Global. A escolha desses países não foi aleatória, mas sim um movimento estratégico para diversificar o alcance geopolítico e econômico do grupo e fortalecer sua capacidade de estabelecer uma rede de segurança para seus países-membros, buscando superar muitas das suas limitações, como o baixo nível de comércio intra-BRICS e a alta dependência das economias ocidentais.

A inclusão de gigantes energéticos como Arábia Saudita, Irã e EAU, e de países que controlam rotas comerciais e nós logísticos vitais, como Egito com o Canal de Suez, Etiópia com o Chifre da África e Irã com Estreito de Ormuz, fortalece a segurança energética e a influência logística do grupo (LEE; SIMS, 2024, p. 20-22), com a legenda passando a

representar apenas com os países-membros mais de 40% da produção mundial de petróleo, 36% da produção de gás natural, 78% da produção de carvão e 72% das reservas de terras raras, criando uma base material para desafiar o sistema de petrodólares e permitindo potencialmente o comércio de energia em moedas locais e a redução da vulnerabilidade às sanções (BRICS, 2025).

No caso do petróleo, esse número é ainda mais relevante devido ao papel da *commodity* na composição do sistema petrodólar, um dos pilares do dólar-flexível. Arábia Saudita, Irã e EAU estão entre os 5 maiores produtores da OPEP, com a Arábia Saudita sendo responsável por mais que o dobro da produção do segundo lugar (OPEC, 2025). Apesar do país ter mantido sua adesão no BRICS+ em um estado de ambiguidade e avaliação, sem aceitar nem recusar o convite, os sauditas também começaram a sinalizar abertura para aceitar outras moedas além do dólar, como o yuan, no comércio de petróleo, o que representaria uma mudança estrutural no modelo estabelecido com os EUA em 1974 (WAGDI; ELNAHRAWY; FATHI, 2023, p. 1-2).

Vários desses países também fazem parte de iniciativas regionais como a SCO, OPEP, ASEAN, EAEU e União Africana, evidenciando a intenção explícita de alavancar o BRICS+ para o centro das articulações multilaterais do Sul Global e alinhar as agendas dessas várias organizações regionais para aumentar a influência política dos países do grupo nos mecanismos de governança global. Enquanto Rússia, China e Índia já eram membros duplos (BRICS e SCO), a entrada do Irã e o convite a Belarus e Cazaquistão como Países Parceiros solidificam o eixo eurasiático SCO-EAEU-BRICS, criando uma sobreposição que permite a coordenação de políticas de integração como a interligação de sistemas de pagamento como CIPS e SPFS e corredores logísticos como o Corredor Norte-Sul e a BRI simultaneamente nos múltiplos fóruns, criando sinergias que o BRICS não teria sozinho (LIU; PAPA, 2022, p. 46-48).

A inclusão da Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã na lista de "Países Parceiros" aprovada em Kazan atua da mesma maneira, conectando o BRICS diretamente ao coração da ASEAN, criando oportunidades para a consolidação de cadeias de valor regionais e a promoção o uso de moedas locais (como o yuan) no comércio intra-asiático, reduzindo a dependência do dólar em um polos mais dinâmicos da economia mundial. Os países da ASEAN são peças-chave na manufatura e no comércio global, e a inclusão de membros desse agrupamento no BRICS+ sobrepõe o grupo à Parceria Econômica Regional Abrangente

(RCEP), o maior acordo de livre comércio do mundo, do qual a China e os membros da ASEAN fazem parte, além da Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Japão (RCEP, 2025).

A entrada da Etiópia, sede da União Africana, e do Egito, uma das maiores potências da região, se alinha com a percepção vinda desde a Cúpula de Durban (2013) de que a África é um dos novos centros de crescimento global no século 21. Para além de suas localizações geográficas serem pontos estratégicos de conexão entre a Ásia e a África, a inclusão desses países permite ao BRICS internalizar a agenda de infraestrutura e industrialização do continente africano, utilizando o NDB para financiar projetos que alinham com iniciativas dos próprios países africanos como a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) com iniciativas dos membros do BRICS, buscando evoluir de um modelo de ajuda e mera exportação de commodities para um de parceria estratégica focada em investimento e diversificação econômica (ZONDI, 2014, p. 12-13).

No entanto, a expansão também aumenta a diversidade de interesses dentro do grupo, como as tensões históricas entre Irã e Arábia Saudita e a crescente rivalidade entre o Egito e a Etiópia, o que pode dificultar ainda mais o consenso, transformando o BRICS em uma plataforma difusa de cooperação com fortes limitações para avançar em medidas concretas (FERNÁNDEZ; DOS SANTOS, 2025, p. 5-6). Se os atritos com apenas cinco já dificultavam muitas vezes o consenso, a expansão do grupo pode replicar essa lógica de "vetos cruzados" e desconfianças internas em uma escala muito maior (BATISTA JR., 2024, p. 6-8).

É relevante observar que boa parte desses países incluídos como membros plenos ou parceiros fazem parte do grupo intermediário de nações apontado por Weiss, que detêm cerca de 15% a 20% dos ativos seguros dos EUA (Índia, Vietnã, Indonésia, Arábia Saudita, e EAU). Embora eles estejam entre os países com maior capacidade de diversificar para além do dólar, também estão entre os que enfrentam maior risco ao buscar essa diversificação, com a dependência econômica e conexão militares servindo como um fator de contenção (WEISS, 2022, p. 8-13). Dessa forma, apesar do potencial descrito da ampliação do BRICS, a inclusão de países intermediários também traz desafios à coesão interna do agrupamento, por muitas dessas nações adotarem a postura de "neutralidade positiva" mencionada anteriormente, buscando equilibrar suas iniciativas de diversificação com a manutenção de boas relações com os EUA e os demais países ocidentais devido à profundidade dos laços com as estruturas hegemônicas.

Nesse sentido, a presença desses países no BRICS+ reforça o caráter de autonomia estratégica e neutralidade positiva do agrupamento, operando em direto contraste com a percepção de uma coalizão de ruptura opositora ao Ocidente. Ao integrar nações que mantêm pactos de defesa mútua ou altos níveis de cooperação militar com Washington, o grupo evidencia que o pagamento implícito pela segurança, materializado no acúmulo de ativos em dólar, não é mais um impeditivo absoluto para a busca por diversificação. Para esses atores, o BRICS atua como uma salvaguarda institucional que lhes permite aprofundar laços pragmáticos com os EUA enquanto constroem, simultaneamente, as infraestruturas necessárias para mitigar os riscos associados ao sistema dólar-flexível. Assim, a expansão do grupo não sinaliza um rompimento com o sistema hegemônico, mas sim a consolidação de uma estratégia que utiliza o multi-alinhamento para equilibrar dependências existenciais e ambições de soberania.

Contudo, a viabilidade dessa autonomia estratégica e a solidez deste seguro geopolítico dependem diretamente da capacidade do BRICS de gerir sua própria complexidade crescente. Embora o impacto sistêmico da recente expansão do agrupamento ainda não possa ser perfeitamente calculado, o perfil estratégico dos países que ingressaram permite uma análise fundamentada sobre as novas capacidades do grupo. Ao incorporar potências energéticas e hubs logísticos vitais, o BRICS+ sinaliza uma trajetória de consolidação como o fórum central de coordenação e governança para os países em desenvolvimento, ocupando um vácuo de representatividade deixado pelas instituições de Bretton Woods. No entanto, esse incremento de peso político traz consigo o desafio de harmonizar agendas nacionais heterogêneas e superar gargalos profundos de integração em um agrupamento crescente de países comprometidos acima de tudo com sua própria segurança.

A instabilidade inerente à política externa do governo Trump, a partir de 2025, projeta um efeito ambivalente sobre a coesão do BRICS+, atuando simultaneamente como um catalisador de urgência e um inibidor de avanços institucionais. Enquanto a intensificação da "armamentização" (*weaponization*) do dólar por meio das tarifas, materializada na ameaça de sobretaxas de 100% e na imposição efetiva de taxas de 50% contra membros como Brasil e Índia ao longo do ano, validou a tese da vulnerabilidade do sistema dólar-flexível, ela também impôs um tom mais defensivo e fragmentado ao agrupamento. Em contraste com o ímpeto propositivo da Cúpula de Kazan (2024), o cenário de 2025 revelou um

enfraquecimento das "defesas de construção alternativa" em prol de uma estratégia de contenção de danos.

Para membros que operam sob a lógica da neutralidade positiva, o custo político de desafiar abertamente a supremacia do dólar tornou-se imediato e material, levando a uma desaceleração de projetos multilaterais de contestação hegemônica e a um recuo pragmático em direção a acordos bilaterais menos visíveis ao escrutínio de Washington. Assim, o governo Trump não apenas testou a resiliência do BRICS+, como também logrou expor suas fissuras, forçando o grupo a equilibrar suas ambições de soberania financeira com a necessidade existencial de preservar o acesso ao mercado estadunidense.

Em última análise, é imperativo reconhecer que a hegemonia do dólar permanece resiliente e o sistema dólar-flexível está longe de um colapso iminente ou de uma ruptura definitiva. Contudo, o desenvolvimento de instituições e infraestruturas alternativas articuladas por iniciativas como o BRICS, SCO, EAEU e a União Africana e infraestruturas como o CIPS, SPFS, BRICS Pay e os mecanismos de *swap*, sinaliza uma transformação estrutural que, embora atravessada por profundas limitações e contradições, manifesta-se como uma tendência de longo prazo verificável nos dados agregados.

A eficácia desse processo não deve ser medida pela lógica da ruptura abrupta, mas pela evidência de sua trajetória: a composição do dólar nas reservas internacionais, que atingia 71% em 1999, recuou para aproximadamente 58% na presente década (IMF, 2021), demonstrando que essa diversificação já produz frutos concretos na arquitetura financeira global, que por mais que não substituam o dólar por outra grande moeda de reserva, abrem oportunidade para outras moedas se tornarem cada vez mais utilizadas. Por fim, o descompasso entre a expectativa de um novo paradigma e a realidade das mudanças em curso revela uma verdade fundamental da geopolítica: as transformações estruturais operam na temporalidade longa dos Estados-nação, e não no imediatismo das expectativas individuais. O que se observa, portanto, não é o fim súbito de uma era, mas o amadurecimento lento e persistente de um mundo onde a centralidade financeira deixou de ser um monopólio para tornar-se um campo de forças em permanente renegociação.

Contudo, a linearidade desse amadurecimento não exclui a possibilidade de picos de aceleração sistêmica, como o observado após o conflito na Ucrânia em 2022. Se, até o momento, a percepção do dólar como um "ativo de risco geopolítico" esteve restrita a atores periféricos ou rivais, as atuais tensões envolvendo fronteiras estratégicas e recursos críticos, exemplificadas pelas recentes tensões envolvendo a Groenlândia, podem alterar o cálculo de

custo-benefício inclusive do "grupo principal" de detentores de ativos seguros (WEISS, 2022). Caso as nações da OTAN e os aliados tradicionais com pactos de defesa mútua, que sustentam cerca de 60% da demanda oficial pela dívida estadunidense, passem a vislumbrar a instabilidade política ou a armamentização financeira como uma ameaça à própria soberania, o processo de fragmentação deixaria de ser uma tendência marginal para se tornar uma reconfiguração abrupta do núcleo do sistema.

Essa possibilidade foi ecoada no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2026, onde Mark Carney alertou que a transição para um sistema financeiro multipolar pode estar se aproximando de um "ponto de inflexão" (WEF, 2026), no qual a busca por redundância financeira deixa de ser uma estratégia defensiva do Sul Global e passa a ser adotada como uma norma de prudência pelo próprio centro da ordem internacional. O horizonte, portanto, permanece aberto: entre a inércia secular das moedas de reserva e a volatilidade dos novos choques geopolíticos, o BRICS+ consolida-se como a infraestrutura de prontidão para um mundo onde a confiança sistêmica não é mais um dado absoluto, mas uma variável dependente da estabilidade hegemônica.

5 - CONCLUSÃO:

A investigação realizada demonstra que a arquitetura financeira internacional, embora ainda centrada na hegemonia do dólar, atravessa um período de transição marcado pela busca de autonomia estratégica por parte das potências emergentes. Ao sintetizar os resultados desta pesquisa, observa-se que o impacto do BRICS na reforma desse sistema é definido por um equilíbrio tenso entre o pragmatismo defensivo e a construção de infraestruturas alternativas. Diferente da narrativa de uma coordenação propositiva e antecipada, o processo de reforma liderado pelo agrupamento manifestou-se como uma dinâmica muito mais reativa do que ativa. As principais inovações institucionais do grupo, como o NDB, o CRA e os sistemas alternativos de mensagens e liquidação, não surgiram de um desejo abstrato de derrubar o sistema de Bretton Woods, mas como respostas diretas à inércia das instituições tradicionais e à percepção de vulnerabilidade frente ao uso do sistema financeiro como instrumento de coerção geopolítica. Eventos como a crise de 2008, a pandemia de Covid-19 e o congelamento das reservas russas em 2022 atuaram como catalisadores externos que forçaram o grupo a agir para mitigar riscos de exclusão e sanções.

O balanço das iniciativas do grupo revela que o BRICS opera menos como um motor de ruptura imediata e mais como um mecanismo de segurança e redundância. O objetivo central não é a substituição súbita do dólar ou das ordens vigentes, mas o desenvolvimento de "saídas de emergência" tecnológicas e institucionais. Ao promover o uso de moedas locais e integrar sistemas nacionais de pagamento, o grupo busca criar um "perímetro de segurança" que garanta a soberania técnica dos membros sem necessariamente romper os laços sistêmicos com os mercados ocidentais. Apesar dos avanços quantitativos, como a queda da participação do dólar nas reservas internacionais e o crescimento do volume processado pelo CIPS, o agrupamento enfrenta limitações severas que postergam a consolidação de seus efeitos sistêmicos.

As profundas assimetrias internas, marcadas pela predominância econômica e financeira da China, os baixos níveis de integração comercial entre os membros e as frequentes divergências estratégicas impõem um teto à coesão do grupo. A inércia das infraestruturas financeiras legadas do Norte Global e a dependência de classificações de risco e liquidez internacional demonstram que as transformações estruturais operam na temporalidade longa dos Estados-nação, exigindo décadas para que as sementes da diversificação monetária alterem a hierarquia de poder global de forma definitiva.

A recente expansão para o BRICS+ altera qualitativamente a massa crítica do grupo, incorporando gigantes energéticos e nós logísticos vitais. Contudo, essa ampliação é muito recente para que se possa avaliar seu impacto sistêmico final, trazendo consigo o desafio de harmonizar agendas nacionais ainda mais heterogêneas e o risco de paralisia por intensificar ainda mais as contradições apontadas. Soma-se a esse cenário a instabilidade projetada pelo retorno do governo Trump em 2025. As ameaças de sobretaxas e a intensificação da "armamentização" comercial criaram um efeito ambivalente: se, por um lado, enfraqueceram as defesas de construção alternativa em 2025 ao forçar um recuo no discurso confrontador, por outro, tornaram o processo de busca por autonomia mais urgente e existencial. A pressão externa expõe as fissuras do grupo, mas valida a tese central de que a neutralidade passiva não é mais uma opção viável em uma ordem global fragmentada.

Em síntese, o BRICS não é a solução definitiva para as contradições do Sul Global, mas a sua expressão política mais contundente no século 21. O futuro do sistema financeiro internacional não aponta para um novo monolitismo, mas para uma arquitetura híbrida e multipolar, onde a capacidade de construir alternativas se torna a métrica definitiva de poder e resiliência. A trajetória percorrida nesta pesquisa revela que a transição "do Terceiro Mundo

ao Sul Global" não sinaliza apenas uma mudança de nomenclatura, mas a consolidação de uma estratégia de sobrevivência em um mundo onde a centralidade financeira deixou de ser um monopólio para tornar-se um campo de forças em permanente renegociação.

6 - BIBLIOGRAFIA:

ABDENUR, Adriana Erthal; ESTEVES, Paulo; GAMA, Carlos Frederico PS. **BRICS and global governance reform: a two-pronged approach.** In: DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO (DIRCO). *BRICS AND AFRICA: Partnership for Development, Integration and Industrialization*, *DIRCO*, Pretória, 2014.

AGLIETTA, Michel. **O sistema monetário internacional: em busca de novos princípios**. *Economia e Sociedade*, v. 4, n. 1, Campinas, SP, 2016, p. 127–150.

ALBUQUERQUE, Virgilius de. **International Lender of Last Resort: Panacéia para as Crises Epidêmicas dos Regimes Financeiros Internacionais?** *Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais,* Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalizaçã**o. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª ed. Saraiva, p. 253-314, São Paulo, 2007.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo.** In. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ANG, Yuen Yuen. **How China escaped the poverty trap**. *Ithaca: Cornell University Press*, 2016.

ARAYA, Leticia; CASTAÑEDA, Francisco. **Industrial policy in Latin America: a theoretical discussion**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries. Routledge, p. 741-758, New York, 2020.

ARNOLD, Theryn D. **De-dollarization and global sovereignty: BRICS' quest for a new financial paradigm**. *Human Geography*, p. 1-6, 2024.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century**. *Verso*, London, 2007.

AUER, Raphael; HAENE, Philipp; HOLDEN, Henry. **Multi-CBDC arrangements and the future of cross-border payments**. *BIS Papers*, n. 115, Bank for International Settlements, Basel, 2021.

BACEN. **Bancos Centrais do Brasil e da China estabelecem acordo de *swap* de moeda**. 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/14686/nota

BACEN. **Relatório de Gestão das Reservas Internacionais**. v. 17, 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relgestaoreservas/GESTAORESERVAS202503-relatorio_anual_reservas_internacionais_2025.pdf

BADIN, Luciana. **Os BRICS no G20 – as perspectivas de uma unidade**. *Força Tarefa G20 - Policy Brief*, BRICS Policy Center, PUC Rio, 2012.

BAI, Gao. **From De-Risking to De-Dollarisation: The BRICS Currency and the Future of the International Financial Order**. In: *WENHUA ZONGHENG: A Journal of Contemporary Chinese Thought*. [S. l.], v. 2, n. 1, Tricontinental, Institute for Social Research, Dongsheng, p. 10-34, 2024.

BANDEIRA, P. L. S. **Fatores Impulsionadores da Desdolarização: Uma Análise Econométrica**. *Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão Internacional*. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2024.

BASTOS, Vinícius Azevedo; TESSARI, Claúdia Alessandra; SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Globalização Financeira e a Dívida Pública: o endividamento nas décadas de 1970 e 1990**. *Revista Iniciativa Econômica*, v. 4, n. 2, Araraquara, 2018.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. *LeYa*, São Paulo, 2019

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados"**. *Economia e Sociedade*, [s. l.], n. 11, p. 11-20, 1998.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Finança global e ciclos de expansão**. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. *Vozes.* 3ª Ed. Petrópolis, RJ, 2000, p. 87-117.

BILOTTA, Nicola. **The Weaponization of Finance and Digitalization: A Cooperative Approach Between the EU and LAC**. In. KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Eds.). *Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in Europe and Latin America in the Era of Permacrisis*. Springer, Singapura, cap. 20, p. 337-347, 2025.

BRICS. **Joint Statement of the BRIC Countries Leaders (2009-2024).** Disponível em: https://brics.br/pt-br/documentos/acervo-de-presidencias-anteriores/leaders-declarations

BRICS. **Strategy for BRICS Economic Partnership 2025**. *BRICS Information Center*, 2020. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/2020-strategy-1148155.pdf

BRICS. **BRICS Data**. 2025. Disponível em: https://bit.ly/4alywz8

BURGER, John D.; WARNOCK, Francis E. **Local Currency Bond Markets**. *IMF Staff Papers*, v. 53, 2006, p. 133-146.

BUZDUGAN, Stephen; PAYNE, Anthony. **The long battle for global governance continued**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 328-342, New York, 2020.

CABANA, Silvia Lopez. **Chronology and History of South-South Cooperation: An Ibero-American Contribution**. *Ibero-American Programme for the Strengthening of South-South Cooperation,* Working Document n. 5, 2014.

CANO, Wilson. **América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. *Vozes*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ, 2000, p. 287-326.

CANTAMUTTO, Francisco; LÓPEZ, Emiliano. **Dívida e FMI: o caso argentino** In: *A grande fraude: dívida, FMI e neoliberalismo*. S.l. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social; Observatorio de América Latina y el Caribe (OBSAL), p. 32-37, 2025.

CANUTO, Otaviano; SARAIVA; Bruno. **BRICS em tempos de reacomodação tectônica**. In. KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. BRICS em Transformação: Unidade e Multipolaridade. *Brazilian Journal of International Affairs*, v.4, n. 13, Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, 2025, p. 22-40.

CENTER FOR THE STUDY OF GLOBAL ECONOMIC FUTURE (CSGEF). **The Chilean Experiment: Shock Therapy and Modern Applications - A Return to Basics**. Dubai, UAE: *CSGEF Research Unit*, 2024.

CERVO, Amado Luiz. **O final do século XX e o início do XXI: dificuldades para construção de uma ordem global**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª ed. Saraiva, p. 339-362, São Paulo, 2007.

CHHANGANI, Alisha; KRUIJIF, Lize de. **Dollar Dominance Monitor**. *Atlantic Council, Geoeconomics Center*, 2025. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org/programs/geoeconomics-center/dollar-dominance-monitor/

CHENG, Joseph Yu-Shek; ZHANG, Franklin Wankun. **Chinese foreign relation strategies under Mao and Deng: a systematic and comparative analysis**. *Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies*, v. 14, n. 3, p. 91-114, 1999.

CHIPS. **CHIPS® Celebrates Black Friday by Smashing Payments Record**. 2024. Disponível em: https://www.theclearinghouse.org/payment-systems/Articles/2024/12/CHIPS_Celebrates_Black_Friday_Smashing_Payments_Record_12-02-2024

CIPRIANI, M.; GOLDBERG, L. S.; LA SPADA, G. **Financial Sanctions, SWIFT, and the Architecture of the International Payment System**. *Journal of Economic Perspectives*, v. 37, n. 1, p. 31-52, 2023.

COMBAT, Flávio Alves. **A crise do sistema de Bretton Woods: considerações sobre o papel do dólar na hierarquia monetária internacional**. *Revista Estudos Políticos*, v. 10, n. 2, p. 245-265, Rio de Janeiro, 2019.

COSTA DE OLIVEIRA, Octávio Henrique Alves. **China e as mutações da Ordem Internacional Liberal: evidências do AIIB e NDB**. *EI Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 24-37, 2023.

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília, FUNAG, 2013.

DALDEGAN, William; CARVALHO, Carlos Eduardo. **BRICS Plus: Perspectivas da Proposta de Expansão**. *Revista Intellector*, v. 21, n. 41, p. 74-85, 2024.

DANTAS DA COSTA, Jales. **O velho e o novo Bandung na conjuntura do sistema mundial.** In. *Textos de Economia*, v. 17, n. 2, p. 31-57, Florianópolis, 2014.

DATZ, G. **The Past as Insufficient Prologue: Sovereign Debt Restructurings in Latin America Since the 1980s.** In: KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Eds.). *Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in Europe and Latin America in the Era of Permacrisis*. Springer, Singapura, cap. 13, p. 185-189, 2025.

DEGAUT, Marcos. **China and the Building of a New–and Illiberal–World Order through BRICS**. In. KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. BRICS em Transformação: Unidade e Multipolaridade. *Brazilian Journal of International Affairs*, v.4, n. 13, Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, 2025, p. 58-74.

DEMACHI, Kazue. **Dollarization in Other Emerging Economies and Developing Countries.** In: OKUDA, Hidenobu (Org.); CHEA, Serey (Org.). *Cambodian Dollarization: Its Policy Implications for LDCs' Financial Development*. Abingdon: Routledge, p. 183-202, 2023.

DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima. **Neoliberalismo, financeirização e o papel da dívida pública**. Entrevista de Rosa Marques. In: *A grande fraude: dívida, FMI e neoliberalismo*. S.l. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social; Observatorio de América Latina y el Caribe (OBSAL), p. 18-22, 2025.

DEUS, Larissa Naves de; CONTI, Bruno De; TERRA, Fábio Henrique Bittes. **O Banco dos BRICS e sua potencial influência sobre as assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional**. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 13-33, 2019.

DING, Yifan. **What Is Driving the BRICS' Debate on De-Dollarisation?**. In: *WENHUA ZONGHENG: A Journal of Contemporary Chinese Thought*. [S. l.], v. 2, n. 1, Tricontinental, Institute for Social Research, Dongsheng, p. 35-44, 2024.

DUGGAN, N.; HOOIJMAAIJERS, B.; REWIZORSKI, M.; ARAPOVA, E. **Introduction: 'The BRICS, Global Governance, and Challenges for South-South Cooperation in a Post-Western World'**. *International Political Science Review*, v. 43, n. 4, p. 469-480, 2022.

EBC. **Bancos Centrais do Brasil e da China assinam acordo de troca de moedas**. 2025. Disponível em:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-05/bancos-centrais-do-brasil-e-da-china-assinam-acordo-de-troca-de-moedas

ELAD, Barry; KINDER, Kathleen. **UnionPay Statistics 2026: Transaction Volumes, Market Share, and Technological Innovations**. *CoinLaw*, 2025. Disponível em: https://bit.ly/4avDE3K

FAKHRI, Michael; REYNOLDS, Kelly. **The Bandung Conference**. International Law - *Oxford Bibliographies*, 2017.

FAN, Hongwei; LIU, Xinyao. **China's Policy Towards the Non-Aligned Movement**. *The 60th Anniversary of the Non-Aligned Movement*. Article 7, p. 147-162, 2021.

FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. **Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion**. *International Security*, v. 44, n. 1, p. 42-79, 2019.

FENG, Weijiang; ZHANG, Yuyan. **Peaceful Development Path in China**. *China Social Science Press and Springer Nature Singapore*, 2019.

FERNANDES, L. M. **Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real**. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. *Vozes*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ, 2000, p. 251-285.

FERNÁNDEZ, Marta; DOS SANTOS, Maria Luiza Figueiredo. **A Arábia Saudita e o BRICS: neutralidade positiva e liderança diplomática em tempos multipolares**. *BPC Papers*, v. 15, n. 04, BRICS Policy Center, PUC Rio, 2025.

FERRARI, Mirelli Malaguti. **A dívida pública como um dos fundamentos do poder americano**. *Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia*. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

G77 SOUTH SUMMIT. **Declaration of the South Summit**. Havana, 2000. Disponível em: https://bit.ly/43WH7EX.

GANTI, Akilesh.**What Is a Clearinghouse? Essential Role in Financial Markets**. Investopedia, 2025. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/c/clearinghouse.asp

GARMAN, Christopher. **President Trump has and will continue to adopt a more radical stance in his second term**. *Interview*. *CEBRI-Journal Year 4*, n. 14, 2025, p. 163-170.

GHYMERS, Christian. **Systemic Potential Aspects of CBDCs.** In: KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Eds.). *Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in Europe and Latin America in the Era of Permacrisis*. Springer, Singapura, cap. 13, p. 203-219, 2025.

GOMES, Gabriel Galdino. **O papel complementar do Banco do BRICS em relação às instituições de Bretton Woods no sistema financeiro internacional**. *A Economia em Revista*, v. 26, n. 2, p. 82-97, 2018.

HAYES, Adam. **Understanding CHIPS: Key US Clearing House for Large Transactions**. *Investopedia*, 2025. Disponível em: https://bit.ly/3LumLfN.

HAYES, Adam. **Brady Bonds: What it is, How it Works, Examples**. *Investopedia*, 2022. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/b/bradybonds.asp

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Crisis of Democracy and Multilateralism: Effects of Bolsonaro's Far-Right Government on EU-LAC Relations**. In: KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Eds.). *Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in Europe and Latin America in the Era of Permacrisis*. Springer, Singapura, cap. 2, p. 19-31, 2025.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos.** *Companhia das Letras*. 2ª Ed. São Paulo, 1995.

HOFMAN, Bert; SRINIVAS, P. S. **New Development Bank's role in the global financial architecture**. *Global Policy*, v. 15, n. 2, p. 451-457, 2024.

IBRACHINA. **Maior operadora de cartão de crédito do mundo, UnionPay chega ao Brasil**. 2025. Disponível em: https://ibrachina.com.br/maior-operadora-de-cartao-de-credito-do-mundo-chinesa-unionpay-chega-ao-brasil/

ING THINK. **De-dollarisation: More BRICS in the wall**. 2024. Disponível em: https://think.ing.com/articles/de-dollarisation-more-brics-in-the-wall/#:~:text=Foreign%20currency%20reserves%20are%20the,20%25%20of%20the%20global%20average.

INTERNATIONAL MONETARY FUND.**US Dollar Share of Global Foreign Exchange Reserves Drops to 25-Year Low**. 2021. Disponível em: https://www.imf.org/en/blogs/articles/2021/05/05/blog-us-dollar-share-of-global-foreign-exchange-reserves-drops-to-25-year-low

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **The IMF's emergency response to the COVID-19 pandemic: evaluation report 2023**. International Monetary Fund, Washington, DC, 2023. Disponível em: https://ieo.imf.org/en/evaluations/completed/2023-0313-imfs-emergency-response-to-the-covid-19-pandemic

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **SPECIAL DRAWING RIGHTS (SDR)**. International Monetary Fund, Washington, DC, 2023. Disponível em: https://www.imf.org/en/about/factsheets/sheets/2023/special-drawing-rights-sdr

JASH, Amrita. **The Emerging Role of BRICS in the Changing World Order**. *IndraStra Global*, v. 6, p. 1-11, 2017.

JUEGO, Bonn. **IPE scholarship about Southeast Asia: Theories of development and state-market-society relations**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 488-510, New York, 2020.

KAGAN, Julia. **Credit Rating: Definition and Importance to Investors.** *Investopedia*, 2025. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/c/creditrating.asp

KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Introduction: A New Era? Permacrisis and the Challenges to Financial Stability, Economic Growth, and Democracy**. In. KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Eds.). Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in Europe and Latin America in the Era of Permacrisis. Springer, Singapura, Introduction, p. 1-15, 2025.

KAUR, Navneet; KAUR, Ramanjeet. **Alternatives to Swift: A Vital Tool in Global Banking**. *International Journal of Business Management & Research*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 57-60, 2022.

KHAN, Haider A. **21st Century Accelerated Dedollarization, Multipolarity and The Global South Beyond Modern Money Theory: Governance of a Complex Global Financial System in the Age of Global Instabilities**. *MPRA Paper No. 119650*, Denver, Colorado, 2024.

KLEHR, Jacqueline. **(Swift) sanctions and the rise of parallel payment systems: A qualitative study of financial infrastructure and power dynamics in times of FinTech**. *Tese (Bacharelado em Relações Internacionais) – Institution for Global Studies*, University of Gothenburg, Gothenburg, 2023.

KÖRBER-STIFTUNG. **Bandung at 70: Multilateralism in a New Era of Multi-Alignment**. 2025. Disponível em: https://koerber-stiftung.de/en/projects/koerber-history-forum/bandung-at-70/

LABONTE, Marc. **The Federal Reserve's Response to COVID-19: Policy Issues**. *Library of Congress*, 2021. Disponível em: https://www.congress.gov/crs-product/R46411

LAMPA, Roberto; ORO, Gianmarco. **Can the side effects of sanctions and energy inflation trigger the disintegration of the international monetary regime?** *PSL Quarterly Review*, Roma, vol. 76, n. 306, p. 225-242, 2023.

LARIONOVA, Marina; SHELEPOV, Andrey. **BRICS, G20 and global economic governance reform**. *International Political Science Review*, v. 43, n. 4, p. 512-530, 2022.

LEE, Brice Tseen Fu; SIMS, Juan Pablo. **The BRICS+ Expansion, Global Trade Dynamics, and the Dedollarization Phenomenon**. *Unnes Political Science Journal*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 19-29, 2024.

LEE, Jersey. **Paulo Nogueira Batista: The Limits of the IMF, World Bank — and BRICS' Flawed Alternative**. *Pacific Polarity*, 2025. Disponível em: https://pacificpolarity.substack.com/p/paulo-nogueira-batista-the-limits

LINS, Maria Antonieta Del Tedesco. **Economic Policies Amid Political Instability in Latin America**. In. KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Eds.). Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in

Europe and Latin America in the Era of Permacrisis. Springer, Singapura, cap. 10, p. 51-167, 2025.

LIU, Hong. **China engages the Global South: From Bandung to the Belt and Road Initiative**. *Global Policy - Special Issue: The Dynamics of Governance and Sustainable Development Goals in the Global South*, v. 13 (S1), p. 11-22, 2022.

LIU, Zongyuan Zoe; PAPA, Mihaela. **Can BRICS De-dollarize the Global Financial System?** *Cambridge Elements: Economics of Emerging Markets*, *Cambridge University Press*, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1017/9781009029544.

LIU, Zongyuan Zoe; **Why Expanded BRICS Is Backing a Russia-Initiated Grain Exchange.** *Council of Foreign Relations*, 2024. Disponível em: https://www.cfr.org/articles/why-expanded-brics-backing-russia-initiated-grain-exchange

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MASWOOD, S. J. **Globalization and global production networks**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 655-672, New York, 2020.

MARTINI, Paula. **Brazil denies BRICS plan for common currency or dollar replacement**. *Valor*, 2025. Disponível em: https://valorinternational.globo.com/foreign-affairs/news/2025/03/25/brazil-denies-brics-plan-for-common-currency-or-dollar-replacement.ghtml

MAYER, Jörg. **De-dollarization: The global payment infrastructure and wholesale central bank digital currencies**. *Forum for Macroeconomics and Macroeconomic Policies (FMM) Working Paper*, n. 102, Hans-Böckler-Stiftung, Macroeconomic Policy Institute (IMK), Düsseldorf, 2024.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. **Padrões monetários internacionais e crescimento**. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. *Vozes.* 3ª Ed. Petrópolis, RJ, 2000, p. 119-153.

MEDEIROS, Carlos A. **China: entre os Séculos XX e XXI**. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. *Vozes.* 3ª Ed. Petrópolis, RJ, 2000, p. 379-411.

METRI, M. **Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional**. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3 (70), p. 719-736, Campinas, 2020.

MEURER, Roberto; SAMOHYL,Robert. **Política Monetária e Dívida Pública: o que mudou com a alteração do regime cambial?** In. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 28, IPEA, 2005.

MILAN, Marcelo. **A Crise Financeira e a Hegemonia do Dólar.** *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais,* v. 1, n. 1, p. 133-148, 2012.

MOUDATSOU, Argiro. **Brics in Africa: Economic Ties and Impacts**. *BPC Papers*, v. 7, n. 1, BRICS Policy Center, PUC Rio, 2020.

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). **New Development Bank and BRICS Business Council sign Memorandum on Strategic Cooperation**. Shanghai, 2017. Disponível em: https://www.ndb.int/news/new-development-bank-brics-business-council-sign-memorandum-strategic-cooperation/.

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). **New Development Bank General Strategy For 2022–2026: Scaling Up Development Finance for a Sustainable Future**, 2022. Disponível em: https://www.ndb.int/about-ndb/general-strategy/

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). **Report On NDB's Development Results**, 2024. Disponível em: https://bit.ly/4tdjX8e

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). **Members**, 2025. Disponível em: https://www.ndb.int/about-ndb/members/

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). **Projects**, 2025b. Disponível em: https://bit.ly/4tbnvYR

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **A Crise Asiática e a China**. *Vidsere Futura*, v. 1, n.1, p. 277-290, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **A focus on International Trade in Services**. In. *BRICS AND AFRICA: partnership for development, integration and industrialisation*. Papers of the Fifth BRICS Academic Forum, Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Pretoria, 2014, p. 38-51.

PANOVA, Victoria. **What is Coming for the World in the Name of BRICS?**. In. KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. BRICS em Transformação: Unidade e Multipolaridade. Brazilian Journal of International Affairs, v.4, n. 13, Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, 2025, p. 89-101.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Globalização e integração financeira e tecnológica entre os países emergentes: o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS**. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 283-292, 2015.

QUADROS, Sérgio Edegar Girardi de. **Internacionalização do Renminbi: A Percepção das Empresas Brasileiras em Relação ao Processo de Internacionalização da Moeda da China**. *Dissertação de Mestrado em Gestão e Negócios – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2020.

RAMOS, Leonardo. **Potências médias emergentes e reforma da arquitetura financeira mundial? Uma análise do BRICS no G20**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 50, p. 49-65, 2014.

REGIONAL COMPREHENSIVE ECONOMIC PARTNERSHIP (RCEP). **Overview**. 2025. Disponível em:

https://asean.org/our-communities/economic-community/integration-with-global-economy/regional-comprehensive-economic-partnership-rcep/

RIOS, Sandra Polónia; VEIGA, Pedro da Motta. **Os BRICS nos foros econômicos globais: posicionamentos recentes**. BRICS Policy Center, PUC Rio, 2013.

RODRIGUEZ, Maria Elena; FERNÁNDEZ, Marta; OLIVEIRA, Renan Guimarães Canellas de. **Caderno para entender o BRICS**. *BPC Papers*, v. 11, n. 06, BRICS Policy Center, PUC Rio, 2024.

RODRIGUEZ, Maria Elena; OLIVEIRA, Renan Guimarães Canellas de. **Comentários sobre a XIV Cúpula dos BRICS, Kazan 2024**. BRICS Policy Center, PUC Rio, Rio de Janeiro, 2024.

RUYS, Tom; RYNGAERT, Cedric. **Secondary sanctions: a weapon out of control? The international legality of, and European responses to, US secondary sanctions**. *The British Yearbook of International Law*, Oxford, p. 1-116, 2020

SABBATELLA, Ignacio; SANTOS, Thauan. **The IPE of regional energy integration in South America.** In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 719-740, New York, 2020.

SAJED, Alina. **From the Third World to the Global South**. *E-International Relations*, 2020.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968)**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª ed. Saraiva, p. 197-230, São Paulo, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. ***Détente*, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979)**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª ed. Saraiva, p. 233-250, São Paulo, 2007.

SATO, Eiiti. **Política externa do Brasil desde a redemocratização: evolução, mudanças e perspectivas futuras**. In. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 10, p. 70-90, 2020

SCHULMEISTER, Stephan. **Stabilizing Asset Prices Through Transition from Continuous Trading to Electronic Auctions**. In: KATSIKAS, Dimitris; LINS, Maria Antonieta Del Tedesco; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Eds.). *Finance, Growth and Democracy: Connections and Challenges in Europe and Latin America in the Era of Permacrisis*. Springer, Singapura, cap. 19, p. 311-336, 2025.

SEOANE, José; FEROLLA, Carlos Mauricio. **Dominação e dívida externa em Nuestra América**. In: *A grande fraude: dívida, FMI e neoliberalismo*. S.l. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social; Observatorio de América Latina y el Caribe (OBSAL), p. 9-17, 2025.

SEOANE, José; TADDEI, Emílio. **Entrevista com Éric Toussaint: "O problema da dívida é mais importante hoje do que há trinta ou quarenta anos"**. In: *A grande fraude: dívida,*

FMI e neoliberalismo. S.l. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social; Observatorio de América Latina y el Caribe (OBSAL), p. 27-31, 2025.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power.** *Oxford University Press*, 2013.

SHAVSHUKOV, Viacheslav M. **The BRICS in the international money and debt capital markets**. *Journal of Business and Retail Management Research (JBRMR)*, v. 12, n. 3, p. 113-125, 2018.

SHIDORE, Sarang. **The United States and the Global South in a Post-Unipolar World**. In. KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. *Trump e a Ordem Global: Ruptura ou Reconfiguração?*. Brazilian Journal of International Affairs, v.4, n. 14, Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, 2025, p. 122-133.

SHIN, Francis. **SWIFT and its Role in Global Security: Recent Trends in Coercive Economic Statecraft in Global Payment Systems**. *Graduate Institute of International and Development Studies*, Geneva, 2020.

SINHA, Aseema. **Building an interdependence framework for the IPE of a rising India: The challenge of sustaining national competitiveness at the technological frontier**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 528-547, New York, 2020.

SRINIVAS, P. S. **Can China's CIPS help Russia after its ban from SWIFT?** *EAI Commentary*, n. 47, East Asian Institute, National University of Singapore, Singapura, 2022.

STANLEY, L. **The IPE of development finance in Latin America.** In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 581-593, New York, 2020.

SUCHODOLSKI, Sergio Gusmão; DEMEULEMEESTER, Julien Marcel. **The BRICS Coming of Age and the New Development Bank**. *Global Policy*, v. 9, n. 4, p. 578-585, 2018.

SWIFT. **Swift instructed to disconnect sanctioned Iranian banks following EU Council decision**. 2012. Disponível em: https://www.swift.com/insights/press-releases/swift-instructed-to-disconnect-sanctioned-iranian-banks-following-eu-council-decision

TAVARES, Maria da Conceição. **Império, território e dinheiro**. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Vozes. 3ª Ed. Petrópolis, RJ, 2000, p. 449-487.

THE PEOPLE'S BANK OF CHINA (PBOC). **RMB Internationalization Report**. 2025. Disponível em: https://www.pbc.gov.cn/en/3688241/3688636/3828468/index.html

THOMPSON, Cedrico. **Cross-Currency Swap: Definition, How It Works, Uses, and Example**. *Investopedia*, 2025. Disponível em: https://www.investopedia.com/terms/c/cross-currency-swap.asp

THORSTENSEN, Vera; PRADO, Victor Luiz do. **Da geoeconomia à geopolítica de Trump – de tarifas a armas?**. In. KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Trump e a Ordem Global: Ruptura ou Reconfiguração?. Brazilian Journal of International Affairs, v.4, n. 14, Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, 2025, p. 34-61.

THURBON, Elizabeth; WEISS, Linda. **The state of development in a globalized world: perspectives on advanced and industrializing countries**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 58-73, New York, 2020.

TODOROVA, Vesela; MORALIYSKA, Monika; RAYCHEVA, Iva. **De-Dollarisation in International Payments: Trend or Fiction**. *Economics Innovative and Economics Research Journal*, v. 12, n. 2, p. 129-144, 2024.

TOMLINSON, B. R. **What was the Third World?** *Journal of Contemporary History*, London, v. 38, n. 2, p. 307-321, 2003.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **Japão: da industrialização tardia à globalização financeira.** In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. *Vozes*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ, 2000, p. 223-249.

TOUSSAINT, Eric. **The BRICS and De-Dollarization**. *NewPolitics*, 2025. Disponível em: https://bit.ly/3ZFRSJb

TRUMAN, Edwin M. **The IMF and the Global Crisis: Role and Reform**. *Peterson Institute for International Economics*, 2009.

TULUN, Teoman Ertuğrul. **SWIFT System Turns Into Economic Sanctions Instrument**. *Avrasya Dünyası*, n. 10, p. 44-47, 2022.

UNIONPAY. **List of Countries/Regions accepting UnionPay Cards**. 2025. Disponível em: https://m.unionpayintl.com/wap/en/serviceCenter/cardUsingInstructions/1437.shtml

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND EMPLOYMENT. **Final Act and Related Documents: Held at Havana, Cuba, from November 21, 1947, to March 24, 1948**. *Interim Commission for the International Trade Organization.* Lake Success, New York , 1948.

VADELL, Javier A. **The BRICS initiative as a challenge to contemporary IPE**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries*. Routledge, p. 311-327, New York, 2020.

VELEZ-SERRANO, Mayra. S**tood Up, Grew Rich and Now Is Growing Strong: An Introduction to the Historical Stages of China's Foreign Policy**. *Revista Relaciones Internacionales*, Escuela de Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Costa Rica, n° 91 (2), p. 1-23, 2018.

VELOSO, Sérgio. **Entre Desenvolvimento e Geopolítica: uma análise semântica das declarações das cúpulas dos BRICS**. *BPC Papers*, v. 11, n. 5, BRICS Policy Center, PUC Rio, 2024.

VIANA, Manuela Trindade; OJO, Vivian. **Participando "com dentes": os BRICS no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC**. *Núcleo de Desenvolvimento, Comércio, Finanças e Investimentos*, BRICS Policy Center, PUC Rio, 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. *Tempo Social - USP*, p. 31-61, 2003.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. *Contexto Internacional*, vol. 29, n.2, p. 273-335, Rio de Janeiro, 2007.

VISION IAS. **SCO Summit 2025: Reshaping Global Order Through Multipolar Cooperation.** 2025. Disponível em: https://bit.ly/4iThoDw

VOIGTEL, Rafael; ROSENDO, Roberto Cezar; NEY, Vanuza Pereira. **A China e o BRICS+ no Sistema Monetário e Financeiro Internacional: perspectivas sobre moedas e a construção de uma ordem multipolar**. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 9, n. 1, p. 01-28, 2025.

WAGDI, Osama; ELNAHRAWY, Akram; FATHI, Atef. **Petrodollar and De-dollarization: A Survey from OAPEC Countries**. *E3S Web of Conferences*, Les Ulis, v. 449, p. 1-22, 2023.

WANG, Peter Brian M. **The Asian Monetary Fund and De-Dollarization: The Reshaping of the Global Order**. *Pacific Affairs*, v. 97, n. 3, p. 587-604, Vancouver, 2024.

WEBER, Isabella M. **Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado**. *Boitempo*, São Paulo, 2023.

WEISS, Colin. **Geopolitics and the U.S. Dollar's Future as a Reserve Currency**. *International Finance Discussion Papers*, Board of Governors of the Federal Reserve System Washington, 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **Davos 2026: Special address by Mark Carney, Prime Minister of Canada**. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-by-mark-carney-prime-minister-of-canada/

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Map of disputes between WTO Members**. 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_maps_e.htm?country_selected=BRA&sense=e

XING, Li; SHENGJUN, Zhang. **The international political economy of the rise of China and emerging powers: traditional perspectives and beyond.** In: VIVARES, Ernesto (ed.).

The Routledge handbook to global political economy: conversations and inquiries. Routledge, p. 74-91, New York, 2020.

XINHUA. **China's decision not to seek new special treatment at WTO shows its commitment.** Disponível em: https://bit.ly/4asPewB

YANG, Jiemeng; ZHOU, Guangyou. **A study on the influence mechanism of CBDC on monetary policy: An analysis based on e-CNY**. *PLOS ONE*, v. 17, n. 7, 2022.

YAZDANSHENAS, Zakiyeh. **The SCO's Expanding Influence and Strategic Realignment**. *CARPO – Center for Applied Research in Partnership with the Orient Pulse*, n. 4, 2025.

YU, Yongding. **China's Foreign Exchange Reserves: Past and Present Security Challenges**. In: *WENHUA ZONGHENG: A Journal of Contemporary Chinese Thought*. [S. l.], v. 2, n. 1, Tricontinental, Institute for Social Research, Dongsheng, p. 45-57, 2024.

ZHANG, Tao; HUANG, Zhigang. **Blockchain and central bank digital currency**. *ICT Express*, n. 8, p. 264–270, 2022.

ZHARIKOV, Mikhail Vyacheslavovich. **Digital Money Options for the BRICS**. *International Journal of Financial Studies Basel*, v. 11, n. 42, p. 2023.

ZONDI, Siphamandla. **Foreword**. In: *BRICS AND AFRICA: partnership for development, integration and industrialisation*. Papers of the Fifth BRICS Academic Forum, Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Pretoria, 2014, p. 5-16.

ZONDI, Siphamandla. **Drawing BRICS into the African Agenda: South Africa's approach to BRICS**. In: *BRICS AND AFRICA: partnership for development, integration and industrialisation*. Papers of the Fifth BRICS Academic Forum, Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Pretoria, 2014, p. 88-95.